LEGISLAÇÃO NACIONAL
NO DOMÍNIO DO AMBIENTE

Principais diplomas legais 2009 - 2018

Índice

Generalidades

Água

Qualidade do Ar

Impacte Ambiental

Ruído

Resíduos

Substâncias Perigosas

Protecção da Saúde / Ambiente

Parques, Reservas e Áreas Protegidas

Economia / Energia

GENERALIDADES

2009

- Decreto-Lei n.º 11/209, de 12 de Janeiro - Constitui a sociedade Polis Litoral Ria de Aveiro - Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro, S. A., sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, que tem por objecto a gestão, coordenação e execução do investimento a realizar no âmbito do Polis Litoral Ria de Aveiro - Operação Integrada de Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro.

- Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro - Procede à sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, que estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial.

- Portaria n.º 261/2009, de 12 de Março - Define os critérios e procedimentos para o reconhecimento, pelo Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P. (ICNB, I. P.), de empreendimentos de turismo de natureza.

- Decreto-Lei n.º 65/2009, de 20 de Março - Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 287/2007, de 17 de Agosto, que aprovou o enquadramento nacional dos sistemas de incentivos ao investimento das empresas, que define as condições e as regras a observar pelos sistemas de incentivos ao investimento nas empresas aplicáveis no território do continente durante o período de 2007 a 2013, adoptando medidas de flexibilização dos sistemas de incentivos do QREN orientados para as empresas.

- Despacho n.º 8719/2009, 2ª série, de 27 de Março, da Agência Portuguesa do Ambiente - Torna pública a listagem dos extractos dos actos, realizados até 31 de Dezembro de 2008, que determinaram a inscrição, modificação, suspensão ou anulação do registo das ONGA - Organizações Não-Governamentais de Ambiente e Equiparadas.

- **Decreto-Lei n.º 85/2009**, de 03 de Abril - Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 68/2008, de 14 de Abril, através da redefinição das unidades territoriais de nível 3 (NUTS III) do Alto Alentejo e Alentejo Central para efeitos de organização territorial das associações de municípios e para a participação em estruturas administrativas do Estado e nas estruturas de governação do Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013.

- Despacho n.º 9722/2009, de 8 de Abril 2º série,2º série,, da Agência Portuguesa do Ambiente - Listagem das associações do Registo Nacional das ONGA e equiparadas.

- Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de Abril - Estabelece o regime das parcerias entre o Estado e as autarquias locais para a exploração e gestão de sistemas municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos.

- Decreto-Lei n.º 92/2009, de 16 de Abril - Sétima alteração à Lei Orgânica do XVII Governo Constitucional, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 79/2005, de 15 de Abril, e alterada pelos Decretos-Lei n.º 11/2006, de 19 de Janeiro, 16/2006, de 26 de Janeiro, 135/2006, de 26 de Julho, 201/2006, de 27 de Outubro, 240/2007, de 21 de Junho, e 44/2008, de 11 de Março.

- Decreto-Lei n.º 99/2009, de 28 de Abril - Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, que define o modelo de governação do Quadro de Referência Estratégico Nacional para o período 2007-2013 e dos respectivos programas operacionais.

- Decreto Regulamentar n.º 9/2009, de 29 de Maio - Estabelece os conceitos técnicos nos domínios do ordenamento do território e do urbanismo.

Declaração de Rectificação n.º 53/2009, de 28 de Julho.

- Decreto Regulamentar n.º 10/2009, de 29 de Maio - Fixa a cartografia a utilizar nos instrumentos de gestão territorial, bem como na representação de quaisquer condicionantes.

Declaração de Rectificação n.º 54/2009, de 28 de Julho.

- Decreto Regulamentar n.º 11/2009, de 29 de Maio - Estabelece os critérios uniformes de classificação e reclassificação do solo, de definição de utilização dominante, bem como das categorias relativas ao solo rural e urbano, aplicáveis a todo o território nacional.

Revogado pelo Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto.

- Portaria n.º 703/2009, de 6 de Julho - Aprova o Regulamento de Organização e Funcionamento do Registo das Associações de Utilizadores do Domínio Público Hídrico.

- Portaria n.º 706/2009, de 7 de Julho - Define o âmbito de informação que deve ser alvo dos estudos a elaborar por parte do Estado para constituição do regime das parcerias entre o Estado e as autarquias locais para a exploração e

gestão de sistemas municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos.

- Despacho n.º 16140/2009, 2ª série, de 15 de Julho, do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional - Implementação de medidas energéticas e alteração de comportamentos de consumo, dando cumprimento às obrigações inerentes ao Sistema de Certificação Energética e da Qualidade do Ar Interior nos Edifícios

- Portaria n.º 771/2009, de 20 de Julho - Altera o Regulamento do Registo Nacional das Organizações não Governamentais de Ambiente (ONGA) e Equiparadas, aprovado pela Portaria n.º 478/99, de 29 de Junho, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 71/2003, de 20 de Janeiro.

- Decreto do Presidente da República n.º 69/2009, de 30 de Julho - Ratifica a Emenda à Convenção sobre Acesso à Informação, Participação do Público no Processo de Tomada de Decisão e Acesso à Justiça em Matéria de Ambiente, adoptada em Almaty em 27 de Maio de 2005.

- Resolução da Assembleia da República n.º 54/2009, de 30 de Julho - Aprova a Emenda à Convenção sobre Acesso à Informação, Participação do Público no Processo de Tomada de Decisão e Acesso à Justiça em Matéria de Ambiente, adoptada em Almaty em 27 de Maio de 2005.

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 64-A/2009, de 6 de Agosto (Suplemento) - Aprova o Plano Regional de Ordenamento do Território para a Região do Oeste e Vale do Tejo.

- Decreto-Lei n.º 180/2009, de 7 de Agosto - Aprova o regime do Sistema Nacional de Informação Geográfica, **transpondo** para a ordem jurídica interna a Directiva 2007/2/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de Março, que estabelece uma Infra-Estrutura de Informação Geográfica na Comunidade Europeia (INSPIRE), e revoga o Decreto-Lei n.º 53/90, de 13 de Fevereiro.
Alterado pelo Decreto-Lei nº 84/2015, de 21 de maio.
Alterado pelo Decreto-Lei nº 29/2017, de 16 de março.

- Decreto-Lei n.º 181/2009, de 7 de Agosto - Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro, que procedeu à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, que estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial.

- Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de Agosto - Estabelece o regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos.

- Decreto-Lei n.º 195/2009, de 20 de Agosto - Altera o regime jurídico dos serviços de âmbito multimunicipal de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos.

- Portaria n.º 936/2009, de 20 de Agosto - Fixa a tabela de encargos relativos à comunicação de dados e à cedência de informações no âmbito do Sistema Nacional de Exploração e Gestão de Informação Cadastral (SINERGIC).

- Portaria n.º 937/2009, de 20 de Agosto - Fixa o pagamento de uma taxa referente ao processo de conservação do cadastro de cada prédio, devida ao Instituto Geográfico Português pelos titulares de prédios em situação de cadastro diferido.

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 74/2009, de 26 de Agosto - Procede à primeira alteração à Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2008, de 13 de Fevereiro, que criou as estruturas de missão para os programas operacionais de assistência técnica do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e do Fundo Social Europeu, bem como os secretariados técnicos dos programas operacionais do QREN.

- Lei n.º 89/2009, de 31 de Agosto - Procede à primeira alteração à Lei n.º 50/2006, de 29 de Agosto, que estabelece o regime aplicável às contra-ordenações ambientais.
Declaração de Rectificação 70/2009, de 1 de Outubro
Alterada pela lei n.º 114/2015, de 28 de agosto.

- Portaria n.º 976/2009, de 1 de Setembro - Fixa o âmbito temporal e espacial de aplicabilidade do regime experimental de execução, exploração e acesso à informação cadastral previsto no Decreto-Lei n.º 224/2007, de 31 de Maio.

- Decreto-Lei n.º 21972009, de 8 de Setembro - Constitui a Arco Ribeirinho Sul, S. A., sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos e aprova os respectivos Estatutos.

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 91/2009, de 22 de Setembro **-** Procede à segunda alteração à Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2008, de 13 de Fevereiro, que criou as estruturas de missão para os programas

operacionais de assistência técnica do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e do Fundo Social Europeu, bem como os secretariados técnicos dos programas operacionais do QREN.

- Decreto-Lei n.º 244/2009, de 22 de Setembro - Constitui a sociedade Polis Litoral Sudoeste - Sociedade para a Requalificação e Valorização do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, S. A., sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, que tem por objecto a gestão, coordenação e execução do investimento a realizar no âmbito do Polis Litoral Sudoeste - Operação Integrada de Requalificação e Valorização do Litoral Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina

- Despacho n.º 21571/2009, 2ª série, de 25 de Setembro, do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional - Atribuição do prémio Defesa Nacional e Ambiente 2008.

- Despacho n.º 21572/2009, 2ª série, de 25 de Setembro, do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional - Atribuição do prémio Defesa Nacional e Ambiente 2007.

- Portaria n.º 1117/2009, de 30 de Setembro - Estabelece as áreas territoriais beneficiárias dos incentivos às regiões com problemas de interioridade.

Declaração de Rectificação n.º 79/2009, de 27 de Outubro.

- Portaria n.º 1128/2009, de 1 de Outubro - Aprova a tabela de taxas devidas pelos serviços prestados pela Inspecção-Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAOT).

- Decreto-Lei n.º 277/2009, de 2 de Outubro - Aprova a orgânica da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, I. P.

- Decreto-Lei n.º 321/2009, de 11 de Dezembro - Aprova a Lei Orgânica do XVIII Governo Constitucional.

2010

- Aviso n.º 3941/2010, 2ª série, de 24 de Fevereiro, da Agência Portuguesa do Ambiente - Lista das Organizações Não-Governamentais de Ambiente (ONGA) e Equiparadas inscritas no Registo Nacional das ONGA e Equiparadas até 31 de Dezembro de 2009.

- **Aviso n.º 3942/2010**, 2ª série, de 24 de Fevereiro, da Agência Portuguesa do Ambiente - Publicação da listagem dos extractos dos actos realizados até 31 de Dezembro de 2009 que determinaram a inscrição, modificação, suspensão ou anulação do registo, das Organizações Não-Governamentais de Ambiente (ONGA) e Equiparadas inscritas no Registo Nacional das ONGA e Equiparadas.

- Portaria n.º 198/2010, de 14 de Abril - Altera os anexos I, III e IV da Portaria n.º 394/2008, de 5 de Junho, que aprova os Estatutos da Administração da Região Hidrográfica do Norte, I. P., os Estatutos da Administração da Região Hidrográfica do Centro, I. P., os Estatutos da Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I. P., os Estatutos da Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, I. P., e os Estatutos da Administração da Região Hidrográfica do Algarve, I. P.

- Lei n.º 3-A/2010, de 28 de Abril - Grandes Opções do Plano para 2010-2013.

- Lei n.º 3-B/2010, 28 de Abril - Orçamento do Estado para 2010

- Portaria n.º 314/2010, de 14 de Junho - Define as taxas devidas pelos actos e serviços prestados pelas comissões de coordenação e desenvolvimento regional (CCDR) e revoga a Portaria n.º 393/2004, de 16 de Abril.

- Portaria n.º 485/2010, de 13 de Julho - Aprova o Regulamento de Gestão do Fundo de Intervenção Ambiental

- Portaria n.º 486/2010, de 13 de Julho - Aprova o Regulamento de Gestão do Fundo de Protecção dos Recursos Hídricos.

- Portaria n.º 487/2010, de 13 de Julho - Aprova o Regulamento de Gestão do Fundo para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade.

- Despacho n.º 12778/2010, 2ª série, de 9 de Agosto, da Ministra do Ambiente e do Ordenamento do Território - Cria a Comissão Permanente de Acompanhamento para Responsabilidade Ambiental.

- Despacho n.º 13560/2010, 2ª série, de 24 de Agosto, da Ministra do Ambiente e do Ordenamento do Território – Determina que o Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais (DPP) coordena o desenvolvimento da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável – ENDS 2015.

- Despacho n.º 14893/2010, 2ª série, de 28 de Setembro, da Ministra do Ambiente e do Ordenamento do Território - Designação dos elementos do grupo de coordenação e dos coordenadores dos grupos de trabalho sectoriais da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC).

- Despacho n.º 17588/2010, de 23 de Novembro - Criação de um grupo de trabalho interministerial com o objectivo, entre outros, de recolher e sistematizar a informação sobre políticas nacionais ligadas ao ambiente, em particular às alterações climáticas e às energias renováveis, e identificar as implicações destas políticas sobre o emprego e as competências.

- Portaria n.º 1202/2010, de 29 de Novembro - Estabelece os termos aplicáveis às licenças de utilização privativa do domínio público para a instalação de pontos de carregamento de baterias de veículos eléctricos em local público de acesso público.

- Aviso n.º 357/2010, de 14 de Dezembro - Torna público que a República Portuguesa depositou o seu instrumento de adesão das Emendas à Convenção sobre a Protecção Física dos Materiais Nucleares, adoptadas em Viena em 8 de Julho de 2005.

2011

- Portaria n.º 26/2011, de 10 de Janeiro - Aprova o Regulamento de Gestão do Fundo de Eficiência Energética.

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 2/2011, de 12 de Janeiro - Lança o Programa de Eficiência Energética na Administração Pública - ECO.AP, de forma a alcançar um aumento da eficiência energética de 20 % até 2020

- Despacho n.º 2316/2011, 2ª série, de 1 de Fevereiro, da Ministra do Ambiente e do Ordenamento do Território - Criação do grupo operacional do MAOT que tem por missão a operacionalização da Estratégia Nacional do Desenvolvimento Sustentável (ENDS).

- Aviso n.º 3366/2011, 2ª série, de 1 de Fevereiro, da Agência Portuguesa do Ambiente - Lista das organizações não-governamentais de ambiente (ONGA) e equiparadas até 31 de Dezembro de 2010.

- Aviso n.º 7688/2011, 2ª série, de 28 de Março, da Agência Portuguesa do Ambiente - Lista das organizações não-governamentais de ambiente (ONGA) e equiparadas até 31 de Dezembro de 2010.

- Despacho n.º 6484/2011, 2ª série, de 19 de Abril, do Ministério da Defesa Nacional - Directiva Ambiental para a Defesa Nacional.

- Portaria n.º174/2011, de 28 de Abril - Aprova os Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, I. P.

- Decreto-Lei n.º 6572011, de 16 de Maio - Estende às zonas de intervenção florestal o regime experimental da execução, exploração e acesso à informação cadastral, procedendo à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 224/2007, de 31 de Maio.

- Decreto-Lei n.º 86-A/2011, de 12 de Julho - Aprova a Lei Orgânica do XIX Governo Constitucional.
Declaração de Rectificação n.º 29/2011, de 2 de Setembro.
Alterado pelo Decreto-Lei n º 246/2012, de 13 de novembro.
Alterado pelo Decreto-Lei n º 29/2013, de 21 de fevereiro.
Alterado pelo Decreto-Lei n º 60/2013, de 9 de maio.
Alterado pelo Decreto-Lei n.º 119/2013, de 21 de agosto.
Alterado pelo Decreto-Lei n º 20/2014, de 10 de fevereiro.
Alterado pelo Decreto-Lei n º 178/2014, de 17 de dezembro.
Alterado pelo Decreto-Lei n º 87/2015, de 27 de maio.

- Lei n.º 48/2011, de 26 de Agosto - Procede à primeira alteração à Lei do Orçamento do Estado para 2011, aprovada pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, no âmbito da iniciativa de reforço da estabilidade financeira.

- Lei n.º 64-A/2011, de 30 de Dezembro - Aprova as Grandes Opções do Plano para 2012-2015

2012

- Portaria n.º 8/2012, de 4 de Janeiro - Aprova o regulamento de funcionamento da Entidade Coordenadora do Cumprimento dos Critérios de Sustentabilidade (ECS).

- Decreto-Lei n.º 7/2012, de 17 de janeiro - Aprova a Lei Orgânica do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território.

- Aviso n.º 1617/2012, 2ª série, de 2 de fevereiro, da Agência Portuguesa do Ambiente - Listagem dos extratos dos atos, realizados até 31 de dezembro de 2011, que determinaram a inscrição, modificação, suspensão ou anulação do registo.

- Aviso n.º 1618/2012, 2ª série, de 2 de fevereiro, da Agência Portuguesa do Ambiente - Lista das Organizações Não-Governamentais de Ambiente (ONGA) e Equiparadas com a inscrição ativa no Registo Nacional das ONGA e Equiparadas até 31 de dezembro de 2011.

- Decreto-Lei n.º 56/2012, de 12 de Março - Aprova a orgânica da Agência Portuguesa do Ambiente, I. P.
Alterado pelo Decreto-Lei n º 55/2016, de 26 de agosto.

- Decreto Regulamentar n.º 30/2012, de 13 de Março - Aprova a orgânica da Direcção-Geral do Território.
Alterado pelo Decreto-Lei nº 153/2015, de 7 de agosto.

- Decreto Regulamentar n.º 33/2012, de 20 de Março - Aprova a orgânica da Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território.

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/2012, de 27 de Março - Aprova medidas urgentes tendo em conta a atual situação de seca e cria a Comissão de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos Efeitos da Seca e das Alterações Climáticas.

- Portaria n.º 90/2012, de 30 de março - Especifica as profissões regulamentadas abrangidas nas áreas da agricultura, das florestas, do mar, do ambiente e do ordenamento do território e designa as autoridades nacionais que, para cada profissão, são competentes para proceder ao reconhecimento das qualificações profissionais, nos termos da Lei n.º 9/2009, de 4 de março.

- Despacho n.º 5281/2012, 2ª série, de 17 de abril, da Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território **-** Determina a cessação de funções de dirigentes das Administrações de Região Hidrográfica

- Despacho n.º 5282/2012, 2ª série, de 17 de abril, da Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território **-** Designa, em regime de substituição, os membros do conselho diretivo da Agência Portuguesa do Ambiente, I. P. (APA, I. P.).

- Lei n.º 20/2012, de 14 de maio - Primeira alteração à Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro (Orçamento do Estado para 2012), no âmbito da iniciativa para o reforço da estabilidade financeira.

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/2012, de 18 de maio - Lança o Programa da Indústria Responsável com vista à melhoria do ambiente de negócios, à redução de custos de contexto e à otimização do enquadramento legal e regulamentar relativo à localização, instalação e exploração da atividade industrial.

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2012, de 22 de maio - Procede à recondução e nomeação de membros do Conselho Nacional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Decreto-Lei n.º 135/2012, de 29 de junho -Aprova a orgânica do Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, I. P.
Alterado pelo Decreto-Lei n.º 78/2015, de 13 de maio.
Alterado pelo Decreto-Lei n.º 42-A/2016, de 12 de agosto.

- Decreto-Lei n.º 140/2012, de 10 de Julho - Cria o Gabinete de Prevenção e de Investigação de Acidentes Marítimos e aprova a respetiva estrutura orgânica.

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 78/2012, de 11 de setembro - Aprova a Estratégia Nacional para os Recursos Geológicos - Recursos Minerais.

- Decreto-Lei n.º 228/2012, de 25 de outubro - Aprova a orgânica das comissões de coordenação e desenvolvimento regional. Revoga o Decreto-Lei n.º 134/2007, de 27 de Abril.

- Portaria n.º 349/2012, de 30 de outubro - Aprova o Regulamento do Curso de Formação Específico para Integração na Carreira Especial de Inspeção, aplicável à Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, e revoga a Portaria n.º 230/2011, de 14 de junho.

- Portaria n.º 353/2012, de 31 de outubro - Aprova os estatutos do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P.

- Decreto-Lei n.º 241/2012, de 6 de novembro - Determina a transferência para o Município de Lisboa dos contratos de empreitada de obras públicas, locação e aquisição de bens móveis e serviços celebrados pelas sociedades Parque Expo 98, S. A., e Parque Expo - Gestão Urbana do Parque das Nações, S. A., no âmbito das atividades de manutenção e gestão urbana na zona de intervenção da Expo' 98.

- Decreto-Lei n.º 246/2012, de 13 de novembro - Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 86-A/2011, de 12 de julho, que aprova a Lei Orgânica do XIX Governo Constitucional.

- Lei n.º 64/2012, de 20 de dezembro - Procede à segunda alteração à Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro (Orçamento do Estado para 2012), no âmbito da iniciativa para o reforço da estabilidade financeira, alterando ainda as Leis n.º 112/97, de 16 de setembro, e 8/2012, de 21 de fevereiro, a Lei Orgânica n.º 1/2007, de 19 de fevereiro, e os Decretos-Leis n.º 229/95, de 11 de setembro, 287/2003, de 12 de novembro, 32/2012, de 13 de fevereiro, 127/2012, de 21 de junho, 298/92, de 31 de dezembro, 164/99, de 13 de maio, e 42/2001, de 9 de fevereiro.

- Lei n.º 66-A/2012, de 31 de dezembro - Aprova as Grandes Opções do Plano para 2013.

2013

- Aviso n.º 1427/2013, 2ª série, de 30 de janeiro, da Agência Portuguesa do Ambiente - Listagem das Organizações não-Governamentais de Ambiente (ONGA) e equiparadas com a inscrição ativa no Registo Nacional das ONGA.

- Aviso n.º 1428/2013, 2ª série, de 30 de janeiro, da Agência Portuguesa do Ambiente - Registo Nacional das Organizações não-Governamentais de Ambiente (ONGA) e equiparadas.

- Portaria n.º 108/2013, de 15 de Março - Aprova os estatutos da Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.

- Decreto-Lei n.º 48/2013, de 5 de abril - Altera o regime aplicável à direção e coordenação geral das intervenções no âmbito do «Programa Polis - Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades» e do conjunto de operações «Polis Litoral - Operações Integradas de Requalificação e Valorização da Orla Costeira».

- Decreto-lei n.º 60/2013, de 9 de maio - Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 86-A/2011, de 12 de julho, que aprova a Lei Orgânica do XIX Governo Constitucional.

- Aviso n.º 244/2013, 2ª série, de 8 de julho - Auto de delimitação do domínio público marítimo na confrontação com o prédio urbano sito na Rua Nossa Senhora dos Navegantes n.º 9, em Armação de Pêra, concelho de Silves.

- Lei n.º 51/2013, de 24 de julho - Procede à primeira alteração à Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2013), à alteração do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, do Código dos Impostos Especiais de Consumo, do Estatuto dos Benefícios Fiscais, à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 172/94, de 25 de junho, e à Lei n.º 28/2012, de 31 de julho, e à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 113/2011, de 29 de novembro.

2014

Aviso n.º 1302/2014, 2ª série, de 30 de janeiro, da Agência Portuguesa do Ambiente - Listagem das Organizações Não-Governamentais de Ambiente (ONGA) e equiparadas com a inscrição ativa no Registo Nacional das ONGA.

- **Aviso n.º 1474/2014**, 2ª série, de 3 de fevereiro, da Agência Portuguesa do Ambiente - Registo Nacional das Organizações Não-Governamentais de Ambiente (ONGA) e Equiparadas.

-Aviso n º 8/2014, de 10 de janeiro - Torna público que o Governo da República Portuguesa depositou, a 10 de outubro de 2013, a Carta de aceitação das Emendas ao artigo VI e ao parágrafo A. do artigo XIV do Estatuto da Agência Internacional de Energia Atómica, aprovadas pela 43.ª sessão ordinária da Conferência Geral da Agência Internacional de Energia Atómica, que teve lugar em Viena, a 1 de outubro de 1999.

- Aviso n º 10/2014, de 15 de janeiro - Torna público que o Governo da República Portuguesa depositou, a Carta de aceitação das Emendas ao artigo VI e ao parágrafo A. do artigo XIV do Estatuto da Agência Internacional de Energia Atómica, aprovadas pela 43.ª sessão ordinária da Conferência Geral da Agência Internacional de Energia Atómica, que teve lugar em Viena, a 1 de outubro de 1999.

- Decreto-Lei n º 17/2014, de 4 de fevereiro - Aprova a Lei Orgânica do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia.

- Lei n.º 10/2014, de 6 de março - Aprova os Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos.

- Lei n.º 12/2014, de 6 de março - Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, que estabelece o regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, modificando os regimes de faturação e contraordenacional.

- Decreto-Lei n.º 45/2014, de 21 de março - Aprova o processo de reprivatização da Empresa Geral do Fomento, S. A.

- Resolução da Assembleia da República n.º 33/2014, de 21 de abril - Disponibilização ao público dos documentos estruturantes sobre desenvolvimento sustentável.

- Lei n.º 31/2014, de 30 de maio - Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo.

- Portaria n.º 125/2014, de 25 de junho - Fixa a estrutura nuclear da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia.

- Decreto-Lei n.º 130/2014, de 29 de agosto - Aprova a orgânica da Direção-Geral de Energia e Geologia.

- Despacho n.º 11188/2014, 2ª série, de 4 de setembro, dos Secretários de Estado da Inovação, Investimento e Competitividade, do Ambiente, da Agricultura, da Alimentação e Investigação Agroalimentar, Adjunto do Ministro da Saúde e do Emprego - Cria o Grupo de Trabalho para a elaboração de diversos títulos padronizados integrados para setores de atividade industrial e outros referenciais padronizados.

- Decreto-Lei n.º 141/2014, de 19 de setembro - Procede à sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 193/95, de 28 de julho, que estabelece os princípios e normas a que deve obedecer a produção cartográfica no território nacional.

- Despacho n.º 13354/2014, de 4 de novembro, dos Ministros da Defesa Nacional e do Ambiente, Ordenamento do território e Energia - Atribuição do Prémio Defesa Nacional e Ambiente 2013.

- Lei n.º 82-A/2015, 1º suplemento, de 31 de dezembro - Aprova as Grandes Opções do Plano para 2015.

- Lei n.º 82-B/2014, 1º suplemento, de 31 de dezembro - Orçamento do Estado para 2015.
Alterada pela Lei n.º 159-E/2015, 2º suplemento, de 30 de dezembro.

2015

- Aviso n.º 732/2015, 2ª série, de 22 de janeiro - Registo Nacional das Organizações não-Governamentais de Ambiente (ONGA) e Equiparadas.

- Aviso n.º 733/2015, 2ª série, de 22 de janeiro - Listagem das Organizações Não-Governamentais de Ambiente (ONGA) e Equiparadas com a inscrição ativa no Registo Nacional das ONGA.

- Portaria n.º 57-B/2015, 1º Suplemento, de 27 de fevereiro - Adota o Regulamento Específico Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos.
Alterada pela Portaria n.º 404-A/2015, 1º suplemento, de 18 de novembro**.**
Alterada pela Portaria n.º 238/2016, de 31 de Agosto.

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 28/2015, de 30 de abril - Aprova o Compromisso para o Crescimento Verde.

- Decreto-Lei n.º 75/2015, de 11 de maio - Aprova o Regime de Licenciamento Único de Ambiente, que visa a simplificação dos procedimentos dos regimes de licenciamento ambientais, regulando o procedimento de emissão do título único ambiental.
Declaração de Retificação n.º 30/2015, de 18 de junho
Alterado pelo Decreto-Lei n.º 39/2018, de 11 de junho

- Decreto-Lei n.º 80/2015, 14 de maio - Aprova a revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro.

- Decreto-Lei nº 84/2015, de 21 de maio - Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 180/2009, de 7 de agosto, que aprova o regime do Sistema Nacional de Informação Geográfica.

- Decreto-Lei n.º 87/2015, de 27 de maio - Procede à sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 86-A/2011, de 12 de julho, que aprova a Lei Orgânica do XIX Governo Constitucional.

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 42/2015, de 19 de junho - Determina a adoção preferencial da Plataforma de Interoperabilidade da Administração Pública (iAP) na troca de informação entre serviços e organismos da Administração Pública, e aprova o regime de utilização e os níveis de serviço iAP.

- Lei n.º 114/2015, de 28 de agosto - Segunda alteração à Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, que aprova a lei-quadro das contraordenações ambientais.

- **Despacho n.º 9857/2015**, de 31 de agosto, do Presidente da Agência Portuguesa do Ambiente, IP – Conclusão de processo de fusão da APA. I.P.

Declaração de Retificação n.º 811/2015, de 17 de setembro.

- Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto - Estabelece os critérios de classificação e reclassificação do solo, bem como os critérios de qualificação e as categorias do solo rústico e do solo urbano em função do uso dominante, aplicáveis a todo o território nacional.

- Portaria n.º 279/2015, de 14 de setembro - Identifica os requisitos formais do formulário e os elementos instrutórios a apresentar pelo interessado nos procedimentos com vistoria prévia, sem vistoria prévia e de mera comunicação prévia aplicáveis, respetivamente, à instalação e exploração de estabelecimentos industriais dos tipos 1, 2 e 3, e à alteração de estabelecimentos industriais, nos termos previstos no Sistema da Indústria Responsável. Revoga a Portaria n.º 302/2013, de 16 de outubro.

- **Portaria n.º 280/2015**, de 15 de setembro - Define a forma de cálculo, distribuição, modo de pagamento e termos do respetivo agravamento ou redução das taxas e outras despesas devidas pelo requerente nos procedimentos em que intervenham a administração central ou entidades gestoras de Zonas Empresariais Responsáveis, no âmbito do Sistema da Indústria Responsável

- **Portaria n.º 281/2015**, de 15 de setembro - Define os requisitos a que obedece a constituição da sociedade gestora de Zona Empresarial Responsável (ZER), a identificação do respetivo quadro legal de obrigações e competências e ainda a definição das regras relativas à sua organização e funcionamento.

- Portaria n.º 332-B/2015, 2º suplemento, de 5 de outubro - Estabelece o valor da taxa ambiental única, a sua cobrança, pagamento e afetação da respetiva receita, aplicável aos procedimentos ambientais previstos no regime de Licenciamento Único de Ambiente.

- Decreto-Lei n.º 233/2015, de 13 de outubro - Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 150/2008, de 30 de julho, que aprova o regulamento do Fundo de Intervenção Ambiental.

- Portaria n.º 398/2015, de 5 de novembro - Estabelece os elementos que devem instruir os procedimentos ambientais previstos no regime de Licenciamento Único de Ambiente, para a atividade pecuária.

- Portaria n.º 399/2015, de 5 de novembro - Estabelece os elementos que devem instruir os procedimentos ambientais previstos no regime de Licenciamento Único de Ambiente, para atividades industriais ou similares a industriais, nomeadamente, operações de gestão de resíduos e centrais termoelétricas, exceto centrais solares.

- Decreto-Lei nº 249-A/2015, 1º Suplemento, de 9 de novembro - Aprova a Lei Orgânica do XX Governo Constitucional.

- Portaria n.º 404-A/2015, 1º Suplemento, de 18 de novembro - Primeira alteração à Portaria n.º 57-B/2015, de 27 de fevereiro, que adota o Regulamento Específico Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos.

- Decreto-Lei nº 251-A/2015, 1º Suplemento, de 17 de dezembro - Aprova a Lei Orgânica do XXI Governo Constitucional.

Alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2017, de 9 de março.
Alterado pelo Decreto-Lei n.º 99/2017, de 18 de agosto.
Alterado pelo Decreto-Lei n.º 138/2017, de 10 de novembro.

- Lei n.º 159-E/2015, 2º suplemento, de 30 de dezembro - Primeira alteração à Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2015).

2016

- Aviso n.º 1012/2016, 2ª série, de 29 de janeiro - Lista das Organizações Não-Governamentais de Ambiente (ONGA) e Equiparadas.

- Aviso n.º 1013/2016, 2ª série, de 29 de janeiro - Registo Nacional das Organizações Não-Governamentais de Ambiente (ONGA) e Equiparadas.

- Despacho n.º 2803/2016, 2ª série, de 24 de fevereiro, dos Ministérios da Defesa Nacional e do Ambiente – Atribuição do Prémio da Defesa Nacional e Ambiente 2014.

- Despacho n.º 3966/2016, 2ª série, de 18 de março, dos Ministérios da Defesa Nacional e do Ambiente - Atribuição de Menção Honrosa do Prémio Defesa Nacional e Ambiente 2014.

- Lei n.º 7-A/2016, 1º suplemento, de 30 de março - Orçamento do Estado para 2016.

- Lei n.º 7-B/2016, 1º suplemento, de 31 de março - Aprova as Grandes Opções do Plano para 2016-2019.

- Resolução da Assembleia da República n.º 102/2016, de 7 de junho - Recomenda ao Governo que legisle no sentido de permitir que a Agência Portuguesa do Ambiente, I. P., possa partilhar com o Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente (SEPNA) atribuições no âmbito dos crimes ambientais.

- Decreto-Lei n.º 42-A/2016, 1º suplemento, de 12 de agosto - Cria o Fundo Ambiental, estabelecendo as regras para a respetiva atribuição, gestão, acompanhamento e execução e extingue o Fundo Português de Carbono, o Fundo de Intervenção Ambiental, o Fundo de Proteção dos Recursos Hídricos e o Fundo para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade.

Alterado pelo Decreto-Lei n.º 46/2017, de 3 de maio.

- **Lei n.º 26/2016**, de 22 de agosto - Aprova o regime de acesso à informação administrativa e ambiental e de reutilização dos documentos administrativos.

Transpõe as Diretivas 2003/4/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de janeiro;
Diretiva 2003/98/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de novembro.

- Decreto-Lei n º 55/2016, de 26 de agosto - Define a missão e atribuições da Agência Portuguesa do Ambiente, I. P., nos domínios do litoral, da proteção costeira, das alterações climáticas e da proteção do ar, procedendo à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 56/2012, de 12 de março.

- Portaria n.º 238/2016, de 31 de agosto - Segunda alteração à Portaria n.º 57-B/2015, de 27 de fevereiro, e ao Regulamento Específico Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, aprovado em anexo à referida portaria.

Declaração de retificação n.º 17/2016, de 26 de setembro.

- Resolução da Assembleia da República n.º 208/2016, de 24 de outubro - Por uma política de defesa da natureza ao serviço do povo e do País.

- Despacho n.º 13610/2016, 2ª série, de 14 de novembro, dos Gabinetes dos Ministros da Defesa Nacional e do Ambiente - Atribuição do Prémio Defesa Nacional e Ambiente 2015.

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 72/2016, de 24 de novembro - Aprova o Programa Nacional para a Coesão Territorial.

- Despacho n.º 15524/2016, 2ª série, de 26 de dezembro, do Ministro do Ambiente - Procede à revogação do Despacho n.º 14136/2010, de 9 de setembro, extinguindo o Fundo Hidroelétrico do Baixo Sabor, e confere à AMBS - Associação dos Municípios do Baixo Sabor de Fins Específicos competência para a concretização do previsto no n.º 8 da Declaração de Impacte Ambiental do projeto «Avaliação Comparada dos Aproveitamentos Hidroelétricos do Alto Côa e Baixo Sabor».

- Lei n.º 41/2016, de 28 de dezembro - Grandes Opções do Plano para 2017.

- Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro - Orçamento do Estado para 2017.

2017

- Despacho n.º 538-B/2017, 1º suplemento, 2ª série, de 9 de janeiro, do Ministro do Ambiente - Define o plano anual de atribuição de apoios e utilização das receitas do Fundo Ambiental.

Alterado pelo Despacho n.º 4906/2017, 2ª série, de 5 de junho.

- Aviso n.º 2749/2017, 2ª série, de 16 de março - Lista das Organizações Não-Governamentais de Ambiente (ONGA).

- Aviso n.º 2751/2017, 2ª série, de 16 de março - Listagem do extrato dos atos, realizados até 31 de dezembro de 2016, que determinaram a inscrição, modificação, suspensão ou anulação do registo.

- Decreto-Lei n.º 29/2017, de 16 de março - Procede à segunda alteração do Decreto-Lei n.º 180/2009, de 7 de agosto, que aprova o regime do Sistema Nacional de Informação Geográfica.

- Despacho n.º 2568/2017, 2ª série, de 28 de março, dos Ministros das Finanças, da Saúde, do Planeamento e das Infraestruturas e do Ambiente - Cria o Grupo de Trabalho de acompanhamento e monitorização da implementação da Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas 2020.

-Despacho n.º 2572/2017, 2ª série, de 28 de março, dos Gabinetes dos Ministros da Defesa Nacional e do Ambiente - Regulamento do Prémio Defesa Nacional e Ambiente.

- Portaria n.º137/2017, de 12 de abril - Determina a aprovação do modelo do Título Único Ambiental (TUA).

- **Despacho n.º 3434/2017**, 2ª série, de 24 de abril, da Presidência do Conselho de Ministros, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Planeamento e das Infraestruturas, Economia, Ambiente, Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural e Mar - Cria uma rede de investigação em ecossistemas de montanha, denominada «Montanhas de Conhecimento. Rede Nacional de Investigação de Montanhas».

- Portaria n.º 91/2017, 2ª série, de 27 de abril - Autoriza o Fundo Ambiental a efetuar a repartição de encargos relativos à aquisição de serviços para apoio à elaboração do Roteiro Nacional de Baixo Carbono para 2050.

- Portaria n.º 142/2017, 2ª série, de 5 de junho, do Ministro do Ambiente e do Secretário de Estado do Orçamento - Autoriza o Fundo Ambiental a efetuar a repartição de encargos relativos à execução do Programa «AdaPT»

- Despacho n.º 4906/2017, 2ª série, de 5 de junho, do Ministro do Ambiente - Altera o Despacho n.º 538-B/2017, de 9 de janeiro (Fundo Ambiental).

- Aviso n.º 84/2017, de 10 de julho - Torna público que a Comunidade Europeia da Energia Atómica (EURATOM) depositou o seu instrumento de vinculação às Emendas à Convenção sobre Proteção Física dos Materiais Nucleares, adotadas em Viena, em 8 de julho de 2005.

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 100/2017, de 11 de julho - Aprova a Estratégia Nacional de Educação Ambiental.

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 166/2017, 2 de novembro - Cria o programa «Voluntariado Jovem para a Natureza e Florestas».

- **Despacho n.º 9774/2017,** 2ª série, de 9 de novembro, do Ministro do Ambiente **-** Altera o Despacho n.º 538-B/2017, de 9 de janeiro, alterado pelo Despacho n.º 4906/2017, de 5 de junho. (Aplicação de receitas, compromissos e apoio a projetos das verbas do Fundo Ambiental).

- Lei n.º 113/2017, de 29 de dezembro - Grandes Opções do Plano para 2018.

- Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro - Orçamento do Estado para 2018.
Declaração de Retificação n.º 6/2018, de 26 de fevereiro.

2018

- Despacho n.º 1105/2018, 2ª série, de 30 de janeiro, dos Ministros da Defesa Nacional e do Ambiente - Atribuição da Menção Honrosa do 24.º Prémio Defesa Nacional e Ambiente.

- Despacho n.º 1106/2018, 2ª série, de 30 de janeiro, dos Ministros da Defesa Nacional e do Ambiente - Atribuição do 24.º Prémio Defesa Nacional e Ambiente.

- Despacho n.º 2015/2018, 2ª série, de 26 de fevereiro - Atualização do funcionamento da Unidade de Intervenção Rápida da IGAMAOT.
Revoga o Despacho n.º 5462/2017, 2ª série, de 23 de junho.

- Portaria n.º 209/2018, 2ª série, de 27 de março, do Ministro do Ambiente e do Secretário de Estado do Orçamento - Autoriza o Fundo Ambiental a efetuar a repartição de encargos relativos aos contratos de financiamento celebrados no âmbito do Aviso n.º 557-A/2017, para atribuição de apoio pelo Fundo Ambiental à substituição de veículos de serviços urbanos ambientais por veículos elétricos destinados à mesma utilização no âmbito da atividade desenvolvida pelas autarquias.

- Aviso n.º 5207/2018, 2ª série, de 18 de abril - Lista das Organizações Não Governamentais de Ambiente (ONGA) e equiparadas.

- Aviso n.º 5208/2018, 2ª série, de 18 de abril - Registo Nacional das Organizações Não-Governamentais de Ambiente (ONGA) e equiparadas.

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 46/2018, de 27 de abril - Aprova a Estratégia Nacional e o respetivo Plano de Ação de Combate ao Desperdício Alimentar.

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2018, de 7 de maio - Aprova a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030.

- Despacho n.º 5151/2018, 2ª série, de 23 de maio, dos Ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, da Saúde, da Economia e do Ambiente, da Ministra do Mar, da Secretária de Estado dos Assuntos Europeus e dos Secretários de Estado dos Assuntos Fiscais, das Autarquias Locais, do Desenvolvimento e Coesão, da Agricultura e Alimentação e das Florestas e do Desenvolvimento Rural - Estabelece a composição e o funcionamento do Grupo de Coordenação do Plano de Ação para a Economia Circular em Portugal: Liderar a Transição (PAEC).

ÁGUA

2009

- Despacho n.º 484/2009, 2ª série, de 8 de Janeiro, do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional - Aplicação da taxa de recursos hídricos.

- Despacho n.º 243472009, 2ª série, de 19 de Janeiro, do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional - Taxa de recursos hídricos.
Alterado pelo Despacho n.º 10858/2009, de 28 de Abril 2º série,.

- Portaria n.º 144/2009, de 5 de Fevereiro - Define as áreas e condicionalismos ao exercício da pesca lúdica, incluindo a apanha lúdica, em águas oceânicas da subárea da zona económica exclusiva do continente, águas interiores marítimas e águas interiores não marítimas sob jurisdição da autonomia marítima e revoga a Portaria n.º 868/2006, de 29 de Agosto.

- Despacho n.º 6587/2009, 2ª série, de 2 de Março, do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional - É criada uma estrutura de coordenação e acompanhamento (ECA) da implementação do Programa Nacional de Barragens de Elevado Potencial Hidroeléctrico (PNBEPH).

- Decreto-Lei n.º 79/2009, de 2 de Abril - Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 65/97, de 31 de Março, que regula a instalação e o funcionamento dos recintos com diversões aquáticas.
Alterado pelo Decreto-Lei n.º 86/2012, de 10 de Abril.

- Despacho n.º 10858/2009, 2ª série, de 28 de Abril do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional - Taxa de recursos hídricos. Complemento às normas estabelecidas no despacho n.º 2434/2009, de 19 de Janeiro, para estabelecimentos de piscicultura, aquacultura ou de culturas biogenéticas.

-Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2009, de 11 de Maio - Aprova o Plano de Ordenamento da Albufeira do Roxo.

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/2009, de 11 de Maio - Aprova o Plano de Ordenamento da Albufeira de Fronhas.

- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 39/2009**, de 14 de Maio - Aprova o Plano de Ordenamento da Albufeira de São Domingos.
Declaração de Rectificação n.º 47-A/2009, de 13 de Julho.

- Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de Maio - Aprova o regime de protecção das albufeiras de águas públicas de serviço público e das lagoas ou lagos de águas públicas.
Alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março.
Alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de Setembro.

- Portaria n.º 522/2009, de 15 de Maio - Determina a reclassificação das albufeiras de águas públicas de serviço público.

- **Portaria n.º 579/2009**, de 2 de Junho - Considera praias marítimas as designadas como zonas balneares costeiras e praias de águas fluviais e lacustres as designadas como zonas de interiores.
Declaração de rectificação n.º 48/2009, de 14 de Julho.

- Decreto-Lei n.º 135/2009, de 3 de Junho - Estabelece o regime de identificação, gestão, monitorização e classificação da qualidade das águas balneares e de prestação de informação ao público sobre as mesmas, **transpondo** para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2006/7/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de Fevereiro, relativa à gestão da qualidade das águas balneares.
Alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 113/2012, de 23 de maio.

- Decreto-Lei n.º 137/2009, de 8 de Junho - Prorroga, por um ano, o prazo para a regularização dos títulos de utilização de recursos hídricos previsto no Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de Maio

- Portaria n.º 631/2009, de 9 de Junho - Estabelece as normas regulamentares a que obedece a gestão dos efluentes das actividades pecuárias e as normas regulamentares relativas ao armazenamento, transporte e valorização de outros fertilizantes orgânicos.

- Despacho n.º 1487272009, 2ª série, de 2 de Julho, do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional - Normas para a utilização dos recursos hídricos públicos e particulares.

- Portaria n.º 702/2009, de 6 de Julho - Estabelece os termos da delimitação dos perímetros de protecção das captações destinadas ao abastecimento público de água para consumo humano, bem como os respectivos condicionamentos.

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/2009, de 8 de Setembro - Aprova a Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira.

- Portaria n.º 1021/2009, de 10 de Setembro - Estabelece os elementos que devem instruir os pedidos de autorização relativos a actos ou actividades condicionados nas albufeiras, lagoas e lagos de águas públicas e respectivas zonas terrestres de protecção, bem como as taxas devidas pela emissão de autorizações.

- Decreto-Lei n.º 245/2009, de 22 de Setembro - Quarta alteração do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de Maio, simplificando o regime de manutenção em vigor dos títulos de utilização dos recursos hídricos emitidos ao abrigo da legislação anterior, e primeira alteração do Decreto-Lei n.º 147/2008, de 29 de Julho, estabelecendo a competência da Agência Portuguesa do Ambiente no domínio da responsabilidade ambiental por danos às águas.

- Despacho Normativo n.º 33/2009, de 25 de Setembro - Regulamento de Exploração do Serviço Público de Saneamento de Águas Residuais.

- Portaria n.º 1114/2009, de 29 de Setembro - Estabelece os termos da delimitação dos perímetros de protecção das captações destinadas ao abastecimento público de água para consumo humano.
Declarada sem efeito pela Declaração de rectificação n.º 73/2009, de 8 de Outubro.

- Portaria n.º 1115/2009, de 29 de Setembro - Aprova o Regulamento de Avaliação e Monitorização do Estado Quantitativo das Massas de Água Subterrâneas.

- Portaria n.º 1284/2009, de 19 de Outubro - Estabelece o conteúdo dos planos de gestão de bacia hidrográfica.

- Decreto-Lei n.º 312/2009, de 27 de Outubro - Altera o Sistema Multimunicipal de Saneamento do Grande Porto para recolha, tratamento e rejeição de efluentes, criado pelo Decreto-Lei n.º 260/2000, de 17 de Outubro, e constitui a sociedade SIMDOURO - Saneamento do Grande Porto, S. A., atribuindo-lhe a concessão da exploração e gestão desse sistema

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 119/2009, de 30 de Dezembro - Reformula a Comissão Interministerial para os Assuntos do Mar e prorroga o mandato da Estrutura de Missão para os Assuntos do Mar.
Declaração de Rectificação n.º5/2010, de 15 de Fevereiro.
Revogada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 3/2001, de 12 de Janeiro.

2010

- Portaria n.º 91/2010, de 11 de Fevereiro - Procede à classificação de várias albufeiras de águas públicas de serviço público como albufeiras públicas de utilização protegida e outra como albufeira de águas públicas de utilização condicionada.
Declaração de Rectificação n.º 12/2010, de 12 de Abril.

- Portaria n.º 160/2010, de 15 de Março - Define os critérios para cálculo das taxas relativas à actividade de regulação estrutural, económica e de qualidade de serviço, devidas pelas entidades gestoras concessionárias dos serviços multimunicipais e municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, à Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, I. P. (ERSAR, I. P.).

- Portaria n.º 175/2010, de 23 de Março - Define os critérios para cálculo das taxas relativas à atribuição de regulação da qualidade da água para consumo humano, devidas pelas entidades gestoras dos serviços de abastecimento público de água para consumo humano à Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, I. P. (ERSAR, I. P.).

- Decreto-Lei n.º 23/2010, de 25 de Março **-** Estabelece o regime jurídico e remuneratório aplicável à energia eléctrica e mecânica e de calor útil produzidos em cogeração, **transpondo** para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2004/8/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Fevereiro.
Alterado pela Lei n.º 19/2010, de 23 de Agosto.

- Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março - Procede à décima alteração ao Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, que estabelece o regime jurídico da urbanização e edificação, e procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de Maio.
Alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de Setembro.

- Portaria n.º 267/2010, de 16 de Abril - Identificação das águas balneares para o ano de 2010.

- Portaria n.º 498/2010 - Procede à classificação de várias albufeiras de águas públicas de serviço público como albufeiras públicas de utilização protegida e outra como albufeira de águas públicas de utilização condicionada.
Declaração de Rectificação n.º29/2010, de 10 de Setembro.

- Decreto-Lei n.º 68/2010, de 15 de Junho - Cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos das regiões de Lisboa e do Oeste e constitui a sociedade VALORSUL - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, S. A., atribuindo-lhe a concessão da exploração e gestão desse sistema.

- Decreto-Lei n.º 82/2010, de 2 de Julho - Prorroga o prazo para a regularização dos títulos de utilização de recursos hídricos e dispensa os utilizadores desses recursos da prestação da caução para recuperação ambiental quando constituam garantia financeira, procedendo à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de Maio.

- Portaria n.º 539/2010, de 20 de Julho - Classifica como albufeiras de águas públicas de utilização protegida as albufeiras de Alto Tâmega, Daivões e Gouvães.

- Portaria n.º 842/2010, de 6 de Setembro - Mantém a praia da Aguda, no concelho de Sintra, como praia de uso suspenso.

- Portaria n.º 931/2010, de 21 de Setembro - Define os elementos necessários à instrução dos processos de delimitação do domínio público hídrico por iniciativa dos proprietários, públicos ou privados, de terrenos nas áreas confinantes com domínio público hídrico e estabelece igualmente a taxa devida pela apreciação dos procedimentos de delimitação do domínio público por iniciativa dos particulares.

- Portaria n.º 962/2010, de 23 de Setembro - Classifica as albufeiras de águas públicas de serviço público de Girabolhos e Bogueira como albufeiras de águas públicas de utilização protegida.

- Decreto-Lei n.º 103/2010, de 24 de Setembro - Estabelece as normas de qualidade ambiental no domínio da política da água e **transpõe** a Directiva n.º 2008/105/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Dezembro, e parcialmente a Directiva n.º 2009/90/CE, da Comissão, de 31 de Julho.
Alterado pelo Decreto-Lei n.º 832011, de 20 de Junho.
Revogado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 218/2015, de 7 de outubro.

- Decreto-Lei n.º 108/2010, de 13 de Outubro - Estabelece o regime jurídico das medidas necessárias para garantir o bom estado ambiental do meio marinho até 2020.
Transpõe a Directiva n.º 2008/56/CE. JO L164 2008-6-25

- Decreto-Lei n.º 115/2010, de 22 de Outubro - Estabelece um quadro para a avaliação e gestão dos riscos de inundações, com o objectivo de reduzir as suas consequências prejudiciais, e **transpõe** a Directiva n.º 2007/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro.

- Decreto-Lei n.º 126/2010, de 23 de Novembro - Estabelece o regime de implementação dos aproveitamentos hidroeléctricos a que se refere a Resolução do Conselho de Ministros n.º 72/2010, de 10 de Setembro.

2011

- Portaria n.º 34/2011, de 13 de Janeiro - Estabelece o conteúdo mínimo do regulamento de serviço relativo à prestação dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos aos utilizadores.

- Despacho n.º 4570/2011, 2ª série, de 15 de Março, da Ministra do Ambiente e do Ordenamento do Território - Adopção de medidas de promoção do uso da água da torneira.

- Portaria n.º 493/2011, de 12 de Março - Identificação das águas balneares para o ano de 2011 e à fixação da época balnear para cada água balnear.

- Decreto-lei n.º 83/2011, de 20 de Junho - Estabelece especificações técnicas para a análise e monitorização dos parâmetros químicos e físico-químicos caracterizadores do estado das massas de água superficiais e subterrâneas e procede à **transposição** da Directiva n.º 2009/90/CE, da Comissão, de 31 de Julho.

- Aviso n.º 179/2011, de 4 de Agosto - Torna público que a República Portuguesa depositou o seu instrumento de ratificação do Protocolo de Emendas à Convenção Relativa à Organização Hidrográfica Internacional, adoptado no Mónaco em 14 de Abril de 2005.

2012

- Despacho n.º 3316/2012, 2ª série, de 6 de março, dos Secretários de Estado da Energia e do Ambiente e do Ordenamento do Território - Centrais mini-hídricas - informações prévias desfavoráveis ou indeferimentos de novos títulos de utilização.

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 39/2012, de 29 de Março - Suspende parcialmente, pelo prazo de três anos, o Plano de Ordenamento da Orla Costeira de Ovar-Marinha Grande, com vista à implantação de equipamentos de utilização coletiva.

- Portaria n.º 115/2012, de 27 de abril - Procede à identificação das águas balneares para o ano de 2012 e à fixação das respetivas épocas balneares.
Declaração de Retificação n.º 32/2012, de 21 de junho.

- Portaria n.º 117/2012, de 30 de abril - Define a Comissão Interministerial de Limites e Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas.

- Despacho n.º 5799/2012, 2ª série, de 18 de maio, do Secretário de Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território - Alteração do Plano de Ordenamento da Albufeira da Apartadura.

- Despacho n.º 6885/2012, 2ª série, de 21 de maio, do Secretário de Estado do Ambiente ed o Ordenamento do território – Comete à Agencia Portuguesa do Ambiente, IP a alteração do Plano de Ordenamento da Albufeira do Sabugal.

- Decreto-Lei n.º 113/2012, de 23 de maio - Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 135/2009, de 3 de junho, que estabelece o regime de identificação, gestão, monitorização e classificação da qualidade das águas balneares.

- Portaria n.º 175/2012, de 29 de maio - Procede à designação das praias marítimas e das praias de águas fluviais e lacustres qualificadas como praias de banhos no ano de 2012.

-Decreto-Lei n.º 130/2012, de 22 de junho - Procede à segunda alteração à Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, que aprova a Lei da Água, **transpondo** a Diretiva n.º 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro, e estabelecendo as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável das águas.
Procede à republicação da Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro
Alterada pela Lei n.º 44/2017, de 19 de junho.

- Portaria n.º 208/2012, de 6 de julho - Aprova a delimitação dos perímetros de proteção de várias captações das águas subterrâneas localizadas no concelho de Cascais.
Alterada pela Portaria n.º 358/2013, de 12 de dezembro.

- Portaria n.º 209/2012, de 9 de julho - A prova a delimitação dos perímetros de proteção de várias captações de águas subterrâneas localizadas nos concelhos de Nisa, Gavião, Marvão, Portalegre, Avis, Ponte de Sor e Chamusca.
Alterada pela Portaria n.º 328/2013, de 6 de novembro.
Alterada pela Portaria n.º 271/2015, de 4 de setembro.

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2012, de 10 de Julho - Suspende, pelo prazo de dois anos, o disposto nos artigos 25.º, 48.º, 50.º e 53.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Cascais e nos artigos 81.º e 82.º do Regulamento do Plano de Ordenamento da Orla Costeira de Cascais (Cidadela)-Forte de São Julião da Barra, numa área localizada na freguesia de Carcavelos, concelho de Cascais, estabelece medidas preventivas pelo mesmo período e para a mesma área e altera a delimitação da Reserva Agrícola Nacional do Município de Cascais.

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 62/2012, de 13 de Julho - Estabelece os objetivos e a composição da Comissão Interministerial para os Assuntos do Mar e disciplina o exercício das funções executivas de apoio à respetiva atividade.

- Decreto-Lei n.º 159/2012, de 24 de Julho - Regula a elaboração e a implementação dos planos de ordenamento da orla costeira e estabelece o regime sancionatório aplicável às infrações praticadas na orla costeira, no que respeita ao acesso, circulação e permanência indevidos em zonas interditas e respetiva sinalização.
Alterado pelo Decreto-Lei n.º 132/2015, de 9 de julho.

- Decreto-Lei n.º 201/2012, de 27 de agosto - Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 108/2010, de 13 de outubro, que define o regime jurídico das medidas necessárias para garantir o bom estado ambiental do meio marinho até 2020.

- Lei n.º 44/2012, de 29 de agosto - Sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, que estabelece o regime da utilização dos recursos hídricos.

- Decreto n.º 24/2012, de 24 de setembro - Aprova as Emendas aos artigos 25º e 26º da Convenção sobre a Proteção e a Utilização de Cursos de Água Transfronteiriços e dos Lagos Internacionais, adotadas pela Reunião das Partes, em Madrid, em 28 de novembro de 2003.

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 80/2012, de 1 de outubro - Altera o Plano de Ordenamento das Albufeiras de Cabril, Bouça e Santa Luzia, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2002, de 13 de março.

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/2012, de 3 de outubro - Altera o Plano de Ordenamento da Orla Costeira Cidadela - Forte de São Julião da Barra, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 123/98, de 19 de outubro.

- Portaria n.º 346/2012, de 29 de Outubro - Mantém a declaração da praia da Aguda, no concelho de Sintra, como praia de uso suspenso.

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 92/2012, de 9 de novembro - Suspende parcialmente o Plano de Ordenamento da Orla Costeira entre Sines e Burgau e o Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, pelo prazo de dois anos, com vista à instalação do Posto de Observação da Ponta da Galhofa, integrado no projeto de âmbito nacional Sistema Integrado de Vigilância, Comando e Controle da costa portuguesa.

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2012, de 18 de dezembro - Prorroga, pelo prazo de um ano, a suspensão parcial do Plano de Ordenamento das Albufeiras da Régua e do Carrapatelo e dos Planos Diretores Municipais de Alijó, de Carrazeda de Ansiães, de Mirandela, de Murça e de Vila Flor, bem como o estabelecimento de medidas preventivas, determinados pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 98/2010, de 15 de dezembro.

2013

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 1/2013, de 9 de janeiro - Aprova o Plano de Ordenamento da Albufeira do Ermal, situada no concelho de Vieira do Minho.

- Despacho n.º 2036/2013, 2ª série, de 4 de fevereiro, do Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural - Determina a constituição da Comissão de Acompanhamento do Licenciamento das Atividades Pecuárias (CALAP).

- Despacho n.º 2227/2013, 2ª série, de 7 de fevereiro, dos Secretários de Estado do Mar e do Ambiente e do Ordenamento do Território - Aprova o Programa de Ação e Medidas para a Melhoria e Controlo da Qualidade da Água na Ria Formosa.

- Despacho n.º 2228/2013, 2ª série, de 7 de fevereiro, do Secretário de Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território - Procede à revisão dos planos de gestão de bacia hidrográfica abrangidos pela área de jurisdição da Agência Portuguesa do Ambiente

- Aviso n.º 39/2013, de 20 de março - Torna público que a República Portuguesa depositou, nos termos do artigo 24.º da Convenção sobre a Proteção e a Utilização dos Cursos de Água Transfronteiriços e dos Lagos Internacionais o respetivo instrumento de adesão às Emendas aos artigos 25.º e 26.º da Convenção, concluída em Madrid, em 28 de novembro de 2003.

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 16-A/2013, de 22 de Março - Aprova o Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas que integram a região hidrográfica 6 (RH6), designado PGBH do Sado e Mira.

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 16-B/2013, de 22 de Março -Aprova os Planos de Gestão das Bacias Hidrográficas que integram a região hidrográfica 4 (RH4), designados PGBH do Vouga, Mondego e Lis e das Ribeiras do Oeste.

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 16-C/2013, de 22 de Março -Aprova o Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas que integram a região hidrográfica 3 (RH3), designado PGBH do Douro.

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 16-D/2013, de 22 de Março - Aprova o Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas que integram a região hidrográfica 2 (RH2), designado PGBH do Cávado, Ave e Leça.

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 16-E/2013, de 22 de Março - Aprova o Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas que integram a região hidrográfica 8 (RH8), designado PGBH das Ribeiras do Algarve.

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 16-F/2013, de 22 de Março - Aprova o Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas que integram a região hidrográfica 5 (RH5), designado PGBH do Tejo.

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 16-G/2013, de 22 de Março - Aprova o Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas que integram a região hidrográfica 7 (RH7), designado PGBH do Guadiana.

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 16-H/2013, de 22 de Março - Aprova o Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas que integram a região hidrográfica 1 (RH1), designado PGBH do Minho e Lima.

- Despacho n.º 5105/2013, 2ª série, de 16 de abril, da Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios da Defesa Nacional, da Administração Interna, da Economia e do Emprego, da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território e da Saúde - Gabinetes dos Ministros Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, da Defesa Nacional, da Administração Interna e da Economia e do Emprego, da Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território e do Ministro da Saúde **-** Prevenção e segurança Balnear.

- Portaria n.º 178/2013, de 13 de maio - Procede à identificação das águas balneares, à qualificação das praias e à fixação das respetivas épocas balneares para o ano de 2013.

- Portaria n.º 207/2013, de 21 de junho - Aprova a delimitação dos perímetros de proteção de três captações de água subterrânea que integram o polo de captação da Barosa no concelho de Leiria.

- Portaria n.º 217/2013, de 3 de julho - Aprova a delimitação dos perímetros de proteção de várias captações de água subterrânea localizadas no concelho de Sintra.
Alterada pela Portaria n.º 152/2014, de 4 de agosto.

- Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho - Define o regime de exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público, de recolha, tratamento e rejeição de efluentes e de recolha e tratamento de resíduos sólidos.
Revoga o Decreto-Lei n.º 379/93, de 5 de novembro.
Alterado pelo Decreto-lei n.º 72/2016, de 4 de novembro.

- Despacho n.º 9271/2013, 2ª série, de 16 de julho, dos Ministérios das Finanças e da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território - Gabinetes da Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território e dos Secretários de Estado do Tesouro e das Finanças -Constitui a parceria entre o Estado e os municípios de Amarante, de Arouca, de Baião, de Celorico de Basto, de Cinfães, de Fafe, de Santo Tirso e da Trofa para a gestão do sistema designado Sistema de Águas da Região do Noroeste

- Despacho n.º 9304/2013, 2ª série, de 16 de julho, do Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território - Cria a comissão de acompanhamento dos trabalhos com vista à elaboração do plano «PENSAAR 2020 - Uma nova estratégia para o sector de abastecimento de águas e saneamento de águas residuais»

- Portaria n.º 232/2013, de 22 de julho - Aprova a delimitação dos perímetros de proteção de sete captações de água subterrânea que constituem as origens de água, no concelho de Sever do Vouga

- Portaria n.º 233/2013, de 23 de julho - Procede à primeira alteração à Portaria n.º 43/2013, de 1 de fevereiro, que aprova a delimitação dos perímetros de proteção de captação de vários polos localizados no concelho da Moita.
Declaração de Retificação n º 38/2013, de 20 de setembro.

- Portaria n.º 233/2013, de 23 de julho - Aprova delimitação de perímetros de proteção de captações de águas subterrâneas localizadas no Local de Boa Vista, no concelho de Leiria.

- Portaria n.º 238/2013, de 24 de julho - Aprova delimitação de perímetros de proteção de captações de várias águas subterrâneas do Brulho e de Tentúgal situadas no concelho de Montemor-o-Velho.

- Portaria n.º 240/2013, de 29 de julho - Aprova a delimitação dos perímetros de proteção de várias captações de água subterrânea localizadas no concelho de Albergaria-a-Velha.

- Portaria n.º 241/2013, de 29 de julho - Aprova os modelos de sinalética e as barreiras de proteção a adotar nas zonas balneares.

- Portaria n.º 247/2013, de 5 de Agosto - Aprova a delimitação do perímetro de proteção de duas captações de água subterrânea em Seixo de Gatões, no concelho de Montemor-o-Velho.

- Decreto-Lei n.º 136/2013, de 7 de outubro - Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 108/2010, de 13 de outubro, que define o regime jurídico das medidas necessárias para garantir o bom estado ambiental do meio marinho até 2020, **transpondo** a Diretiva n.º 2008/56/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de junho.

- Acordo n.º 6/2013, 2ª série, de 17 de outubro - Adenda ao acordo de colaboração (acordo n.º 53/2006) celebrado em 29 de março de 2006, entre a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo e a Câmara Municipal da Chamusca, e publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 74, de 13 de abril de 2006.

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2013, de 28 de outubro - Aprova a suspensão parcial do Plano de Ordenamento da Orla Costeira Sado-Sines e estabelece medidas preventivas para as áreas de proteção costeira adjacentes aos empreendimentos turísticos no concelho de Grândola.

- Portaria n.º 327/2013, de 4 de novembro - Aprova a delimitação do perímetro de proteção de uma captação de água subterrânea do polo de captação de Casal do Ribeiro, localizada no concelho de Ourém.

- Despacho n.º 14072/2013, 2ª série, de 4 de novembro, do Secretário de Estado do Ambiente - Determina a elaboração da alteração do POOC Cidadela-Forte de S. Julião da Barra.

- Portaria n.º 328/2013, de 6 de novembro - Primeira alteração à Portaria n.º 209/2012, de 9 de julho, que aprova a delimitação dos perímetros de proteção de várias captações de águas subterrâneas localizadas nos concelhos de Nisa, Gavião, Marvão, Portalegre, Avis, Ponte de Sor e Chamusca.

- Lei n.º 78/2013, de 21 de novembro - Procede à primeira alteração à Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, que estabelece a titularidade dos recursos hídricos.
Alterada pela Lei n.º 34/2014, de 19 de junho
Alterada pela Lei n.º Lei n.º 31/2016, de 23 de agosto.

- Portaria n.º 348/2013, de 30 de novembro - Aprova a delimitação dos perímetros de proteção de várias captações de água subterrânea localizadas no concelho de Ourém.
Alterada pela Portaria n.º 250/2017, de 7 de agosto.

- Portaria n.º 358/2013, de 12 de dezembro - Primeira alteração à Portaria n.º 208/2012, de 6 de julho que aprova a delimitação dos perímetros de proteção de várias captações das águas subterrâneas localizadas no concelho de Cascais.

- Aviso n.º 15214/2013, 2ª série, de 16 de dezembro,da Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. - Alteração do Plano de Ordenamento da Albufeira de Santa Clara.

- Portaria n.º 361/2013, de 18 de dezembro - Aprova a delimitação do perímetro de proteção de várias captações de água subterrânea localizadas no concelho de Carregal do Sal.

- Portaria n.º 362/2013, de 19 de dezembro - Aprova a delimitação dos perímetros de proteção das captações de água subterrânea de Fonterma e de Pereira, no concelho de Montemor-o-Velho.

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 92/2013, de 23 de dezembro - Aprova a suspensão parcial do Plano de Ordenamento das Albufeiras da Régua e do Carrapatelo e estabelece medidas preventivas para as áreas identificadas do concelho de Cinfães.

2014

- Despacho n.º 238/2014, 2ª série, de 7 de janeiro, dos Ministérios do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, da Agricultura e do Mar e da Saúde – Determina as competências e a composição da Comissão Técnica de Acompanhamento da Diretiva n.º 91/676/CEE, do Conselho, de 12 de dezembro de 1991, relativa à proteção das águas contra a poluição causada por nitratos de origem agrícola.

- Edital n.º 35/2014, de 13 de janeiro - Pedido de utilização de recursos hídricos para captação de água do rio Angueira.

- Portaria n.º 16/2014, de 27 de janeiro - Aprova a delimitação dos perímetros de proteção de várias captações de água subterrânea no concelho de Águeda.

- Portaria n.º 18/2014, de 28 de janeiro - Primeira alteração à Portaria n.º 182/2012, de 8 de junho, que aprova a delimitação dos perímetros de proteção de várias captações de águas subterrâneas situadas no concelho de Benavente.

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2014, de 12 de fevereiro - Adota a Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020.

- Aviso n º 2147/2014, 2ª série, de 12 de fevereiro - Alteração do Plano de Ordenamento da Orla Costeira Vilamoura - Vila Real de Santo António.

- Portaria n.º 38/2014, de 14 de fevereiro - Aprova a delimitação dos perímetros de proteção de várias captações de água subterrânea localizadas no concelho de Ourém

- Portaria n º 43/2014, de 18 de fevereiro - Aprova a delimitação do perímetro de proteção das captações de água subterrânea localizada no concelho da Figueira da Foz.

- Portaria n º 54/2014, de 3 de março - Aprova a delimitação do perímetro de proteção da captação de água superficial localizada na Albufeira da Barragem de Odelouca, situada em Odelouca, na freguesia de Alferce do concelho de Monchique

- Portaria n.º 6172014, de 10 de março - Aprova a delimitação dos perímetros de proteção de várias captações localizadas no concelho de Pombal e revoga a Portaria n.º 34/2013, de 29 de janeiro

- Resolução da Assembleia da República n.º 26/2014, de 18 de março - Recomenda ao Governo que, numa perspetiva de mitigação, estude a possibilidade do recurso a medidas de urgência para responder aos estragos que resultaram das intempéries que assolaram o País no início do ano, e que simultaneamente promova com celeridade a revisão da Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira, numa ótica da prevenção e adaptação às dinâmicas do litoral do País.

- Despacho n.º 4222/2014, 2ª série, de 21 de março, dos Ministérios da Defesa Nacional, do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia e da Agricultura e do Mar - Cria a área de produção aquícola do Centro.

- Despacho n.º 4223/2014, 2ª série, de 21 de março dos Ministérios da Defesa Nacional, do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia e da Agricultura e do Mar - Cria a área de produção aquícola de Tavira, no Algarve.

- Portaria n.º 77/2014, de 31 de março - Aprova a delimitação dos perímetros de proteção de várias captações de água subterrânea localizadas no concelho de Beja.

- Lei nº 17/2014, de 10 de abril - Estabelece as Bases da Política de Ordenamento e de Gestão do Espaço Marítimo Nacional.

Desenvolvida pela Lei n.º 38/2015, de 12 de março.

- Portaria n.º 101-A/2014, Suplemento de 13 de maio - Procede à identificação das águas balneares, à qualificação das praias e à fixação das respetivas épocas balneares para o ano de 2014.

Alterada pela Portaria n.º 133/2014, de 30 de junho.

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 35/2014, de 20 de maio - Delega no Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia a competência para homologar as propostas de delimitação do domínio público hídrico, elaboradas nos processos pendentes em 27 de outubro de 2007.

- Despacho n.º 6574/2014, 2ª série, de 20 de maio, do Secretário de Estado do Ambiente - Cria o Grupo de Trabalho para o Litoral (GTL).

- Aviso n.º 6213/2014, 2ª série, de 20 de maio - Discussão pública da alteração do Plano de Ordenamento da Albufeira de Santa Clara.

- Despacho n.º 6803/2014, 2ª série, de 23 de maio, do Secretário de Estado do Ambiente - Verifica a caducidade, por decurso do prazo, da concessão por utilidade pública, para o aproveitamento hidroelétrico no rio Nabão.

- Portaria n.º 393/2014, 2ª série, de 28 de maio - Autoriza a Agência Portuguesa do Ambiente, I. P. (APA, I. P.) a proceder à repartição de encargos relativos à execução do contrato de manutenção e reabilitação das estações automáticas das redes de monitorização hidrometeorológicas.

- Resolução da Assembleia da República n.º 46/2014, de 30 de maio - Recomenda ao Governo que tome medidas no sentido da requalificação da Lagoa de Óbidos.

- Portaria n.º 117/2014, de 30 de maio - Aprova a delimitação dos perímetros de proteção de várias captações de água subterrânea localizadas no concelho da Mealhada.

- Portaria n.º 432/2014, 2ª série, de 5 de junho, dos Secretários de Estado Adjunto e do Orçamento e do Ambiente - Autoriza a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA I.P.) a efetuar a repartição de encargos relativos ao contrato de Aquisição de Serviços para a "Monitorização do estado das massas de água rios e albufeiras".

- Portaria n.º 433/2014, 2ª série, de 5 de junho, dos Secretários de Estado Adjunto e do Orçamento e do Ambiente - Autoriza a Agência Portuguesa do Ambiente, I. P. (APA I. P.) a efetuar a repartição de encargos relativo ao contrato de

Aquisição de Serviços de Fiscalização, Gestão da Qualidade e Coordenação de Segurança em Obra da empreitada para a Reabilitação da Célula de Lamas não Estabilizadas da ETAR de Alcanena.

- Despacho n.º 7365/2014, 2ª série, de 5 de junho, dos Secretários de Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza **-** Determina o relevante interesse público da remodelação e ampliação da ETAR de Esposende, na freguesia de Gandra, concelho de Esposende.

- Portaria n.º 437/2014, 2ª série, de 6 de junho, da Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional e do Secretário de Estado do Ambiente - Constitui a comissão de delimitação do processo de delimitação do domínio público hídrico na confrontação com o prédio sito na Rua Costa Pinto n.º 7, em S. João do Estoril, concelho de Cascais.

- Portaria n.º 438/2014, 2ª série, de 6 de junho, da Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional e do Secretário de Estado do Ambiente – Constitui a comissão de delimitação do processo de delimitação do domínio público marítimo de prédio sito na rua da misericórdia, n.º 19 e 21 (atual 17), freguesia de Ericeira e concelho Mafra, requerido por Heliodoro Jorge Antão.

- Portaria n.º 121/2014, de 9 de junho - Reclassifica as praias da Galé-Fontainhas e da Aberta Nova, situadas no concelho de Grândola.

- Lei n.º 34/2014, de 19 de junho - Segunda alteração à Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, que estabelece a titularidade dos recursos hídricos.
Alterada pela Lei n.º 31/2016, de 23 de agosto.

- Aviso n.º 7526/2014, 2ª série, de 19 de junho - Abertura do período de discussão pública da proposta de alteração do Plano de Ordenamento da Albufeira da Apartadura (POA da Apartadura).

- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/2014**, de 23 de junho - Prorroga, pelo prazo de um ano, a vigência da suspensão parcial do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Cascais e do Regulamento do Plano de Ordenamento da Orla Costeira de Cascais (Cidadela)-Forte de São Julião da Barra, bem como das respetivas medidas preventivas.

- Portaria n.º 133/2014, de 30 de junho - Primeira alteração à Portaria n.º 101-A/2014, de 13 de maio, que procede à identificação das águas balneares, à qualificação das praias e à fixação das respetivas épocas balneares para o ano de 2014.

- Despacho n.º 8502/2014, de 1 de julho, do Secretário de Estado do Ambiente - Prorroga a título excecional a concessão por utilidade pública para o aproveitamento hidroelétrico de Guilhofrei e Ermal.

- Portaria n.º 588/2014, 2ª série, de 17 de julho, da Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional e do Secretário de Estado do Ambiente - Constituí a comissão de delimitação do processo de delimitação do domínio público marítimo de prédio na confrontação com um terreno sito nas Quintas do Sul, freguesia da Torreira e concelho da Murtosa.

- Portaria nº 597/2014, 2ª série, de 18 de julho, da Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional e do Secretário de Estado do Ambiente - Constitui a comissão de delimitação do processo de delimitação do domínio público marítimo

na confrontação com o prédio denominado «Tora» sito na Lage, Malhada, freguesia e concelho de Ílhavo.

- Portaria nº 598/2014, 2ª série, de 18 de julho, da Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional e do Secretário de Estado do Ambiente - Constitui a comissão de delimitação do processo de delimitação do domínio público marítimo na confrontação com dois prédios sitos no lugar de Cabo Guião, freguesia da Torreira e concelho da Murtosa.

- Portaria nº 599/2014, 2ª série, de 18 de julho, da Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional e do Secretário de Estado do Ambiente - Constitui a comissão de delimitação do processo de delimitação do domínio público marítimo na confrontação com o prédio, designado por lote 62, sito na Rua dos Cubos, freguesia de Oliveira do Douro, concelho de Vila Nova de Gaia.

- Portaria n.º 602/2014, 2ª série, de 21 de julho, da Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional e do Secretário de Estado do Ambiente - Constitui a comissão de delimitação do processo de delimitação do domínio público marítimo na confrontação com um prédio sito em Vale Currais, freguesia de Carvoeiro, concelho de Lagoa.

- Portaria n.º 152/2014, de 4 de agosto - Primeira alteração à Portaria n.º 217/2013, de 3 de julho, que aprova a delimitação dos perímetros de proteção de captações localizadas no concelho de Sintra.

- Portaria n.º 154/2014, de 5 de agosto **-** Aprova a delimitação dos perímetros de proteção de várias captações de águas subterrâneas localizadas no concelho do Barreiro e **revoga** a Portaria n.º 963/2010, de 23 de setembro.

- Anúncio nº 218/2014, 2ª série, de 1 de setembro, da Agência Portuguesa do Ambiente **-** Auto de delimitação de domínio público marítimo na confrontação com o prédio denominado Quinta do Progresso, sito na freguesia de São Pedro, concelho de Faro.

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 54/2014, de 4 de setembro - Aprova o Plano de Ordenamento da Albufeira de Odeleite.

- Portaria n.º 175/2014, de 10 de setembro - Aprova a delimitação dos perímetros de proteção de várias captações de águas subterrâneas nos polos de captação «1», «2», e «3» no concelho de Castanheira de Pêra.
Alterada pela Portaria n.º 251/2017, de 7 de agosto.

- Portaria n.º 177/2014, de 11 de setembro - Aprova a delimitação dos perímetros de proteção de quatro captações de águas subterrâneas do Sistema de Captação de Carritos, no concelho da Figueira da Foz.

- Portaria nº 185/2014, de 16 de setembro **-** Aprova a delimitação dos perímetros de proteção de várias captações de água subterrânea no concelho de Oliveira de Azeméis.

- Anúncio n.º 226/2014, de 18 de setembro - Auto de delimitação do domínio público marítimo na confrontação com o prédio sito na Rua Alves Crespo, n.os 9 a 11, na Vila da Ericeira, freguesia da Ericeira, concelho de Mafra.

- Anúncio n.º 227/2014, de 18 de setembro - Auto de delimitação do domínio público marítimo na confrontação com dois prédios rústicos situados na Praia Formosa, freguesia de São Martinho, concelho do Funchal.

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2014, de 22 de setembro - Procede à primeira alteração à Resolução do Conselho de Ministros n.º 185/2007, de 21 de dezembro, que aprova o Plano de Ordenamento da Albufeira de Santa Clara e altera a delimitação da Reserva Ecológica Nacional dos concelhos de Odemira e de Ourique.

- Anúncio n.º 236/2014, de 29 de setembro - Auto de delimitação do domínio público marítimo na confrontação com o prédio urbano sito no lugar de Marcela, freguesia de Almagreira, concelho de Vila do Porto.

- Portaria n.º 195/2014, de 1 de outubro - Aprova a delimitação dos perímetros de proteção de várias captações de água subterrânea localizadas nos concelhos de Ponte de Sôr e Chamusca.

- **Aviso n.º 1003/2014**, de 2 de outubro - Alteração ao Plano de Ordenamento da Orla Costeira Cidadela — S. Julião da Barra (período de participação pública).

- Portaria n.º 220/2014, de 22 de outubro - Aprova a delimitação dos perímetros de proteção de várias captações de águas subterrâneas localizadas no concelho do Montijo.

- **Portaria n.º 248/2014**, de 26 de novembro - Aprova a delimitação do perímetro de proteção da captação de águas subterrâneas destinada ao abastecimento público localizada no concelho de Ourém.

- Anúncio n.º 286/2014, de 4 de dezembro - Auto de delimitação do domínio público marítimo na confrontação com o prédio sito na Rua Alves Crespo, n.º 15 e 15-A, freguesia da Ericeira, concelho de Mafra.

- Resolução do Conselho de Ministros nº 77/2014, de 19 de dezembro - Aprova a suspensão parcial do Plano de Ordenamento da Albufeira de Castelo de Bode e estabelece medidas preventivas.

2015

- Portaria n.º 6/2015, de 9 de janeiro - Aprova a delimitação dos perímetros de proteção dos furos denominados por SO4, PS2, PS1 e SO3, situados na Mata do Urso, freguesia de Carriço, no concelho de Pombal e revoga a Resolução do Conselho de Ministros n.º 58/2007, de 24 de abril.

- Portaria n.º 37/2015, de 17 de fevereiro - Procede à criação dos conselhos de região hidrográfica e regula o seu funcionamento.

- Despacho n.º 2234/2015, 2ª série, de 4 de março, do Secretário de Estado do Ambiente - Caducidade, por decurso do prazo, da concessão por utilidade pública para o aproveitamento hidroelétrico da energia das águas do rio Nabão, para transformação da energia mecânica das águas do rio em energia elétrica destinada ao consumo particular.

- Decreto-Lei n.º 38/2015, de 12 de março - **Desenvolve** a Lei n.º 17/2014, de 10 de abril, que estabelece as Bases da Política de Ordenamento e de Gestão do Espaço Marítimo Nacional.
Transpõe a Diretiva 2014/89/UE. JO L257 2014-8-28

Alterado pelo Decreto-Lei n.º 139/2015, de 30 de julho.

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 17/2015, de 6 de abril - Procede à primeira alteração ao Plano de Ordenamento da Albufeira do Sabugal, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 172/2008, de 21 de novembro.

- Decreto-Lei n.º 49/2015, de 10 de abril - Estabelece o regime especial aplicável à adaptação de moinhos, azenhas ou outras infraestruturas hidráulicas equivalentes para produção de energia hidroelétrica.
Declaração de Retificação n.º 26/2015, de 9 de junho.

- Anúncio n.º 71/2015, 2ª série, de 22 de abril, da Agência Portuguesa do Ambiente, IP - Auto de delimitação do domínio público marítimo na confrontação com o prédio rústico situado no Sítio dos Zimbreiros, ou Portinho, freguesia do Caniço, concelho de Santa Cruz, na Região Autónoma da Madeira.

- Anúncio n.º 78/2015, 2ª série, de 29 de abril, da Agência Portuguesa do Ambiente - Auto de delimitação do domínio público marítimo na confrontação com um prédio situado em Cerro dos Pios, freguesia do Carvoeiro, concelho da Lagoa (Algarve).

- Portaria n.º 119/2015, de 30 de abril - Aprova a delimitação dos perímetros de proteção de várias captações de águas subterrâneas inseridas na massa de água Sistema Aquífero de Sines - Zona Norte.

- Despacho n.º 4385/2015, 2ª série, de 30 de abril, do Secretário de Estado do Ambiente - Aprova a estratégia para o abastecimento de água e o saneamento de águas residuais, para Portugal continental no período 2014-2020, designada por «PENSAAR 2020 - Uma nova estratégia para o setor de abastecimento de águas e saneamento de águas residuais».

- Aviso n.º 4693/2015, 2ª série, de 30 de abril, da Agência Portuguesa do Ambiente - Pedido de utilização dos recursos hídricos com o fim de captar água da ribeira de Nisa.

- Portaria n.º 123/2015, de 5 de maio - Procede à identificação das águas balneares, à qualificação das praias e à fixação das respetivas épocas balneares para o ano de 2015.
Declaração de Retificação n.º 31/2015, de 2 de julho.

- Portaria n.º 124/2015, de 5 de maio - Aprova delimitação do perímetro de proteção do furo SL1, situado próximo da aldeia de Gesteira, no concelho de Soure.

- Portaria n.º 126/2015, de 8 de maio - Primeira alteração à Portaria n.º 130/2011, de 1 de abril, que aprova a delimitação dos perímetros de proteção de captação de águas subterrâneas destinadas ao abastecimento público de vários polos de captação no concelho de Santarém.

- Decreto-Lei n.º 92/2015, de 29 de maio - Cria o sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Centro Litoral de Portugal.

- Decreto-Lei nº 93/2015, de 29 de maio - Cria o sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Norte de Portugal.
Declaração de Retificação n.º 35/2015, de 27 de julho.
Alterado pelo Decreto-Lei n.º 16/2017, de 1 de fevereiro.

- Decreto-Lei nº 94/2015, de 29 de maio – Cria o sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo.
Declaração de Retificação n.º 34/2015, de 27 de julho.

- Portaria n.º 168/2015, de 4 de junho - Aprova a delimitação do perímetro de proteção da captação de água superficial localizada no concelho de Monchique.

- Declaração de Retificação n.º 26/2015, de 9 de junho - Retifica o Decreto-Lei n.º 49/2015, de 10 de abril, do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia que estabelece o regime especial aplicável à adaptação de moinhos, azenhas ou outras infraestruturas hidráulicas equivalentes para produção de energia hidroelétrica.

- Despacho n.º 6748/2015, 2ª série, de 16 de junho, do Secretário de Estado do Ambiente - Cria o Grupo de Apoio à Gestão do PENSAAR 2020 e determina a respetiva constituição e competências.

- Decreto-Lei n.º 117/2015, de 23 de junho - Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 347/2007, de 19 de outubro, que aprova a delimitação georreferenciada das regiões hidrográficas.

- Decreto-Lei n.º 132/2015, de 9 de julho - Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 159/2012, de 24 de julho, que regula a elaboração e a implementação dos planos de ordenamento da orla costeira e estabelece o regime sancionatório aplicável às infrações praticadas na orla costeira, no que respeita ao acesso, circulação e permanência indevidos em zonas interditas e respetiva sinalização.

- Decreto-Lei nº 133/2015, de 13 de julho - Procede à sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 152/97, de 19 de junho, que transpôs a Diretiva n.º 91/271/CEE, do Conselho, de 21 de maio, relativamente ao tratamento de águas residuais urbanas.

- Portaria n.º 217/2015, de 22 de julho - Aprova a delimitação dos perímetros de proteção de várias captações de água subterrâneas localizadas no concelho de Monchique.

- Resolução da Assembleia da República n.º 103/2015, de 27 de julho - Em defesa da sustentabilidade do rio Tejo.

- Portaria n.º 592/2015, 2ª série, de 28 de Julho, dos Gabinetes da Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional e do Secretário de Estado do Ambiente - Constituição da comissão de delimitação do processo de delimitação do domínio público hídrico na confrontação com o prédio sito no lugar de Moreiró, freguesia de Labruge, concelho de Vila do Conde.

- Portaria n.º 593/2015, 2ª série, de 28 de Julho, dos Gabinetes da Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional e do Secretário de Estado do Ambiente - Constituição da comissão de delimitação do processo de delimitação do domínio público marítimo na confrontação com os prédios sitos no lugar de Mataduços, freguesia de Esgueira, concelho de Aveiro.

- Portaria n.º 594/2015, 2ª série, de 28 de Julho, dos Gabinetes da Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional e do Secretário de Estado do Ambiente - Constituição da comissão de delimitação do processo de delimitação do domínio público hídrico na confrontação com o prédio denominado «Monte de Nossa Senhora de Fátima», situado em Vale de Areia, freguesia de Ferragudo, concelho de Lagoa.

- Decreto-Lei n.º 139/2015, de 30 de julho - Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 38/2015, de 12 de março, que desenvolve a Lei n.º 17/2014, de 10 de abril, que estabelece as Bases da Política de Ordenamento e de Gestão do Espaço Marítimo Nacional, e transpõe a Diretiva n.º 2014/89/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de julho de 2014, que estabelece um quadro para o ordenamento do espaço marítimo.

- Portaria n.º 619/2015, 2ª série, de 10 de agosto, dos Gabinetes da Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional e do Secretário de Estado do Ambiente - Cria a comissão de delimitação do processo de delimitação do domínio público hídrico na confrontação com o prédio rústico denominado «Camarções», sito em Foz do Arelho, freguesia de Foz do Arelho, concelho de Caldas da Rainha.

- Portaria n.º 238/2015, de 12 de agosto - Fixa o perímetro de proteção da água mineral natural a que corresponde o número HM-06 de cadastro e a denominação Caldas de Monchique e revoga a Portaria n.º 318/94, de 26 de maio.

- Portaria n.º 239/2015, de 12 de agosto Fixa o perímetro de proteção da água mineral natural a que corresponde o número HM-03 de cadastro e a denominação Fonte Santa de Almeida e revoga a Portaria n.º 286/2005, de 21 de março

- Portaria n.º 626/2015, 2ª série, de 12 de agosto, dos Gabinetes da Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional e do Secretário de Estado do Ambiente - Cria a comissão de delimitação do processo de delimitação do domínio público marítimo na confrontação com prédios sitos no Lugar de Muranzel, freguesia de Torreira, concelho de Murtosa.

- Portaria n.º 244/2015, de 14 de agosto - Aprova a delimitação dos perímetros de proteção de várias captações que captam na Massa de Água Maciço Antigo Indiferenciado da Bacia do Mondego (PT_A02RH4).

- Portaria n.º 248/2015, de 17 de agosto - Aprova a delimitação dos perímetros de proteção de várias captações, localizadas no concelho de Abrantes.

- Anúncio n.º 201/2015, 2ª Série, de 19 de agosto, do Presidente do Conselho Diretivo da Agência Portuguesa do Ambiente - Auto de delimitação do domínio público marítimo na confrontação com três prédios, sitos no Caminho do Lazareto, freguesia de Santa Maria Maior, concelho de Funchal.

- Portaria n.º 271/2015, de 4 de setembro - Segunda alteração à Portaria n.º 209/2012, de 9 de julho, que aprova a delimitação dos perímetros de proteção de captações de águas subterrâneas destinadas ao abastecimento público localizadas nos concelhos de Nisa, Gavião, Marvão, Portalegre, Avis, Ponte de Sor e Chamusca.

- Portaria n.º 272/2015, de 4 de setembro - Aprova a delimitação do perímetro de proteção para a captação designada

por F1 do polo de captação de Alcórrego, localizada no concelho de Avis.

- Portaria n.º 293/2015, 18 de setembro - Aprova a delimitação dos perímetros de proteção de várias captações de águas subterrâneas localizadas no concelho do Fundão.

- Portaria n.º 717/2015, 2ª série, de 23 de setembro, da Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional e do Secretário de Estado do Ambiente - Constituição da comissão de delimitação do processo de delimitação do domínio público marítimo de prédio da freguesia de Porto Santo, sito em Cabeço do Campo de Baixo, freguesia e concelho de Porto Santo.

- Decreto-Lei n.º 218/2015, de 7 de outubro - Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 103/2010, de 24 de setembro, que estabelece as normas de qualidade ambiental no domínio da política da água, **transpondo** a Diretiva n.º 2013/39/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de agosto de 2013, no que respeita às substâncias prioritárias no domínio da política da água.

-Portaria n.º 350/2015, de 13 de outubro - Aprova a delimitação dos perímetros de proteção das captações de água subterrânea, localizadas em Caranguejeira e em Coimbrão, no concelho de Leiria.

-Portaria n.º 351/2015, de 13 de outubro - Aprova a delimitação dos perímetros de proteção de várias captações de água subterrânea localizadas no concelho de Lagos.

- Portaria n.º 367/2015, de 16 de outubro - Aprova a delimitação do perímetro de proteção das captações SL11 e JK19, localizadas em Reixida, no concelho de Leiria.

- Portaria n.º 799/2015, 2º série, de 23 de outubro - Constitui a comissão de delimitação do processo de delimitação do domínio público marítimo na confrontação com prédios sitos no lugar do Paraíso, União de Freguesias de Glória e Vera Cruz, concelho de Aveiro.

- **Despacho n. 13596/2015**, 2ª série, de 24 de Novembro, do Secretário de Estado do Ambiente - Constitui a Comissão de Acompanhamento das Intervenções ao abrigo do Plano de Gestão Ambiental da Lagoa de Óbidos.

2016

- Aviso n.º 337/2016, 2ª série, de 13 de janeiro, do Presidente do Conselho Diretivo da Agência Portuguesa do Ambiente - Pedido de utilização dos recursos hídricos com o fim de captar água do rio Ceira para produção de energia hidroelétrica.

- Aviso n.º 19/2016, 2ª série, de 22 de janeiro, do Presidente do Conselho Diretivo da Agência Portuguesa do Ambiente - Auto de delimitação do domínio público marítimo na confrontação com o prédio situado na Alameda A Ver o Mar n.º 2, Praia da Areia Branca, freguesia e concelho da Lourinhã.

Declaração de retificação n.º 116/2016, 2ª série, de 5 de fevereiro.

- Portaria n.º 17/2016, de 4 de fevereiro - Aprova a delimitação dos perímetros de proteção de várias captações de água subterrânea localizadas no concelho de Pampilhosa da Serra.

Alterada pela Portaria n.º 163/2016, de 9 de junho.

- Portaria n.º 36/2016, de 2 de março - Aprova a delimitação dos perímetros de proteção de várias captações de águas subterrâneas localizadas nos concelhos de Vila Velha de Ródão e Nisa.

- Portaria n.º 38/2016, de 4 de março - Aprova a delimitação dos perímetros de proteção de várias captações de água subterrânea localizadas nos concelhos de Castelo Branco e Idanha-a-Nova.

- Portaria n.º 41/2016, de 8 de março - Aprova a delimitação dos perímetros de proteção de várias captações de água subterrânea localizadas nos concelhos de Oleiros, Pampilhosa da Serra e Sertã.

- Portaria n.º 74/2016, de 7 de abril - Aprova a delimitação dos perímetros de proteção de várias captações de água subterrânea localizadas no concelho de Góis.

-Portaria n.º 94/2016, de 18 de abril - Aprova a delimitação dos perímetros de proteção de várias captações de água subterrânea localizadas nos concelhos de Mação, Proença-a-Nova e Sardoal.

- Aviso n.º 6793/2016, 2ª série, de 31 de maio - Participação Pública da proposta de Programa da Orla Costeira Odeceixe — Vilamoura

- Portaria n.º 154-C/2016, 1º suplemento de 1 de junho - Procede à identificação das águas balneares, à qualificação das praias e à fixação das respetivas épocas balneares para o ano de 2016.

- Portaria n.º 163/2016, de 9 de junho - Primeira alteração à Portaria n.º 17/2016, de 4 de fevereiro, que aprova a delimitação dos perímetros de proteção de várias captações de água subterrânea localizadas no concelho de Pampilhosa da Serra.

- Portaria n.º 164/2016, de 9 de maio - Aprova a delimitação dos perímetros de proteção de várias captações de água subterrânea localizadas no concelho de Góis.

- Portaria n.º 199/2016, de 20 de julho - Aprova a delimitação do perímetro de proteção da captação designada por Poço do Açude da Ponte de Juncais, localizada no concelho de Fornos de Algodres.

- Portaria n.º 202/2016, de 22 de julho - Aprova a delimitação dos perímetros de proteção de diversas captações localizadas no concelho de Aguiar da Beira.

- Portaria n.º 204/2016, de 25 de julho - Estabelece a forma e os critérios técnicos a observar na identificação da área de jurisdição da autoridade nacional da água.

- **Decreto-Lei n.º 42/2016**, de 1 de agosto - Altera as normas respeitantes à monitorização dos elementos de qualidade das águas superficiais, das águas subterrâneas e das zonas protegidas relativos ao estado ecológico, procedendo à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 77/2006, de 30 de março, e **transpondo** a Diretiva 2014/101/EU da Comissão, de 30 de outubro de 2014, que altera a Diretiva 2000/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2000.

- Portaria n.º 211/2016, de 2 de agosto - Aprova a delimitação dos perímetros de proteção das captações, localizadas no concelho de Celorico da Beira, designadas por nascentes 5 a 9 da Cabeça Alta.

- Portaria n.º 213/2016, de 3 de agosto - Aprova a delimitação do perímetro de proteção da captação designada por Poço de Santo António do Rio, localizada no lugar de Santo António, no concelho de Celorico da Beira.

- Decreto-Lei n.º 46/2016, de 18 de agosto - Estabelece o regime transitório para os títulos de utilização privativa dos recursos hídricos para fins aquícolas em águas de transição.

- Lei n.º 31/2016, de 23 de agosto - Terceira alteração à Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, que estabelece a titularidade dos recursos hídricos.

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 51/2016, de 20 de setembro – Aprova os Planos de Gestão dos Riscos de Inundações do Vouga, Mondego e Lis, do Minho e Lima, do Cávado, Ave e Leça, do Douro, do Tejo e Ribeiras do Oeste, do Sado e Mira e das Ribeiras do Algarve.

Declaração de Retificação n.º 22-A/2016, 1º Suplemento, de 18 de novembro.

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2016, de 20 de setembro - Aprova os Planos de Gestão das Regiões Hidrográficas do Minho e Lima, do Cávado, Ave e Leça, do Douro, do Vouga e Mondego, do Tejo e Ribeiras Oeste, do Sado e Mira, do Guadiana e das Ribeiras do Algarve.

Declaração de Retificação n.º 22-B/2016, 1º Suplemento, de 18 de novembro.

- Portaria n.º 263/2016, de 12 de outubro – Aprova a delimitação do perímetro de proteção da captação designada por furo JK1-Quinta de Santa Cruz, localizada em Alagoa, concelho de Soure.

- Portaria n.º 264/2016, de 12 de outubro - Aprova a delimitação dos perímetros de proteção das captações localizadas no concelho de Alpiarça.

-Portaria n.º 266/2016, de 13 de outubro - Aprova a delimitação dos perímetros de proteção das captações localizadas no concelho de Torres Novas.

Alterada pela Portaria n.º 75/2018, de 13 de março

-Portaria n.º 267/2016, de 13 de outubro – Aprova a delimitação dos perímetros de proteção das captações localizadas no concelho de Almeirim.

- Portaria n.º 268/2016, de 13 de outubro - Aprova a delimitação dos perímetros de proteção das captações localizadas no concelho de Chamusca.

- Portaria n.º 273/2016, de 14 de outubro - Aprova a delimitação dos perímetros de proteção das captações localizadas no concelho de Salvaterra de Magos.

- Portaria n.º 274/2016, de 17 de outubro - Aprova a delimitação dos perímetros de proteção das captações localizadas no concelho de Benavente.

- Portaria n.º 276/2016, de 18 de outubro - Aprova a delimitação do perímetro de proteção das captações inseridas na massa de água Maciço Antigo Indiferenciado da Bacia do Mondego, localizadas no concelho de Gouveia.

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 64/2016, de 19 de outubro - Aprova a segunda alteração ao Plano de Ordenamento da Orla Costeira Cidadela-Forte de São Julião da Barra

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2016, de 19 de outubro - Aprova a alteração do Plano de Ordenamento da Orla Costeira Vilamoura - Vila Real de Santo António, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 103/2005, de 27 de junho.

- Portaria n.º 277/2016, de 20 de outubro - Aprova a delimitação dos perímetros de proteção de nove captações de água subterrânea localizadas nos concelhos de Penacova e de Vila Nova de Poiares.

- **Portaria n.º 279/2016**, de 25 de outubro - Aprova a delimitação dos perímetros de proteção das captações de «Arriça», «Azerveira», «Biscainho», «Fazendas das Figueiras», «Carapuções», «Santo Antonino», «Coruche», «Couço», «Courelinhas», «Erra», «Escusa», «Fajarda», «Feixe», «Lamarosa», «Malhada», «Salgueirinha», «Santana do Mato», «Varejola», «Volta do Vale», «Montinho dos Pegos» e «Frazão», localizadas no concelho de Coruche.

- Portaria n.º 283/2016, de 27 de outubro - Aprova a delimitação dos perímetros de proteção das captações localizadas no concelho de Arganil, que captam na massa de água Maciço Antigo Indiferenciado da Bacia do Mondego, PT-A0x2RH4.

- Portaria n.º 363/2016, 2ª série, de 2 de novembro - Constitui a comissão de delimitação do domínio público hídrico na confrontação com o prédio urbano situado no gaveto da Rua do Porto com o Caminho do Morro, na freguesia de Capelas, concelho de Ponta Delgada, Região Autónoma dos Açores.

- Portaria n.º 364/2016, 2ª série, de 2 de novembro - Constitui a comissão de delimitação do processo de delimitação do domínio público hídrico na confrontação com o prédio sito no lugar de Arinho, freguesia de Gondarém, concelho de Vila Nova da Cerveira.

- **Decreto-Lei n.º 72/2016**, de 4 de novembro - Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, prevendo a criação de sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais por destaque dos sisteL11272012mas multimunicipais resultantes de agregações.

- Decreto-Lei n.º 76/2016, de 9 de novembro - Aprova o Plano Nacional da Água, nos termos do n.º 4 do artigo 28.º da Lei da Água, aprovada pela Lei n.º 58/2008, de 31 de maio, e cria a Comissão Interministerial de Coordenação da Água.
Revoga o Decreto-Lei n.º 112/2002, de 7 de abril.

- Declaração de Retificação n.º 22-A/2016, 1º Suplemento, de 18 de novembro – Retifica a Resolução do Conselho de Ministros n.º 51/2016, de 20 de setembro, da Presidência do Conselho de Ministros, que aprova os Planos de Gestão dos Riscos de Inundações do Vouga, Mondego e Lis, do Minho e Lima, do Cávado, Ave e Leça, do Douro, do Tejo e Ribeiras do Oeste, do Sado e Mira e das Ribeiras do Algarve.

- Declaração de Retificação n.º 23-B/2016, 1º Suplemento, de 18 de novembro - Retifica a Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2016 de 20 de setembro, da Presidência do Conselho de Ministros, que aprova os Planos de Gestão

das Regiões Hidrográficas do Minho e Lima, do Cávado, Ave e Leça, do Douro, do Vouga e Mondego, do Tejo e Ribeiras Oeste, do Sado e Mira, do Guadiana e das Ribeiras do Algarve.

- Portaria n.º 312/2016, de 12 de dezembro - Aprova a delimitação dos perímetros de proteção das captações de água subterrânea que abastecem as localidades de Brunheira e Cercas, localizadas no concelho de Almodôvar.

- Portaria n.º 313/2016, de 12 de dezembro - Aprova a delimitação do perímetro de proteção das captações de água subterrânea, localizadas no polo de captação da Boavista, em Coimbra.
Alterada pela Portaria n.º 177/2017, de 29 de maio.

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 84-A/2016, 1º suplemento, de 28 de dezembro - Aprova a redefinição e a extensão do mandato da Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental.

2017

- Portaria n.º 1/2017, de 2 de janeiro - Aprova a delimitação dos perímetros de proteção das captações localizadas nos concelhos de Gavião e Mação.

- Portaria n.º 7/2017, de 4 de janeiro - Aprova a delimitação dos perímetros de proteção das captações localizadas no concelho de Góis.

- Portaria n.º 13/2017, de 9 de janeiro - Aprova a delimitação do perímetro de proteção das captações de água subterrânea localizadas no concelho da Marinha Grande.

- Portaria n.º 16/2017, de 10 de janeiro - Aprova a delimitação dos perímetros de proteção das captações da Bacia do Mondego localizadas na freguesia de Carapinha, no concelho de Tábua.

- Portaria n.º 21/2017, de 11 de janeiro - Aprova a delimitação do perímetro de proteção de três poços localizados no concelho de Águeda.

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2017, de 24 de janeiro - Prorroga a suspensão e a aplicação de medidas preventivas ao Plano de Ordenamento da Albufeira de Castelo de Bode.

- Decreto-Lei n.º 16/2017, de 1 de fevereiro - Procede à criação, por cisão, do sistema multimunicipal de abastecimento de água do sul do Grande Porto e da Águas do Douro e Paiva, S. A., do sistema multimunicipal de saneamento do Grande Porto e da SIMDOURO - Saneamento do Grande Porto, S. A.

- Portaria n.º 107/2017, de 13 de março - Aprovada a delimitação do perímetro de proteção da captação designada por SO1 - Torreira, no local de Torreira, concelho de Murtosa.

- **Despacho n.º 2054/2017**, de 10 de março, dos Ministérios do Ambiente e Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural - Gabinetes dos Secretários de Estado do Ambiente e das Florestas e do Desenvolvimento Rural - Cria um grupo de trabalho interministerial para o balanço da implementação e consequente atualização da Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais.

- Despacho n.º 2057/2017, de 10 de março, dos Ministérios do Ambiente e Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural - Gabinetes da Secretária de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza e do Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural - Declara-se relevante e sustentável interesse para a economia local, a construção do empreendimento da barragem para rega, no prédio denominado Herdade de Matraque.

- Portaria n.º 125/2017, de 29 de março - Aprova a delimitação dos perímetros de proteção das captações de água subterrânea localizadas no concelho de Oliveira do Bairro.

- Decreto-Lei n.º 40/2017, de 4 de abril - Aprova o regime jurídico da instalação e exploração dos estabelecimentos de culturas em águas marinhas, nelas se incluindo as águas de transição, e em águas interiores, no uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 37/2016, de 15 de dezembro.

Declaração de Retificação n.º 15-A/2017, de 2 de junho.

- Aviso n.º 3830-B/2017, 2ª série, de 10 de abril - Participação pública da proposta de Programa para a Orla Costeira (POC) Alcobaça-Cabo Espichel.

- Portaria n.º 143/2017, de 20 de abril - Aprova a delimitação dos perímetros de proteção das captações localizadas no concelho de Góis.

- Decreto-Lei n.º 46/2017, de 3 de maio - Altera o regime económico e financeiro dos recursos hídricos.

-**Despacho n.º 3782/2017**, 2ª série, de 5 de maio, da Secretária de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza - Determina a elaboração do Programa Especial das Albufeiras do Baixo Sabor — escalão de montante e escalão de jusante (PEABS).

- Despacho n.º 3841/2017, 2ª série, de 8 de maio, da Secretária de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza - Determina a elaboração do Programa da Orla Costeira Vilamoura — Vila Real de Santo António (POC-VVRSA) Despacho n.º 3841/2017: Determina a elaboração do Programa da Orla Costeira Vilamoura — Vila Real de Santo António (POC-VVRSA).

- Despacho n.º 3842/2017, 2ª série, de 8 de maio, da Secretária de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza - Determina a elaboração do Programa Especial da Albufeira de São Domingos (PEASD).

- Despacho n.º 3843/2017, 2ª série, de 8 de maio, da Secretária de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza - Determina a elaboração do Programa Especial da Albufeira do Ermal (PEAE).

- Portaria n.º 105/2017, 2ª série, de 10 de maio, do Secretário de Estado do Orçamento e da Secretária de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza - Autoriza a Agência Portuguesa do Ambiente, I. P. a assumir encargos orçamentais decorrente do contrato «Empreitada de Estabilização da Arriba Norte da Praia das Azenhas do Mar».

- Portaria n.º 173/2017, de 26 de maio - Procede, para o ano de 2017, à identificação das águas balneares costeiras e de transição e das águas balneares interiores, fixando as respetivas épocas balneares, e à qualificação, como praias de banhos, das praias marítimas e das praias de águas fluviais e lacustres, em território nacional.

- Portaria n.º 177/2017, de 29 de maio - Procede à primeira alteração da Portaria n.º 313/2016, de 12 de dezembro, que aprova a delimitação do perímetro de proteção das captações de água subterrânea, localizadas no polo de captação da Boavista, em Coimbra.

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 80/2017, de 7 de junho – Cria a Comissão Permanente de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos Efeitos da Seca.

- Lei n.º 44/2017, de 19 de junho - Estabelece o princípio da não privatização do setor da água, procedendo à quinta alteração à Lei da Água, aprovada pela Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro.

- Despacho n.º 5447/2017, 2ª série de 22 de junho, da Secretária de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza - Determina a elaboração do Programa Especial da Albufeira do Caia (PEAC).

- Portaria n.º 249/2017, de 7 de agosto - Segunda alteração da Portaria n.º 130/2011, de 1 de abril, alterada pela Portaria n.º 126/2015, de 8 de maio, que aprova a delimitação dos perímetros de proteção de captações de águas subterrâneas destinadas ao abastecimento público localizadas no concelho de Santarém.

- Portaria n.º 250/2017, de 7 de agosto - Primeira alteração à Portaria n.º 348/2013, de 29 de novembro, que aprova a delimitação dos perímetros de proteção de captações de águas subterrâneas destinadas ao abastecimento público localizadas no concelho de Ourém.

Declaração de Retificação n.º 32/2017, de 6 de outubro.

- Portaria n.º 251/2017, de 7 de agosto - Primeira alteração da Portaria n.º 175/2014, de 10 de setembro, que aprova a delimitação dos perímetros de proteção de captações de águas subterrâneas destinadas ao abastecimento público localizadas no concelho de Castanheira de Pêra.

- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/2017**, de 10 de agosto - Aprova o Programa da Orla Costeira Ovar - Marinha Grande.

- Despacho n.º 6969/2017, 2ª série, de 10 de agosto, da Secretária de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza - Determina a elaboração do Programa Especial das Albufeiras de Ribeiradio e Ermida (PEARE).

- Anúncio n.º 137/2017, 2ª série, de 14 de agosto - Auto de delimitação do domínio público marítimo na confrontação com três prédios sitos junto ao Rio Minho, lugar de São Sebastião, freguesia de Seixas, concelho de Caminha, requerida por Carlos Jorge Valadares da Costa e outros.

- Anúncio n.º 140/2017, 2ª série, de 16 de agosto - Auto de delimitação do domínio público marítimo na confrontação com o prédio denominado «Barranco do Poço», situado em Guerreiros do Rio, freguesia e concelho de Alcoutim.

- Portaria n.º 236/2017, de 21 de agosto - Autoriza a Agência Portuguesa do Ambiente, I. P. (APA, I. P.), a efetuar a repartição de encargos relativos ao contrato da empreitada de «Limpeza de Vegetação e Desassoreamento do Leito Periférico Direito», no Aproveitamento Hidráulico do Mondego.

- Portaria n.º 237/2017, de 21 de agosto - Autoriza a Agência Portuguesa do Ambiente, I. P. (APA, I. P.), a efetuar a repartição de encargos relativos ao contrato da empreitada de «Reabilitação do Leito e dos Diques do Leito Central do Rio Mondego».

- Anúncio n.º 148/2017, 2ª série, de 21 de agosto - Auto de delimitação do domínio público marítimo na confrontação com o prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Gondomar sob o n.º 830/170392, da freguesia de Sousa, delimitação que foi requerida pela antiga Fundição do Rio Sousa, Construção e venda de Bens Imobiliários, Lda.

- Anúncio n.º 156/2017, 2ª série, de 4 de setembro - Auto de delimitação do domínio público marítimo na confrontação com dois prédios sitos na Rua do Cerco, freguesia de Água de Pau.

- Anúncio n.º 157/2017, 2ª série, de 4 de setembro - Auto de delimitação do domínio público marítimo na confrontação com três prédios sitos no Cabo Girão, freguesia e concelho de Câmara de Lobos.

- Portaria n.º 280/2017, de 19 de setembro - Estabelece a forma de cálculo, o montante, as isenções, a forma de divisão e de entrega do produto de cobrança da Taxa Aquícola (TAQ), a pagar nos procedimentos previstos no Decreto-Lei n.º 40/2017, de 4 de abril.

- Aviso n.º 11506/2017, 2ª série, de 29 de setembro - Regulamento de Gestão das Praias Marítimas do troço Ovar-Marinha Grande.

- Portaria n.º 349/2017, de 14 de novembro - Aprova a delimitação dos perímetros de proteção de diversas captações de água subterrânea localizadas no concelho de Mira.

- Portaria n.º 350/2017, de 14 de novembro - Aprova a delimitação dos perímetros de proteção das captações localizadas no concelho de Arganil, que captam na massa de água Maciço Antigo Indiferenciado da Bacia do Mondego (PT-A0x2RH4).

- Despacho n.º 10200/2017, 2ª série, de 23 de novembro, da Secretária de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza - Determina a elaboração do Programa das Albufeiras da Régua e Carrapatelo (PEARC).

- Despacho n.º 10201/2017, 2ª série, de 23 de novembro, da Secretária de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza - Determina a elaboração do Programa Especial da Albufeira de Crestuma-Lever (PEACL).

- Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de dezembro - Altera o regime da qualidade da água para consumo humano, **transpondo** as Diretivas n º 2013/51/EURATOM e 2015/1787.

2018

- Despacho n.º 124/2018, 2ª série, de 3 de janeiro, da Secretária de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza - Determina a elaboração do Programa Especial das Albufeiras de Alqueva e Pedrógão (PEAAP).

- Despacho n.º 897/2018, 2ª série, de 23 de janeiro, do Secretário de Estado do Ambiente - Extingue a concessão do aproveitamento hidroelétrico do Lindoso, situado no rio Ave, na freguesia de Lindoso, concelho de Ponte da Barca.

- Despacho n.º 1608/2018, 2ª série, de 15 de fevereiro, da Ministra do Mar - Determina a elaboração do plano para a aquicultura em águas de transição.

- Lei n.º 12/2018, de 2 de março - Modifica o regime de atribuição de títulos de utilização do domínio público hídrico relativamente a situações existentes não tituladas, procedendo à sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, que estabelece o regime da utilização dos recursos hídricos.

- Despacho n.º 2260-A/2018, 2º suplemento, 2ª série, de 6 de março, do Ministro do Ambiente - «Operação Tejo 2018».

- Anúncio n.º 34/2018, 2ª série, de 7 de Março - Auto de delimitação do domínio público marítimo na confrontação com dois prédios situados na praia de S. Julião, freguesia de S. Julião das Lampas e concelho de Sintra, requerida por Julitur - Sociedade Turística de São Julião, S. A.

- Portaria n.º 75/2018, de 13 de março - Altera a Portaria n.º 266/2016, de 13 de outubro, que aprova a delimitação dos perímetros de proteção de captações de águas subterrâneas, destinadas ao abastecimento público, no concelho de Torres Novas.

- Decreto-Lei n.º 21/2018, 28 de março - Altera o Regulamento de Segurança de Barragens e aprova o Regulamento de Pequenas Barragens.

- Portaria n.º 118-A/2018, 1º suplemento, de 2 de maio - Procede, para o ano de 2018, à identificação das águas balneares costeiras e de transição e das águas balneares interiores, fixando as respetivas épocas balneares, e à qualificação, como praias de banhos, das praias marítimas e das praias de águas fluviais e lacustres em território nacional, bem como à identificação das praias de uso limitado.

- Decreto do Presidente da República n.º 35/2018, de 11 de maio - Ratifica o Tratado entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha através do qual se estabelece a linha de fecho das desembocaduras dos rios Minho e Guadiana e se delimitam os troços internacionais de ambos os rios, assinado em Vila Real, a 20 de maio de 2017.

- Resolução da Assembleia da República nº 124/2018, de 11 de maio - Aprova o Tratado entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha através do qual se estabelece a linha de fecho das desembocaduras dos rios Minho e Guadiana e se delimitam os troços internacionais de ambos os rios, assinado em Vila Real, a 20 de maio de 2017.

QUALIDADE DO AR

2009

- Decreto-Lei n.º 49/2009, de 26 de Fevereiro - Estabelece mecanismos de promoção de biocombustíveis nos transportes rodoviários.

- Portaria n.º 437-A/2009, de 24 de Abril - Estabelece as regras relativas à atribuição de licenças de emissão a novas instalações e **revoga** a Portaria n.º 387/2006, de 21 de Abril.

- Portaria n.º 675/2009, de 23 de Junho - Fixa os valores limite de emissão de aplicação geral (VLE gerais) aplicáveis às instalações abrangidas pelo Decreto-Lei n.º 78/2004, de 3 de Abril.
Declaração de Rectificação n.º 62/2009, de 21 de Agosto.
Revogada pela Portaria n.º 190-B/2018, 1º suplemento, de 2 de julho.

- Portaria n.º 676/2009, de 23 de Junho - Substitui a tabela n.º 3 do anexo à Portaria n.º 80/2006, de 23 de Janeiro, que fixa os limiares mássicos máximos e mínimos de poluentes atmosféricos
Declaração de Rectificação n.º 63/2009, de 21 de Agosto
Declaração de Rectificação n.º 66/2009, de 11 de Setembro

- **Portaria n.º 677/2009**, de 23 de Junho - Fixa os valores limite de emissão (VLE) aplicáveis às instalações de combustão abrangidas pelo Decreto-Lei n.º 78/2004, de 3 de Abril
Alterada pelo Decreto-Lei n.º 127/2013, de 30 de agosto.
Revogada pelo Decreto-Lei n.º 39/2018, de 11 de junho

- Decreto-Lei n.º 154/2009, de 6 de Julho - Procede à quarta alteração ao regime jurídico do comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 233/2004, de 14 de Dezembro, **transpondo** para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2004/101/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Outubro.
Republica o Decreto-Lei n.º 233/2004, de 14 de Dezembro.

- Decreto-Lei n.º196/2009, de 24 de Agosto - Procede à primeira alteração do Decreto-Lei n.º 346/2007, de 17 de Outubro, que aprova o Regulamento Relativo às Medidas a Tomar contra a Emissão de Gases e Partículas Poluentes Provenientes dos Motores de Ignição por Compressão e contra a Emissão de Gases Poluentes Provenientes dos Motores de Ignição Comandada Alimentados a Gás Natural ou a Gás de Petróleo Liquefeito Utilizados em Veículos, **transpondo** para a ordem jurídica interna a Directiva 2008/74/CE, da Comissão, de 18 de Julho.

- Aviso n.º 89/2009, de 11 de Setembro - Torna público ter a República Portuguesa efectuado, em 22 de Maio de 2008, junto do Secretário-Geral da Organização Marítima Internacional, o depósito do seu instrumento de adesão ao Protocolo de 1997 relativo à Convenção Internacional para a Prevenção de Poluição por Navios, 1973, Modificada pelo Protocolo de 1978, MARPOL 73/78, Relativo às Regras para a Prevenção da Poluição Atmosférica por Navios, adoptado em Londres em 26 de Setembro de 1997.

- Decreto do Presidente da República n.º 90/2009, de 15 de Setembro - Ratifica o Protocolo sobre Registos de Emissões e Transferências de Poluentes, adoptado em Kiev em 21 de Maio de 2003.

- Resolução da Assembleia da República n.º 87/2009, de 15 de Setembro - Aprova o Protocolo sobre Registos de Emissões e Transferências de Poluentes, adoptado em Kiev em 21 de Maio de 2003, por ocasião da 5.ª Conferência Ministerial Ambiente para a Europa.

- Despacho Conjunto n.º 20762/2009, de 16 de Setembro, da Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios da Administração Interna, do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, da Economia e da Inovação e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações – Programa de execução do Plano de Melhoria da Qualidade do Ar na Região do Norte

- Despacho Conjunto n.º 20763/2009, de 16 de Setembro, da Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios da Administração Interna, do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, da Economia e da Inovação e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações –
Programa de execução do Plano de Melhoria da Qualidade do Ar na Região de Lisboa e Vale do Tejo.

- Despacho n.º 22007/2009, de 2 de Outubro - Aprova o programa de controlo de aplicação do Decreto-Lei n.º 181/2006, de 6 de Setembro.

- Aviso n.º 110/2009, de 28 de Outubro - Torna público ter a República Portuguesa efectuado, em 8 de Outubro de 2009, junto do Secretário-Geral das Nações Unidas, o depósito do seu instrumento de ratificação do Protocolo sobre Registos de Emissões e Transferências de Poluentes, adoptado em Kiev em 21 de Maio de 2003.

2010

- Despacho n.º 451572010, 2ª série, de 15 de Março - Cria a comissão de acompanhamento local da co-incineração de resíduos perigosos na cimenteira da Cimpor - Indústria de Cimentos, S. A., em Souselas.

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 24/2010, de 1 de Abril - Aprova a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas.

Revogada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 59/2015, de 30 de julho

- Decreto-Lei n.º 30/2010, de 8 de Abril - Quinta alteração ao regime jurídico do comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 233/2004, de 14 de Dezembro, **transpondo** parcialmente para a ordem jurídica interna a Directiva 2009/29/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Abril.

- Decreto-Lei n.º 93/2010, de 27 de Julho - Estabelece o regime de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa das actividades da aviação, **transpondo** a Directiva n.º 2008/101/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Novembro, que altera a Directiva n.º 2003/87/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de Outubro.

Alterado pelo Decreto-Lei n.º 38/2013, de 15 de Março.
Alterado pelo Decreto-Lei n.º 195/2015, de 14 de setembro.
Alterado pelo Decreto-Lei n.º 42-A/2016, de 12 de agosto.

- Decreto-Lei n.º 102/2010, de 23 de Setembro - Estabelece o regime da avaliação e gestão da qualidade do ar ambiente.

Transpõe a Directiva 2008/50/CE. JO L152 2008-6-11 e a Directiva 2004/107/CE. JO L23 2005-1-26
Alterado pelo Decreto-Lei n.º 43/2015**,** de 27 de março.
Alterado e **republicado** pelo Decreto-Lei n.º 47/2017, de 10 de maio.

- Portaria n.º 993/2010, de 29 de Setembro - Estabelece a taxa devida à Agência Portuguesa do Ambiente (APA) pelo acesso e utilização do Registo Português de Licenças de Emissão (RPLE).

- Despacho n.º 15296/2010, 2ª série, de 11 de Outubro, dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros e do Ambiente e do Ordenamento do Território - Constitui um grupo de trabalho (GT *fast start*) com vista à execução da Iniciativa Portuguesa de Implementação Imediata em Matéria de Alterações Climáticas no período de 2010-2012.

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 93/2010, de 26 de Novembro - Determina a elaboração do Roteiro Nacional de Baixo Carbono 2020 e de planos sectoriais de baixo carbono, bem como do Programa Nacional para as Alterações Climáticas 2020.

- Decreto-Lei n.º 142/2010, de 31 de Dezembro - Altera as normas de especificação técnica para a composição da gasolina e do gasóleo rodoviário, introduz um mecanismo de monitorização e de redução das emissões de gases com efeito de estufa, **transpõe** parcialmente para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2009/30/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Abril, procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 281/2000, de 10 de Novembro, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 89/2008, de 30 de Maio.

Alterado pelo Decreto-Lei n.º 214-E/2015, (1º supl.) de 30 de setembro.

2011

- Decreto-Lei n.º 56/2011, de 21 de Abril - Estabelece o regime aplicável a determinados gases fluorados com efeito estufa, **assegurando a execução** do Regulamento (CE) n.º 842/2006, do Parlamento Europeu e do Conselho, e dos respectivos regulamentos de desenvolvimento.

- Despacho n.º 10681/2011, 2ª série, de 26 de Agosto, da Ministra da Agricultura, Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território - Delega competências no mestre Nuno Lacasta, coordenador do comité executivo da Comissão para as Alterações Climáticas (CECAC).

2012

- Decreto-Lei n.º 6/2012, de 17 de janeiro - Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 117/2010, de 25 de Outubro, que **transpõe** parcialmente para a ordem jurídica interna a Directiva 2009/28/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Abril de 2009, e a Directiva 2009/30/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Abril, de 2009, e estabelece os critérios de sustentabilidade de produção e utilização de biocombustíveis e de biolíquidos, os mecanismos de promoção de biocombustíveis nos transportes terrestres, e define os limites de incorporação obrigatória de biocombustíveis para os anos de 2011 a 2020, procedendo, igualmente, à suspensão temporária da vigência do n.º 1 do artigo 15.º do mesmo diploma.

- Decreto-Lei n.º 60/2012, de 14 de Março - **Transpõe** a Diretiva n.º 2009/31/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de abril, e estabelece o regime jurídico da atividade de armazenamento geológico de dióxido de carbono (CO(índice 2)).

- **Decreto-Lei n.º 180/2012**, de 3 de agosto - Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 181/2006, de 6 de setembro, e **transpõe** a Diretiva n.º 2010/79/UE, da Comissão, de 19 de novembro, que adapta ao progresso técnico o anexo III da Diretiva n.º 2004/42/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa à limitação das emissões de compostos orgânicos voláteis.

- Decreto-Lei n.º 224/2012, de 16 de outubro - Procede à prorrogação do período de suspensão da vigência do n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 117/2010, de 25 de outubro, relativamente ao cumprimento dos critérios de sustentabilidade de produção e utilização de biocombustíveis e biolíquidos.

- Decreto-Lei n.º 252/2012, de 26 de novembro - Procede à alteração do regime jurídico do comércio de licenças de emissão de gases com efeito estufa, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 233/2004, de 14 de dezembro, **transpondo** parcialmente a Diretiva n.º 2009/19/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de abril.

- Decreto-Lei n.º 258/2012, de 30 de novembro - Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 236/2005, de 30 de dezembro, **transpondo** a Diretiva 2011/88/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de novembro, que altera a Diretiva 97/68/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro, relativa à aproximação das legislações dos Estados membros respeitantes a medidas contra a emissão de poluentes gasosos e de partículas pelos motores de combustão interna a instalar em máquinas móveis não rodoviárias.

2013

- Lei n.º 9/2013, de 28 de janeiro - Aprova o regime sancionatório do setor energético, **transpondo**, em complemento com a alteração aos Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, as Diretivas nos 2009/72/CE e 2009/73/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de julho de 2009, que estabelecem regras comuns para o mercado interno da eletricidade e do gás natural e revogam, as Diretivas nos 2003/54/CE e 2003/55/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2003.

- Decreto-Lei n.º 38/2013, de 15 de Março - Regula o regime de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa a partir de 2013, **concluindo a transposição** da Diretiva n.º 2009/29/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de abril de 2009, a fim de melhorar e alargar o regime comunitário de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa.

Alterado pelo Decreto-Lei n.º 42-A/2016, de 12 de agosto.

- Decreto-Lei n.º 118/2013, de 20 de agosto - Aprova o Sistema de Certificação Energética dos Edifícios, o Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Habitação e o Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Comércio e Serviços, e **transpõe** a Diretiva n.º 2010/31/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de maio de 2010, relativa ao desempenho energético dos edifícios.

- Portaria n.º 353-A/2013, 1º suplemento, de 4 de dezembro - Estabelece os valores mínimos de caudal de ar novo por espaço, bem como os limiares de proteção e as condições de referência para os poluentes do ar interior dos edifícios de comércio e serviços novos, sujeitos a grande intervenção e existentes e a respetiva metodologia de avaliação.

2014

- Portaria n.º 3-A/2014, de 7 de janeiro **-** Estabelece os procedimentos de repartição das receitas geradas pelos leilões de licenças de emissão de gases com efeito de estufa, incluindo o plano anual de utilização das receitas e o modo de articulação do Fundo Português de Carbono com outros organismos na alocação e utilização dessas receitas, bem como os montantes a deduzir à tarifa de uso global do Sistema Elétrico Nacional.

- Despacho n.º 2441/2014, 2ª série, de 14 de fevereiro, do Secretário de Estado do Ambiente - Cria o Grupo de Trabalho do Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC), para acompanhamento da sua elaboração atendendo ao seu caráter intersetorial, cuja coordenação geral compete à Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA).

- Decreto-Lei n.º 28/2014, de 21 de fevereiro - **Transpõe** a Diretiva n.º 2012/46/UE, da Comissão, de 6 de dezembro, que altera a Diretiva n.º 97/68/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro, relativa à aproximação das legislações dos Estados membros respeitantes a medidas contra a emissão de poluentes gasosos e de partículas pelos motores de combustão interna a instalar em máquinas móveis não rodoviárias, e procede à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 236/2005, de 30 de dezembro, e à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 47/2006, de 27 de fevereiro.

- **Portaria n.º 247/2014**, de 26 de novembro - Estabelece os valores das taxas devidas pela análise do plano de monitorização de emissões e de dados toneladas-quilómetro, bem como pela respetiva atualização, no âmbito do comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa na União Europeia.

2015

- Decreto-Lei n.º 43/2015, de 27 de março - Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 102/2010, de 23 de setembro, que estabelece o regime da avaliação e gestão da qualidade do ar ambiente.
Transpõe as Diretivas 2008/50/CE, do Parlamento Europeu.
2004/107/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 20/2014, de 14 de abril - Reestrutura o Sistema Nacional de Inventário de Emissões por Fontes e Remoção por Sumidouros de Poluentes Atmosféricos.

- Decreto-Lei n.º 68-A/2015, 1º Suplemento, de 30 de abril - Estabelece disposições em matéria de eficiência energética e produção em cogeração, **transpondo** a Diretiva n.º 2012/27/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro de 2012, relativa à eficiência energética.

- Portaria n.º 188/2015, de 25 de junho - Aprova os montantes das taxas pela avaliação ou atualização de Título de Emissão de Gases com Efeito de Estufa (TEGEE), pela avaliação do pedido de acesso à reserva de licenças de emissão para novas instalações, pela avaliação do pedido de abertura e pela manutenção da conta no Registo da União e no âmbito da qualificação do verificador.

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2015, de 29 de julho -Aprova o Quadro Estratégico para a Política Climática, o Programa Nacional para as Alterações Climáticas e a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas, determina os valores de redução das emissões de gases com efeito de estufa para 2020 e 2030 e cria a Comissão Interministerial do Ar e das Alterações Climáticas.
Declaração de Retificação n.º 41/2015, de 17 de setembro.

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 162/2015, 1º Suplemento, de 20 de Agosto - Aprova a versão final revista do Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas - PETI3+, para o horizonte 2014-2020.

- Decreto-Lei n.º 195/2015, de 14 de setembro - Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 93/2010, de 27 de julho, que transpõe a Diretiva n.º 2003/87/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de julho de 2003, relativa à criação de um regime de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa, **concluindo a transposição**, no que diz respeito às atividades de aviação, da Diretiva n.º 2009/29/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho.

- Despacho n.º 11428/2015, 2ª série, de 13 de outubro, dos Ministérios das Finanças, da Economia e do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia - Gabinetes da Ministra de Estado e das Finanças e dos Ministros da Economia e do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia - Criação e composição de um Grupo de Trabalho com o objetivo de monitorizar e avaliar as linhas de atuação face aos impactos da crise da Volkswagen, assegurando o respeito pelo ambiente, a fiscalidade, os direitos dos consumidores e a proteção e salvaguarda dos interesses do Estado Português.
Alterado pelo Despacho n.º 14679/2015, de 11 de novembro.

- Decreto n.º 19/2015, de 21 de outubro - Aprova a Emenda de Doha ao Protocolo de Quioto à Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, adotada em Doha, em 8 de dezembro de 2012.

- Portaria n.º 854/2015, 2ª série, de 19 de novembro - Autoriza o Fundo Português de Carbono a efetuar a repartição de encargos relativos ao contrato de financiamento para a concessão de apoios no âmbito do «Programa de apoio a projetos no país a conceder pelo Fundo Português de Carbono» para remoção de gases com efeito de estufa — Projeto MOBI.E

2016

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 46/2016, de 26 de agosto - Aprova a Estratégia Nacional para o Ar (ENAR 2020) destinada a melhorar a qualidade do ar para a proteção da saúde humana, da qualidade de vida dos cidadãos e da preservação dos ecossistemas.

- Decreto do Presidente da República n.º 79-M/2016, 1º suplemento, de 30 de setembro - Ratifica o Acordo de Paris, no âmbito da Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas, adotado em Paris, em 12 de dezembro de 2015.

- Decreto da Assembleia da República n.º 197-A/2016, 1º suplemento, de 30 de setembro - Aprova o Acordo de Paris, no âmbito da Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas, adotado em Paris, em 12 de dezembro de 2015.

- Decreto-Lei n.º 69/2016, de 3 de novembro - Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 117/2010, de 25 de outubro, que estabeleceu os critérios de sustentabilidade da produção e utilização de biocombustíveis e de biolíquidos, bem como os mecanismos de promoção de biocombustíveis nos transportes terrestres e define os limites de

incorporação obrigatória de biocombustíveis para os anos de 2011 a 2020, e transpôs parcialmente para a ordem jurídica interna os artigos 17.º a 19.º e os anexos III e V da Diretiva n.º 2009/28/CE, do Conselho e do Parlamento Europeu, de 23 de abril, e o n.º 6 do artigo 1.º e o anexo IV da Diretiva n.º 2009/30/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de abril.

- Aviso n.º 117/2016, de 12 de dezembro - Torna público que a República Portuguesa depositou o seu instrumento de ratificação do Acordo de Paris, no âmbito da Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas, adotado em Paris, em 12 de dezembro de 2015.

2017

- Despacho 2873/2017, 2ª série, de 6 de abril, do Ministro do Ambiente - Aprova o Regulamento de Funcionamento da Comissão Interministerial do Ar e das Alterações Climáticas.

- Decreto n.º 13/2017, de12 de abril - Aprova o Protocolo à Convenção de 1979 sobre a Poluição Atmosférica Transfronteiras a Longa Distância, relativo aos Metais Pesados, assinado em Aarhus, Dinamarca, em 24 de junho de 1998.

- Decreto-Lei n.º 47/2017, de 10 de maio - Altera o regime de avaliação e gestão da qualidade do ar ambiente, **transpondo** a Diretiva (UE) 2015/1480.

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 88/2017, de 26 de junho - Aprova o Quadro de Ação Nacional para o desenvolvimento do mercado de combustíveis alternativos no setor dos transportes.

- Aviso n.º 64/2017, de 29 de junho - Torna público que a República Portuguesa depositou o seu instrumento de aprovação do Protocolo à Convenção sobre a Poluição Atmosférica Transfronteiras a Longa Distância, relativo a Metais Pesados, assinado em Aarhus, em 24 de junho de 1998.

- Despacho n.º 8719/2017, 2ª série, de 3 de outubro, dos Secretários de Estado do Emprego e do Ambiente - Designa a APSEI - Associação Portuguesa de Segurança como organismo de avaliação e certificação para a certificação de técnicos e ou empresas no âmbito das atividades relativas ao setor dos sistemas fixos de proteção contra incêndios e extintores.

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 163/2017, de 31 de outubro - Aprova o Plano Nacional para a Promoção de Biorrefinarias.

- Decreto-Lei n.º 145/2017, de 30 de novembro - **Assegura a execução, na ordem jurídica nacional**, do Regulamento (UE) n.º 517/2014, relativo aos gases fluorados com efeito de estufa.

Declaração de Retificação n.º 3-A/2018, 1º Suplemento, de 29 de janeiro.

2018

- Declaração de Retificação n.º 3-A/2018, 1º Suplemento, de 29 de janeiro - Retifica o Decreto-Lei n.º 145/2017, de 30 de novembro, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) n.º 517/2014, relativo aos gases fluorados com efeito de estufa.

- Decreto n.º 16/2018, de 5 de junho - Aprova a Emenda ao Protocolo de Montreal, relativo às Substâncias que Empobrecem a Camada de Ozono, adotada em Quigali, em 15 de outubro de 2016.

- Decreto-Lei n.º 39/2018, de 11 de junho - Estabelece o regime da prevenção e controlo das emissões de poluentes para o ar, e **transpõe** a Diretiva (UE) 2015/2193.

IMPACTE AMBIENTAL

2008

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 85/2008, de 26 de Maio - Adopta, em termos gerais, as conclusões e recomendações do relatório ambiental elaborado pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil, I. P., no âmbito do procedimento de avaliação ambiental estratégica da análise técnica comparada das alternativas de localização do novo aeroporto de Lisboa e confirma a aprovação da localização do novo aeroporto de Lisboa na zona do Campo de Tiro de Alcochete.

- Despacho 18350/2008, 2º série, de 9 de Julho, do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional – Aprova a criação da comissão de acompanhamento ambiental da construção do aproveitamento hidroeléctrico do Baixo Sabor.

- Despacho n.º 20724/2008, de 7 de Agosto 2º série,, do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional - O projecto «Loteamento da zona 2F1 da ZILS» é totalmente dispensado do procedimento de avaliação de impacte ambiental, ficando a presente dispensa condicionada ao cumprimento das condições constantes da DIA do projecto «Expansão do Complexo Petroquímico REPSOL», emitida a 27 de Maio de 2008, anexa ao presente despacho.

- Despacho n.º 31195/2008, de 4 de Dezembro 2º série,, do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional - Designação dos vogais para o conselho consultivo de AIA.

2012

- Aviso n.º 2/2012, de 15 de fevereiro - Aprova a Emenda à Convenção sobre a Avaliação dos Impactes Ambientais Num Contexto Transfronteiras, adotada pela Decisão III/7, na Terceira Conferência das Partes, realizada em Cavtat, na Croácia, de 1 a 4 de Junho de 2004

- Despacho n.º 10187/2012, 2º série de 30 de julho, do Ministro da Economia e do Emprego e da Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território - Reconhece a necessidade, por razões imperativas de interesse público, dos projetos de construção dos aproveitamentos hidroelétricos de Daivões, Alto Tâmega e Gouvães e a ausência de soluções alternativas.

- Aviso n.º 161/2012, de 8 de outubro - Torna público que a República Portuguesa depositou o seu instrumento de aprovação do Protocolo Relativo à Avaliação Ambiental Estratégica à Convenção sobre a Avaliação dos Impactes Ambientais Num Contexto Transfronteiras, adotado em Kiev, na Ucrânia, em 21 de maio de 2003.

2013

- Resolução da Assembleia da República n.º 17/2013, de 7 de março - Recomenda ao Governo que sujeite o projeto turístico previsto para a Praia Grande, na lagoa dos Salgados, ao exercício de avaliação de impacte ambiental (AIA).

- Decreto-Lei n.º 151-B/2013, (2º Supl.) de 31 de outubro - Estabelece o regime jurídico da avaliação de impacte ambiental (AIA) dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente.

T**ranspõe a Diretiva 2011/92/UE**, JO L26, 2012-2-28, relativa à avaliação dos efeitos de determinados projetos públicos e privados no ambiente.
Alterado pelo Decreto-Lei n.º 47/2014, de 24 de março.
Alterado pelo Decreto-Lei n.º 179/2015, de 27 de agosto.
Alterado pela Lei n.º 37/2017, de 2 de junho.
Alterado pelo Decreto-Lei n.º 152-B/2017, 1º suplemento, de 11 de dezembro.

2014

- Decreto-Lei n.º 47/2014, de 24 de março - Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, que estabelece o regime jurídico de avaliação de impacte ambiental (AIA) dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente, transpondo a Diretiva n.º 2011/92/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro de 2011, relativa à avaliação dos efeitos de determinados projetos públicos e privados no ambiente.

Alterado pelo Decreto-Lei n.º 179/2015, de 27 de agosto.

2015

- Decreto-Lei n.º 179/2015, de 27 de agosto - Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, que estabelece o regime jurídico da avaliação de impacte ambiental dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente, transpondo para a ordem jurídica

interna a Diretiva n.º 2011/92/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro de 2011, relativa à avaliação dos efeitos de determinados projetos públicos e privados no ambiente.

- Portaria n.º 326/2015, de 2 de outubro - Aprova os requisitos e condições de exercício da atividade de verificador de pós-avaliação de projetos sujeitos a avaliação de impacte ambiental.
Alterada pela Portaria n.º 30/2017, de 17 de janeiro.

- Portaria n.º 368/2015, de 19 de outubro - Fixa o valor das taxas a cobrar pela autoridade de AIA no âmbito do procedimento de avaliação de impacte ambiental.

- Portaria n.º 395/2015, de 4 de novembro - Estabelece os requisitos técnicos formais a que devem obedecer os procedimentos previstos no regime jurídico de avaliação de impacte ambiental.
Revoga a Portaria n.º 330/2001, de 2 de abril.

2017

- Portaria n.º 30/2017, de 17 de janeiro - Procede à primeira alteração da Portaria n.º 326/2015, de 2 de outubro, que estabelece os requisitos e condições de exercício da atividade de verificador de pós-avaliação de projetos sujeitos a avaliação de impacte ambiental.

- Lei n.º 37/2017, de 2 de junho - Torna obrigatória a avaliação de impacte ambiental nas operações de prospeção, pesquisa e extração de hidrocarbonetos, procedendo à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, que estabelece o regime jurídico da avaliação de impacte ambiental dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente.

- Decreto-Lei n.º 152-B/2017, 1º suplemento, de 11 de dezembro - Altera o regime jurídico da avaliação de impacte ambiental dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente
Transpõe a Diretiva n.º 2014/52/UE.

2018

- Decreto-Lei n.º 11/2018, de 15 de fevereiro - Estabelece as restrições básicas ou níveis de referência referentes à exposição humana a campos eletromagnéticos derivados de linhas, instalações e demais equipamentos de alta e muito alta tensão, regulamentando a Lei n.º 30/2010, de 2 de setembro.

RUÍDO

2009

- Decreto-Lei n.º 19/2009, de 15 de Janeiro - **Transpõe** para a ordem jurídica interna a Directiva 2007/34/CE, da Comissão, de 14 de Junho, relativa ao nível sonoro admissível e ao dispositivo de escape dos veículos a motor, estabelecendo disposições aplicáveis à homologação CE de um modelo de automóvel no que respeita ao nível sonoro, bem como relativas à homologação CE de dispositivos silenciosos enquanto unidades técnicas.

2014

- Portaria n.º 101/2014, de 12 de maio - Cria um regime excecional relativo à operação de aeronaves nos aeroportos de Lisboa, Porto e Faro, bem como no terminal civil de Beja.
(Vigora apenas entre as 00h00m do dia 23 de maio e as 06h00m do dia 25 de maio de 2014).

2015

- Portaria n.º 241-A/2015, (1º Supl.) de 12 de agosto **-** Procede à derrogação temporária da restrição da Portaria n.º 303-A/2004, de 22 de março, concedendo às aeronaves autorizadas a aterrar durante o período noturno no Aeroporto de Lisboa a possibilidade de procederem, logo após a aterragem, à inversão de potência (reverse thrust).

RESÍDUOS

2009

- Decreto-Lei n.º 6/2009, de 6 de Janeiro - Estabelece o regime de colocação no mercado de pilhas e acumuladores e o regime de recolha, tratamento, reciclagem e eliminação dos resíduos de pilhas e de acumuladores, **transpondo** para a ordem jurídica interna a Directiva 2006/66/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de Setembro, relativa a pilhas e acumuladores e respectivos resíduos e que revoga a Directiva 91/157/CEE, do Conselho, de 18 de Março, alterada pela Directiva 2008/12/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Março.

Alterado pelo Decreto-Lei n.º 266/2009**,** de 29 de Setembro.
Alterado pelo Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de junho.
Alterado pelo Decreto-Lei n.º 173/2015, de 25 de agosto.
Revogado pelo Decreto-Lei n.º 152-D/2017, 2º suplemento, de 11 de dezembro

- Portaria n.º 172/2009, de 17 de Fevereiro **-** Aprova o Regulamento dos Centros Integrados de Recuperação, Valorização e Eliminação de Resíduos Perigosos (CIRVER).

- Despacho n.º 9062/2009, 2ª Série, de 1 de Abril, do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e da Economia e Inovação - Licença à Amb3E - Associação Portuguesa de Gestão de Resíduos de Equipamentos Eléctricos e Electrónicos (Amb3E).

- Despacho n.º 9063/2009, 2ª Série, de 1 de Abril, do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e da Economia e Inovação - Concessão de licença à ERP Portugal - Associação Gestora de REEE (ERP).

- Despacho n.º 10134/2009, 2ª série, de 16 de Abri, dos Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e da Economia e Inovação - Aprova a tabela de valores da prestação financeira à ERP Portugal.

- Despacho n.º 10287/2009, 2ª série, de 20 de Abril, dos Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e da Economia e Inovação - Estabelece os princípios e as normas aplicáveis à gestão de embalagens e resíduos de embalagens. Altera os n.º 5.3 e 5.4.2 do apêndice I à licença atribuída à Sociedade Ponto Verde em 7 de Dezembro de 2004, referente às bases das contribuições financeiras exigíveis ao ciclo económico do produto e das contrapartidas a pagar pela titular.

- Despacho n.º 10780/09, 2ª série, de 27 de Abril, dos Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e da Economia e Inovação - Aprova a tabela de valores da prestação financeira da AMB 3E - Associação Portuguesa de Gestão de Resíduos de Equipamentos Eléctricos e Electrónicos, para o biénio de 2008-2009.

- Despacho n.º 16781/2009, 2ª série, de 22 de Julho, do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional - Concessão à VALORCAR - Sociedade de Gestão de Veículos em Fim de Vida, Lda., da licença para a gestão de um sistema integrado de resíduos de baterias e acumuladores para veículos automóveis e de alguns tipos de baterias e acumuladores industriais.

- Portaria n.º 851/2009, de 7 de Agosto - Aprova as normas técnicas relativas à caracterização de resíduos urbanos (PERSU II)

Altera a Portaria n.º 187/2007, de 12 de Fevereiro.

- Decreto-Lei n.º 183/2009, de 10 de Agosto - Estabelece o regime jurídico da deposição de resíduos em aterro, as características técnicas e os requisitos a observar na concepção, licenciamento, construção, exploração, encerramento e pós-encerramento de aterros, **transpondo** para a ordem jurídica interna a Directiva 1999/31/CE, do Conselho, de 26 de Abril, relativa à deposição de resíduos em aterros, alterada pelo Regulamento (CE) n.º 1882/2003, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Setembro, aplica a Decisão 2003/33/CE, de 19 de Dezembro de 2002.

Revoga o Decreto-Lei n.º 152/2002, de 23 de Maio.
Declaração de Rectificação n.º 74/2009, de 9 de Outubro.
Alterado pelo Decreto-Lei n.º 84/2011, de 20 de Junho.
Alterado pelo Decreto-Lei n.º 88/2013, de 9 de julho.

- Decreto-Lei n.º 198/2009, de 26 de Agosto - **Transpõe** para a ordem jurídica interna a Directiva 2006/117/EURATOM, do Conselho, de 20 de Novembro, relativa à fiscalização e ao controlo das transferências de resíduos radioactivos e de combustível irradiado, e **revoga** o Decreto-Lei n.º 138/96, de 14 de Agosto.

- Despacho n.º 19692/2009, 2ª série, de 27 de Agosto, do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional - Licença para a gestão de um sistema integrado de gestão de pneus usados.

Altera o Despacho n.º 31203/2008, de 4 de Dezembro (2ª série).

- Decreto-Lei n.º 210/2009, de 3 de Setembro -. Estabelece o regime de constituição, gestão e funcionamento do mercado organizado de resíduos.

Alterado pelo Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de Junho

- Decreto-Lei n.º 235/2009, de 15 de Setembro - Cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Norte Central e constitui a sociedade RESINORTE - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S. A., atribuindo-lhe a concessão da exploração e gestão desse sistema.

Alterado pelo Decreto-Lei n.º 106/2014, de 2 de julho.

- Despacho n.º 21295/2009, 2ª série, de 22 de Setembro, do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional - Aprova a Estratégia para os Combustíveis Derivados de Resíduos (CDR), para o horizonte temporal de 2009-2020.

- Decreto-Lei n.º 266/2009, de 29 de Setembro - Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 6/2009, de 6 de Janeiro, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva 2008/103/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Novembro de 2008, relativa a pilhas e acumuladores e respectivos resíduos no que respeita à colocação de pilhas e acumuladores no mercado, que altera a Directiva 2006/66/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de Setembro de 2006.

Alterado pelo Decreto-Lei n.º 17372015, de 25 de agosto.

- Decreto-Lei n.º 267/2009, de 29 de Setembro - Estabelece o regime jurídico da gestão de óleos alimentares usados.

- Portaria n.º 1127/2009, de 1 de Outubro - Aprova o Regulamento Relativo à Aplicação do Produto da Taxa de Gestão de Resíduos.

Alterada pela Portaria n.º 1324/2010, de 29 de Dezembro.

2010

- Decreto-Lei n.º 10/2010, de 4 de Fevereiro - Estabelece o regime jurídico a que está sujeita a gestão de resíduos das explorações de depósitos minerais e de massas minerais.

Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva 2006/21/CE, JO L102 2006-4-11, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de Março, relativa à gestão dos resíduos das indústrias extractivas.

Alterado pelo Decreto-lei n.º 31/2013, de 22 de fevereiro.

- Portaria n.º 72/2010, de 4 de Fevereiro - Estabelece as regras respeitantes à liquidação, pagamento e repercussão da taxa de gestão de resíduos e revoga a Portaria n.º 1407/2006, de 18 de Dezembro.

Alterada pela Portaria n.º 222/2011, de 2 de Junho.

Revogada pela Portaria n.º 278/2015, de 11 de setembro.

- Despacho n.º 3227/2010, 2ª série, de 22 de Fevereiro, da Ministra do Ambiente, do Ordenamento do Território - Aprovação do Programa de Prevenção de Resíduos Urbanos (PPRU) para o período de 2009-2016.

Revogado pela Portaria n.º 187-A/2014, de 17 de setembro.

- Despacho 3862/2010, 2ª série, de 3 de Março, do Secretário de Estado do Ambiente - Concessão à ERP Portugal - Associação Gestora de Resíduos de licença para a gestão de um sistema integrado de resíduos de pilhas e acumuladores.

- Despacho n.º 3863/2010, 2ª série, de 3 de Março, do Secretário de Estado do Ambiente - Concessão à ECOPILHAS - Sociedade Gestora de Resíduos de Pilhas e Acumuladores, Lda., de licença para a gestão de um sistema integrado de resíduos de pilhas e acumuladores.

- Portaria n.º 165/2010, de 16 de Março - Estabelece um regime excepcional aplicável ao «Projecto Limpar Portugal».

- Despacho n.º 5186/2010, 2ª série, de 23 de Março, do Secretário de Estado do Ambiente - Concessão à GVB - Gestão e Valorização de Baterias, Lda., de licença para a gestão de um sistema integrado de resíduos de baterias e acumuladores industriais e para veículos automóveis.

- Despacho n.º 6839/2010, 2ª série, de 19 de Abril, dos Ministérios da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e do Ambiente e do Ordenamento do Território **-** Prorrogação da licença concedida à VALORCAR - Sociedade de Gestão de Veículos em Fim de Vida, Lda.

- Despacho n.º 6844/2010, 2ª série, de 19 de Abril, do Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente -Redução do valor da taxa de registo no SIRAPA aos aderentes a uma plataforma de negociação autorizada pela Agência Portuguesa do Ambiente.

- Portaria n.º 228/2010, de 22 de Abril - Define o logótipo para uso por parte das entidades gestoras das plataformas de negociações no âmbito do mercado organizado de resíduos.

- Despacho n.º 13092/2010, 2ª série, de 13 de Agosto, dos Ministérios da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e do Ambiente e do Ordenamento do Território - Concede à VALORCAR — Sociedade de Gestão de Veículos em Fim de Vida, Lda. a licença para a gestão de um sistema integrado de veículos em fim de vida.
Alterado pelo Despacho n.º 5959/2016, 2ª série de 4 de maio.

- Decreto-Lei n.º 132/2010, de 17 de Dezembro - Altera o regime jurídico da gestão de resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 230/2004, de 10 de Dezembro, e **transpõe** parcialmente a Directiva n.º 2008/112/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Dezembro.

- Portaria n.º 1324/2010, de 29 de Dezembro - Altera o Regulamento de Aplicação do Produto da Taxa de Gestão de Resíduos, aprovado pela Portaria n.º 1127/2009, de 1 de Outubro.

2011

- Portaria n.º 43/2011, de 20 de Janeiro - Aprova o Plano Estratégico dos Resíduos Hospitalares para o período de 2011-2016.

- Despacho n.º 3107/2011, 2ª série, de 15 de Fevereiro, do Secretário de Estado do Ambiente - Tabela dos valores da prestação financeira unitária a aplicar pela VALORCAR no ano de 2011.
Revogado pelo Despacho n.º 2341/2015, (2ª Série) de 6 de março.

- Despacho n.º 4364/2011, 2ª série, de 10 de Março, do Ministro da Economia, da Inovação e do desenvolvimento e do Secretário de Estado do Ambiente - Prorrogação da licença concedida à SOGILUB - Sociedade de Gestão Integrada de Óleos Usados, Lda.

- Portaria n.º 101/2011, de 11 de Março - Estabelece um regime excepcional aplicável à iniciativa «Projecto limpar Portugal».

- Despacho n.º 6245/2011, 2ª série, de 11 de Abril, do Secretário de Estado do Ambiente - Tabela de valores da prestação financeira a suportar pela entidade ECOPILHAS - Sociedade Gestora de Resíduos de Pilhas e Acumuladores, Lda., para o ano de 2011.
Revogado pelo Despacho n.º 8725/2014, 2ª série, de 7 de julho.

- Despacho n.º 7007/2011, 2ª série, de 6 de Maio, da Ministra do Ambiente e do Ordenamento do Território - Determina as medidas a adoptar na sequência da deposição ilegal de resíduos nas escombreiras das antigas minas de São Pedro da Cova (Gondomar).

- Portaria n.º 222/2011, de 2 de Junho - Primeira alteração à Portaria n.º 72/2010, de 4 de Fevereiro, que estabelece as regras respeitantes à liquidação, pagamento e repercussão da taxa de gestão de resíduos.
Revogada pela Portaria n.º 278/2015, de 11 de setembro.

- Despacho n.º 8002/2011, 2ª série, de 3 de Junho, dos Ministérios da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento e do Ambiente e do Ordenamento do Território - Tabela de valores das prestações financeiras a que se refere o n.º 1 da cláusula 6ª da licença da AMB3E- Associação Portuguesa de Gestão de Resíduos para 2011.

- Despacho n.º 8061/2011, 2ª série, de 6 de Junho,dos Ministérios da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento e do Ambiente e do Ordenamento do Território - Altera a licença concedida à Sociedade Ponto Verde em 7 de Dezembro de 2004.

- Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de Junho - Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro, **transpõe** a Directiva 2008/98/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Novembro, relativa aos resíduos, e procede à alteração de diversos regimes jurídicos na área dos resíduos.
Alterado pelo Decreto-Lei n.º 67/2014, de 7 de maio.
Alterado pelo Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.
Alterado pelo Decreto-Lei n.º 10372015, de15 de junho.
Alterado pelo Decreto-Lei n.º 173/2015, de 25 de agosto.

- Decreto-Lei n.º 84/2011, de 20 de Junho - Procede à simplificação dos regimes jurídicos da deposição de resíduos em aterro, da produção cartográfica e do licenciamento do exercício das actividades de pesquisa e captação de águas subterrâneas, conformando-os com o Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de Julho, que transpôs para a ordem jurídica

interna a Directiva 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de Dezembro, relativa aos serviços no mercado interno.

Republica o Decreto-Lei n.º 133/2005, de 16 de Agosto.

2012

- Decreto-Lei n.º 1/2012, de 11 de janeiro - Procede à 5.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 196/2003, de 23 de Agosto, e **transpõe** a Directiva n.º 2011/37/UE, da Comissão, de 30 de Março, relativa aos veículos em fim de vida.

- Despacho n.º 1516/2012, 2ª série, de 1 de fevereiro - Prorrogação do prazo da licença concedida à Amb3E - Associação Portuguesa de Gestão de Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos, através do despacho conjunto n.º 354/2006, de 27 de abril.

Alterado pelo Despacho n.º 5257/2018, 2ª série, de 25 de maio

- Despacho n.º 1647/2012, 2ª série, de 3 de fevereiro - Prorrogação do prazo da licença concedida à SOCIEDADE PONTO VERDE - Sociedade Gestora de Resíduos de Embalagens, S. A.

Alterado pelo Despacho n.º 14202-E/2016, 2ª série, de 28 de novembro.

- Despacho n.º 1648/2012, 2ª série, de 3 de fevereiro - Prorrogação do prazo da licença concedida à VALORMED - Sociedade de Gestora de Resíduos de Embalagens e Medicamentos, Lda.

- Despacho n.º 1649/2012, 2ª série, de 3 de fevereiro - Prorrogação do prazo da licença concedida à SIGERU - Sistema Integrado de Gestão de Embalagens e Resíduos em Agricultura, Lda.

Alterado pelo Despacho n.º 6560/2017, 2ª série, de 28 de julho

- Despacho n.º 1650/2012, 2ª série de 3 de fevereiro - Prorrogação do prazo da licença concedida à ERP Portugal - Associação Gestora de R. E. E. E.

Alterado pelo Despacho n.º 5258/2018, 2ª série, de 25 de maio

- Portaria n.º 63/2012, de 20 de março - Estabelece um regime excecional aplicável à iniciativa «Projeto limpar Portugal».

- Portaria n.º 172/2012, de 24 de maio - Primeira alteração à Portaria n.º 242/2008, de 18 de março, que estabelece os termos do pagamento de taxas a cobrar pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA) pela apreciação dos procedimentos relativos à notificação de transferência de resíduos que se destine à importação, exportação e trânsito.

- Lei n.º 54/2012, de 6 de Setembro - Define os meios de prevenção e combate ao furto e de recetação de metais não preciosos com valor comercial e prevê mecanismos adicionais e de reforço no âmbito da fiscalização da atividade de gestão de resíduos.

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 89/2012, de 29 de outubro - Autoriza a realização da despesa com a aquisição de serviços de remoção de resíduos perigosos depositados em 2001 e 2002 nas escombreiras das antigas minas de São Pedro da Cova, em Gondomar, incluindo o seu encaminhamento para o destino final adequado às características dos resíduos.

2013

- Resolução da Assembleia da República n.º 8/2013, de 31 de janeiro - Recomenda a aplicação do sistema tarifário de resíduos baseado no instrumento económico pay as you throw (PAYT), tal como sugestão da Comissão Europeia no recente estudo sobre prevenção e reciclagem de resíduos.

- Decreto-Lei n.º 23/2'013, de 15 de fevereiro - Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 45/2008, de 11 de março, introduzindo procedimentos desmaterializados de envio das notificações e informações relativas às transferências de resíduos.

- Decreto-Lei n.º 31/2013, de 22 de fevereiro - Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 10/2010, de 4 de fevereiro, que estabelece o regime jurídico a que está sujeita a gestão de resíduos das explorações de depósitos minerais e de massas minerais.

- Resolução da Assembleia da República n.º 19/2013, de 7 de março - Recomenda ao Governo que promova as medidas necessárias, no âmbito da revisão das políticas de gestão de resíduos, para melhorar os indicadores e estatísticas de Portugal, no contexto da União Europeia, no que se refere à geração, tratamento e deposição em aterros de resíduos.

- Despacho n.º 5966/2013, 2ª série, de 9 de maio, do Secretário de Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território - Aprova a tabela dos valores da prestação financeira a aplicar pela ERP Portugal no ano de 2013.

- Despacho n.º 6249/2013, 2ª série, de 14 de maio, do Secretário de Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território - Aprova a tabela dos valores da prestação financeira a aplicar pela Amb3e no ano de 2013.

- Decreto-Lei n.º 79/2013, de 11 de junho - Estabelece regras relativas à restrição da utilização de determinadas substâncias perigosas em equipamentos elétricos e eletrónicos (EEE).
Transpõe a Diretiva 2011/65/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de junho de 2011.
Declaração de Retificação n.º 35/2013, de 25 de Agosto.
Alterado pelo Decreto-Lei n.º 119/2014, de 6 de agosto.
Alterado pelo Decreto-Lei n.º 30/2016, de 24 de junho.
Alterado pelo Decreto-Lei n.º 61/2017, de 9 de junho.

- Despacho n.º 7398/2013, 2ª série, de 11 de Junho, dos Gabinetes dos Secretários de Estado do Empreendedorismo, Competitividade e Inovação e do Ambiente e do Ordenamento do Território - Aprova a tabela dos valores da prestação financeira a aplicar pela SIGERU no biénio de 2013 e 2014.

- Despacho n.º 7467/2013, 2ª série, de 11 de Junho, dos Gabinetes dos Secretários de Estado do Empreendedorismo, Competitividade e Inovação e do Ambiente e do Ordenamento do Território - Aprova a tabela de valores da prestação financeira a que se refere o n.º 1, da cláusula 6.ª, da licença da ERP Portugal para o ano de 2013.
Revogado pelo Despacho n.º 2104/2015 (2ª Série), de 27 de fevereiro.

- Despacho n.º 7468/2013, 2ª série, de 11 de Junho, dos Gabinetes dos Secretários de Estado do Empreendedorismo, Competitividade e Inovação e do Ambiente e do Ordenamento do Território - Aprova a tabela de valores da prestação financeira a que se refere o n.º 1 da cláusula 6.ª da licença da Amb3E para o ano de 2013.
Alterado pelo Despacho n.º 16262/2013, (2ª série) de 16 de dezembro

- Decreto-Lei n.º 88/2013, de 9 de julho - Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 183/2009, de 10 de agosto, e **transpõe** a Diretiva 2011/97/UE, do Conselho, de 5 de dezembro de 2011, no que respeita a critérios específicos relativos à armazenagem de mercúrio metálico considerado resíduo.

- Decreto-Lei n.º 110/2013, de 2 de agosto - Procede à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 366-A/97, de 20 de dezembro, e transpõe a Diretiva n.º 2013/2/UE, da Comissão, de 7 de fevereiro, que altera o anexo I à Diretiva n.º 94/62/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de dezembro, relativa a embalagens e resíduos de embalagens.
Transpõe a Diretiva n.º 2013/2/UE. JO L37 2013-2-08

- **Decreto-Lei n.º 114/2013**, de 7 de agosto - Procede à sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 196/2003, de 23 de agosto, que estabelece o regime jurídico a que fica sujeita a gestão de veículos e de veículos em fim de vida e seus componentes e materiais.
Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva 2013/28/UE, da Comissão, de 17 de maio, que altera o anexo II à Diretiva 2000/53/CE, relativa aos veículos em fim de vida.

- Decreto-Lei n.º 156/2013, de 5 de novembro - Estabelece o quadro legal e regulador para a gestão responsável e segura do combustível irradiado e dos resíduos radioativos e **transpõe** a Diretiva n.º 2011/70/EURATOM, do Conselho, de 19 de julho de 2011, que estabelece um quadro comunitário para a gestão responsável e segura do combustível irradiado e dos resíduos radioativos.

- Despacho n.º 16262/2013, de 16 de dezembro, 2ª série, dos Gabinetes dos Secretários de Estado da Inovação, Investimento e Competitividade e do Ambiente - Aprova a tabela de valores da prestação financeira a que se refere o n.º 1 da cláusula 6.ª da licença da Amb3E para o ano de 2013.

2014

- Portaria n.º 40/2014, de 17 de fevereiro - Estabelece as normas para a correta remoção dos materiais contendo amianto e para o acondicionamento, transporte e gestão dos respetivos resíduos de construção e demolição gerados, tendo em vista a proteção do ambiente e da saúde humana.
Alterada pela Portaria n.º 145/2017, de 26 de abril.

- Portaria n.º 75/2014, de 21 de março - Aprova a Campanha de Recolha «Vamos Gravar Esta Ideia!», com o objetivo de promover a recolha de suportes de informação descartáveis usados.

- Deliberação n.º 928/2014, de 15 de abril de 2014, da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, I. P. - Aprova o Regulamento Tarifário do serviço de gestão de resíduos urbanos.

- Despacho n.º 5616/2014, 2ª série, de 28 de abril, dos Secretários de Estado da Inovação, Investimento e Competitividade e do Ambiente - Aprova a tabela de valores da prestação financeira a que se refere o n.º 1 da cláusula 6.ª da licença da Amb3e para o ano 2014.

Revogado pelo Despacho n.º 2103/2015, 2ª Série, de 27 de fevereiro.

- Decreto-Lei n.º 67/2014, de 7 de maio - Aprova o regime jurídico da gestão de resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos.

Revoga o Decreto-Lei n.º 230/2004, de 10 de dezembro.

Transpõe a Diretiva 2012/19/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho. JO L197 2012-7-24

Alterado pelo Decreto-Lei n.º 71/2016, de 4 de novembro.

Revogado pelo Decreto-Lei n.º 152-D/2017, 2º suplemento, de 11 de dezembro

- Portaria n.º 99-A/2014, de 9 de maio - Aplica um regime excecional à iniciativa «Vamos Limpar a Europa!»

- Decreto-Lei nº 96/2014, de 25 de junho - Estabelece o regime jurídico da concessão da exploração e da gestão, em regime de serviço público, dos sistemas multimunicipais de tratamento e de recolha seletiva de resíduos urbanos, atribuída a entidades de capitais exclusiva ou maioritariamente privados.

- Despacho n.º 8213/2014, 2ª série, de 26 de junho, Ministérios da Economia e do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia - Gabinetes dos Ministros da Economia e do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia - Prorroga a licença concedida à VALORPNEU, Sociedade de Gestão de Pneus, Lda.

Alterado pelo Despacho n.º 5848/2018, 2ª série, de 14 de junho

- Decreto-Lei n.º 98/2014, de 2 de julho - Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 319-A/2001, de 10 de dezembro, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos da Cova da Beira, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 128/2008, de 21 de julho, que constitui a sociedade RESIESTRELA - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., bem como à alteração dos estatutos desta sociedade.

- Decreto-Lei n.º 99/2014, de 2 de julho - Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 89/96, de 3 de julho, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Sul do Douro e à alteração dos estatutos da sociedade SULDOURO - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, S.A.

- Decreto-Lei n.º 100/2014, de 2 de julho - Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 116/96, de 6 de agosto, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos da Alta Estremadura e à alteração dos estatutos da sociedade VALORLIS- Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S. A

- Decreto-Lei n.º 101/2014, de 2 de julho - Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 114/96, de 5 de agosto, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Vale do Lima e Baixo Cávado e à alteração dos estatutos da sociedade RESULIMA - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S. A.

- Decreto-Lei n.º 102/2014, de 2 de julho - Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 166/96, de 5 de setembro, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Litoral Centro e à alteração dos estatutos da sociedade ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro, S. A.

- Decreto-Lei n.º 103/2014, de 2 de julho - Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 113/96, de 5 de agosto, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Vale do Minho e à alteração dos estatutos da sociedade VALORMINHO - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.

- Decreto-Lei n.º 104/2014, de 2 de julho - Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 53/97, de 4 de março, que cria o sistema multimunicipal de valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos da margem sul do Tejo e à alteração dos estatutos da sociedade AMARSUL - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S. A.

- Decreto-Lei n.º 105/2014, de 2 de julho - Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 11/2001, de 23 de janeiro, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Norte Alentejano e à alteração dos estatutos da sociedade VALNOR - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S. A.

- Decreto-Lei n.º 106/2014, de 2 de julho - Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 235/2009, de 15 de setembro, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Norte Central e à alteração dos estatutos da sociedade RESINORTE - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.

- Decreto-Lei n.º 107/2014, de 2 de julho - Procede à primeira alteração do Decreto-Lei n.º 109/95, de 20 de maio, que cria o sistema multimunicipal de valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Algarve e à alteração dos estatutos da sociedade ALGAR - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.

- Decreto-Lei n.º 108/2014, de 2 de julho - Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 68/2010, de 15 de junho, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos das regiões de Lisboa e do Oeste e à alteração dos estatutos da sociedade VALORSUL - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, S. A.

- Despacho n.º 8725/2014, 2ª série, de 7 de julho, do Secretário de Estado do Ambiente - Aprova a tabela de valores da prestação financeira a que se refere o n.º 1 da cláusula 5.ª da licença da ECOPILHAS - Sociedade Gestora de Resíduos de Pilhas e Acumuladores, Lda., para o biénio de 2014-2015.

- Decreto-Lei nº 119/2014, de 6 de agosto - Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 79/2013, de 11 de junho, que estabelece regras relativas à restrição da utilização de determinadas substâncias perigosas em equipamentos elétricos e eletrónicos, **transpondo** as Diretivas Delegadas n. os 2014/1/UE, 2014/2/UE, 2014/3/UE, 2014/4/UE, 2014/5/UE, 2014/6/UE, 2014/7/UE, 2014/8/UE, 2014/9/UE, 2014/10/UE, 2014/11/UE, 2014/12/UE, 2014/13/UE, 2014/14/UE, 2014/15/EU e 2014/16/UE, todas da Comissão, de 18 de outubro de 2013, e as Diretivas Delegadas n.os 2014/69/UE, 2014/70/UE, 2014/71/UE, 2014/72/UE, 2014/73/UE, 2014/74/UE, 2014/75/UE e 2014/76/UE, todas da Comissão, de 13 de março de 2014.

Alterado pelo Decreto-Lei n.º 61/2017, de 9 de junho.

- Despacho n.º 10316/2014, 2ª série, de 11 de agosto, do Secretário de Estado do Ambiente - Determina os prazos para consulta das entidades com responsabilidades ambientais específicas e para consulta pública no âmbito dos procedimentos de avaliação ambiental do PERSU 2020

- Portaria n.º 187/2014, Suplemento, de 17 de setembro - Aprova o Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2020), para Portugal Continental.

- Despacho n.º 12571/2014, 2ª série, de 14 de outubro, do Secretário de Estado do Ambiente - Cria o Grupo de Apoio à Gestão do PERSU 2020.

- **Decreto-Lei n.º 165/2014**, de 5 de novembro - No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 45/2014, de 16 de julho, estabelece, com caráter extraordinário, o regime de regularização e de alteração e ou ampliação de estabelecimentos e explorações de atividades industriais, pecuárias, de operações de gestão de resíduos e de explorações de pedreiras incompatíveis com instrumentos de gestão territorial e ou condicionantes ao uso do solo.

Alterado pela Lei n.º 21/2016, de 19 de julho.

- Lei n.º 82-D/2014, 2º Suplemento, de 31 de dezembro - Procede à alteração das normas fiscais ambientais nos sectores da energia e emissões, transportes, água, resíduos, ordenamento do território, florestas e biodiversidade, introduzindo ainda um regime de tributação dos sacos de plástico e um regime de incentivo ao abate de veículos em fim de vida, no quadro de uma reforma da fiscalidade ambiental.

Alterada pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março.
Alterada pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro.
Alterada pelo Decreto-Lei n.º 46/2017, de 3 de maio.

- Portaria n.º 286-B/2014, 3º suplemento, de 31 de dezembro - Regulamenta a contribuição sobre os sacos de plástico leves.

Alterada pela Portaria n.º 88/2017, de 28 de fevereiro.
Revogada pelo Decreto-Lei n.º 152-D/2017, 2º suplemento, de 11 de dezembro

2015

- Despacho n.º 850-A/2015, 1º suplemento, 2ª Série, de 27 de janeiro, dos Gabinetes da Ministra de Estado e das Finanças e do Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia - Estabelece o mecanismo voluntário de declaração de sacos de plástico leves relativamente aos quais não tenha sido liquidada e paga a contribuição criada pela Lei n.º 82-D/2014, de 31 de dezembro, e regulamentada pela Portaria n.º 286-B/2014, de 31 de dezembro, pelos operadores económicos que não sejam sujeitos passivos da contribuição sobre os sacos de plástico leves.

- Despacho n.º 1056/2015, 2ª série, de 2 de fevereiro, do Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente - Prorroga a licença concedida à VALORCAR - Sociedade de Gestão de Veículos em Fim de Vida, Lda. pelo Despacho n.º 16781/2009, (2ª Série), de 14 de julho.

- Portaria n.º 44/2015, de 20 de fevereiro - Aprova os valores dos níveis de liberação para os resíduos radioativos sólidos a aplicar pela Comissão Reguladora para a Segurança das Instalações Nucleares.

- Declaração de Retificação n.º 6/2015, de 27 de fevereiro - Declaração de Retificação à Lei n.º 82-D/2014, de 31 de dezembro, que «Procede à alteração das normas fiscais ambientais nos sectores da energia e emissões, transportes, água, resíduos, ordenamento do território, florestas e biodiversidade, introduzindo ainda um regime de tributação dos sacos de plástico e um regime de incentivo ao abate de veículos em fim de vida, no quadro de uma reforma da fiscalidade ambiental».

- Despacho n.º 2103/2015, de 27 de fevereiro, do Secretário de Estado do Ambiente - Aprova a tabela de valores da prestação financeira a que se refere o n.º 1 da cláusula 6.ª da licença da Amb3E, para o ano de 2015.

- Despacho n.º 2104/2015, de 27 de fevereiro, do Secretário de Estado do Ambiente - Aprova a tabela de valores da prestação financeira a que se refere o n.º 1 da cláusula 6.ª da licença da ERP para o ano de 2015.
Revogado pelo Despacho n.º 2872/2017, 2ª série, de 6 de abril.

- Despacho n.º 2341/2015, 2ª Série, de 6 de março, do Secretário de Estado do Ambiente - Aprova a tabela de valores da prestação financeira a que se refere o n.º 1 da cláusula 5.ª da licença da VALORCAR, para o ano de 2015.
Revogado pelo Despacho n.º 10333/2015, 2ª série, de 17 de setembro.

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 11-C/2015, 2º Suplemento, de 16 de março - Aprova o Plano Nacional de Gestão de Resíduos para o horizonte 2014-2020.

- Decreto-Lei n.º 48/2015, de 10 de abril - Procede à sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 366-A/97, de 20 de dezembro, no sentido da introdução de regras no domínio das especificações técnicas, na qualificação de operadores de gestão de resíduos de embalagens, na metodologia para a definição dos modelos de cálculo de valores de contrapartidas financeiras e na atualização das capitações e das objetivações dos sistemas de gestão de resíduos urbanos.

- Portaria n.º 158/2015, de 29 de maio - Primeira alteração à Portaria n.º 29-B/98, de 15 de janeiro, que estabelece as regras de funcionamento dos sistemas de consignação aplicáveis às embalagens reutilizáveis e às não reutilizáveis, bem como as do sistema integrado aplicável apenas às embalagens não reutilizáveis.

- Despacho n.º 7110/2015, 2ª Série, de 29 de junho, dos Gabinetes do Ministro da Economia e do Secretário de Estado do Ambiente - Metodologia para a elaboração dos requisitos de qualificação de operadores de gestão de resíduos, no âmbito do Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Embalagens (SIGRE).
Revogado pelo Decreto-Lei n.º 71/2016, de 4 de novembro.

- Despacho n.º 7111/2015, 2ª Série, de 29 de junho, dos Gabinetes do Ministro da Economia e do Secretário de Estado do Ambiente - Metas de retoma dos Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos.
Revogado pelo Despacho n.º 4707/2018, 2ª série, de 14 de maio.

- Despacho n.º 7112/2015, 2ª Série, de 29 de junho, dos Gabinetes do Ministro da Economia e do Secretário de Estado do Ambiente - Metodologia para definição das especificações técnicas a aplicar, no quadro do Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Embalagens (SIGRE), aos resíduos de embalagens, domésticos e semelhantes, cuja produção diária por produtor não exceda os 1100 litros.
Revogado pelo Decreto-Lei n.º 71/2016, de 4 de novembro.

- Despacho n.º 8376-C/2015, 2ª Série, de 30 de julho, dos Gabinetes da Ministra de Estado e das Finanças, do Ministro da Economia e do Secretário de Estado do Ambiente - Determina os valores das contrapartidas financeiras decorrentes das operações de recolha e triagem efetuadas pelos Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos (SGRU).

- Despacho n.º 8400/2015, 2ª série, de 31 de julho, dos Gabinetes da Ministra da Agricultura e do Mar e do Secretário de Estado do Ambiente - Cria a Comissão Técnica de Acompanhamento da Diretiva Lamas

- Decreto-Lei n.º 173/2015, de 25 de agosto - Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 6/2009, de 6 de janeiro, **transpondo** a Diretiva n.º 2013/56/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de novembro de 2013, que altera a Diretiva n.º 2006/66/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de setembro de 2006, relativa a pilhas e acumuladores e respetivos resíduos, no que respeita à colocação no mercado de pilhas e acumuladores portáteis que contenham cádmio, destinados à utilização em ferramentas elétricas sem fios, e de pilhas-botão com baixo teor de mercúrio, e que revoga a Decisão 2009/603/CE, da Comissão.
Transpõe a Diretiva n.º 2013/56/UE. JO L329 2013-12-10

- Portaria n.º 278/2015, de 11 de setembro – Regula o montante da taxa de gestão de resíduos (TGR) a afetar aos municípios e estabelece as regras para a sua liquidação, pagamento e repercussão.

- Portaria n.º 289/2015, de 17 de setembro - Aprova o Regulamento de Funcionamento do Sistema Integrado de Registo Eletrónico de Resíduos (SIRER), que estabelece os procedimentos de inscrição e registo bem como o regime de acesso e de utilização da plataforma e revoga a Portaria n.º 1408/2006, de 18 de dezembro

- Despacho n.º 10333/2015, de 17 de setembro, do Secretário de Estado do Ambiente - Aprova a tabela de valores da prestação financeira a que se refere o n.º 1 da cláusula 5.ª da licença concedida à VALORCAR - Sociedade de Gestão de Veículos em Fim de Vida, Lda., para o ano de 2015.

- Portaria n.º 345/2015, de 12 de outubro - Estabelece a lista de resíduos com potencial de reciclagem e ou valorização.

2016

- Despacho n.º 1428/2016, 2ª série, de 29 de janeiro, do Secretário de Estado do Ambiente - Prorroga a licença concedida à GVB - Sociedade de Gestão de Baterias, Lda., para a gestão de resíduos de baterias e acumuladores para veículos automóveis e de resíduos de baterias e acumuladores industriais.

Alterado pelo Despacho n.º 11275-E/2017, 1º suplemento, 2ª série, de 22 de dezembro.

- Despacho n.º 1533/2016, 2ª série, de 1 de fevereiro, do Secretário de Estado do Ambiente - Prorroga a licença concedida à Amb3E - Associação Portuguesa de Gestão de Resíduos (Amb3E), para a gestão de resíduos de pilhas e acumuladores portáteis e de resíduos de pilhas e acumuladores industriais incorporáveis em equipamentos elétricos e eletrónicos.

- Despacho n.º 1534/2016, 2ª série, de 1 de fevereiro, do Secretário de Estado do Ambiente - Prorroga a licença concedida à Ecopilhas - Sociedade Gestora de Resíduos de Pilhas e Acumuladores, Lda., para a gestão de resíduos de pilhas e acumuladores portáteis e de resíduos de pilhas e acumuladores industriais.

Alterado pelo Despacho n.º 11275-A/2017, 1º suplemento, 2ª série, de 22 de dezembro.
Alterado pelo Despacho n.º 11275-B/2017, 1º suplemento, 2ª série, de 22 de dezembro.
Alterado pelo Despacho n.º 11275-D/2017, 1º suplemento, 2ª série, de 22 de dezembro.

- Despacho n.º 4745/2016, de 2ª série, de 7 de abril, dos Secretários de Estado Adjunto e do Comércio e do Ambiente - Aprova a tabela de valores da prestação financeira a que se refere o n.º 1 da cláusula 6.ª da licença da Amb3E, para o ano de 2016.

Revogado pelo Despacho nº 3922/2017, de 2ª série, de 9 de maio.

- Despacho n.º 5959/2016, 2ª série, de 4 de maio, dos Gabinetes dos Secretários de Estado das Infraestruturas, Adjunto e do Comércio e do Ambiente - Prorroga a licença concedida à VALORCAR - Sociedade de Gestão de Veículos em Fim de Vida, Lda. pelo Despacho n.º 13092/2010, publicado no Diário da República n.º 157, 2.ª série, de 13 de agosto.

- Decreto-Lei n.º 30/2016, de 24 de junho - Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 79/2013, de 11 de junho, que estabelece regras relativas à restrição da utilização de determinadas substâncias perigosas em equipamentos elétricos e eletrónicos (EEE) com o objetivo de contribuir para a proteção da saúde humana e do ambiente, incluindo a valorização e a eliminação, ecologicamente corretas, dos resíduos de EEE, e **transpõe** para a ordem jurídica interna a Diretiva Delegada (UE) 2015/573 da Comissão, de 30 de janeiro de 2015, a Diretiva Delegada (UE) 2015/574, da Comissão, de 30 de janeiro de 2015 e a Diretiva Delegada (UE) 2015/863 da Comissão, de 31 de março de 2015.

Alterado pelo Decreto-Lei n.º 61/2017, de 9 de junho.

- Lei n.º 21/2016, de 19 de julho - Salvaguarda da regularização das explorações pecuárias e outras, alterando o prazo estabelecido no Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

- Decreto-Lei n.º 71/2016, de 4 de novembro - Procede à sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 366-A/97, de 20 de dezembro, que estabelece os princípios e as normas aplicáveis ao sistema de gestão de embalagens e resíduos de embalagens, à décima alteração ao Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro, que aprova o regime geral da gestão de resíduos, **transpondo** a Diretiva 2015/1127, da Comissão, de 10 de julho de 2015, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 67/2014, de 7 de maio, que aprova o regime jurídico da gestão de resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos.

- Despacho n.º 14202-C/2016, 2ª série, de 28 de novembro, dos Gabinetes dos Secretários de Estado Adjunto e do Comércio e do Ambiente - Determina o valor de contrapartidas financeiras devido pelas entidades gestoras e que se destina a suportar os acréscimos de custos com a Recolha Seletiva e Triagem de resíduos de embalagens, bem como a triagem dos resíduos de embalagens nas Estações de Tratamento Mecânico e de Tratamento Mecânico e Biológico, a

Valorização Orgânica de resíduos de embalagens e o tratamento das escórias metálicas resultantes da incineração dos resíduos urbanos e demais frações consideradas reciclagem

- Despacho n.º 14202-D/2016, 2ª série, de 28 de novembro, Economia e Ambiente - Gabinetes dos Secretários de Estado Adjunto e do Comércio e do Ambiente - Concede à Novo Verde - Sociedade Gestora de Resíduos de Embalagens, S. A., a licença para a gestão de um sistema integrado de resíduos de embalagens

- Despacho n.º 14204-E/2016, 2ª série, de 28 de novembro, dos Gabinetes dos Secretários de Estado Adjunto e do Comércio e do Ambiente - Gabinetes dos Secretários de Estado Adjunto e do Comércio e do Ambiente - Concede à Sociedade Ponto Verde - Sociedade Gestora de Resíduos de Embalagens, S. A., a licença para a gestão de um sistema integrado de resíduos de embalagens.

- Despacho n.º 14415/2016, 2ª série, de 29 de novembro, dos Gabinetes dos Secretários de Estado Adjunto e do Comércio e do Ambiente - Determina a criação de um grupo de trabalho com a missão de identificar e propor as medidas conducentes à operacionalização do Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Embalagens (SIGRE).

- Portaria n.º 306/2016, de 7 de dezembro - Fixa a estrutura, composição e funcionamento da Comissão de Acompanhamento da Gestão de Resíduos, designada por CAGER.
Revoga a Portaria n.º 32/2007, de 8 de janeiro.

2017

- Despacho n.º 154-A/2017, 1º suplemento, 2ª série, de 3 de janeiro, dos Secretários de Estado Adjunto e do Comércio e do Ambiente - Concede à Novo Verde - Sociedade Gestora de Resíduos de Embalagens, S. A., e à Sociedade Ponto Verde - Sociedade Gestora de Resíduos de Embalagens, S. A., a possibilidade de celebrar contratos, ao abrigo do n.º 3 dos Despachos n.os 14202-D/2016 e 14202-E/2016, de 25 de novembro, até ao dia 31 de março de 2017.

- Portaria n.º 88/2017, de 28 de fevereiro - Procede à primeira alteração à Portaria n.º 286-B/2014, de 31 de dezembro, que regulamenta a contribuição sobre os sacos de plástico leves, estabelecendo o regime de circulação entre entrepostos fiscais em suspensão de imposto.

- Despacho n.º 2625/2017, 2ª série, de 29 de março, dos Gabinetes do Secretário de Estado do Ambiente e da Secretária de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza - Reconhece o relevante interesse público da realização do projeto «Unidade de Armazenagem Preliminar de Resíduos», na União de Freguesias de Moura e Santo Amador, concelho de Moura.

- Despacho n.º 2872/2017, 2ª série, de 6 de abril, dos Secretários de Estado Adjunto e do Comércio e do Ambiente - Aprova a tabela de valores da prestação financeira a que se refere o n.º 1 da cláusula 6.ª da licença da ERP para o ano de 2017 e revoga o Despacho n.º 2104/2015, de 27 de fevereiro.

- **Portaria n.º 145/2017**, de 26 de abril - Define as regras aplicáveis ao transporte rodoviário, ferroviário, fluvial, marítimo e aéreo de resíduos em território nacional e cria as guias eletrónicas de acompanhamento de resíduos (e-GAR), a emitir no Sistema Integrado de Registo Eletrónico de Resíduos (SIRER).

- Despacho n.º 3781/2017, 2ª série, de 5 de maio, do Secretário de Estado do Ambiente - Aprova a tabela de valores da prestação financeira a que se refere o n.º 1 da cláusula 5.ª da licença da Gestão e Valorização de Baterias, Lda. (GVB), para o ano de 2017.

- Decreto-Lei n.º 61/2017, de 9 de junho - Estabelece o regime jurídico da utilização de substâncias perigosas em equipamentos elétricos e eletrónicos, **transpondo** as Diretivas Delegadas (UE) 2016/585, 2016/1028 e a 2016/1029.

- Despacho n.º 6560/2017, 2ª série, de 28 de julho, dos Secretários de Estado Adjunto e do Comércio e do Ambiente - Concede à Sociedade SIGERU - Sistema Integrado de Gestão de Embalagens e Resíduos em Agricultura, Lda., a licença para a gestão de um sistema de resíduos de embalagens de produtos fitofarmacêuticos, biocidas de controlo de animais prejudiciais e biocidas de proteção da madeira e sementes destinadas a utilização profissional.

- Portaria n.º 245/2017, de 2 de agosto - Estabelece os critérios para a atribuição do Fim do Estatuto de Resíduo (FER) ao plástico recuperado.

- Portaria n.º 206-A/2017, 1º suplemento, de 2 de agosto - Estabelece um regime excecional de isenção temporária da taxa de gestão de resíduos (TGR) aplicável à remoção do passivo ambiental resultante dos resíduos depositados nas escombreiras das antigas Minas de São Pedro da Cova (Gondomar).

- Despacho n.º 6907/2017, 2ª série, de 9 de agosto, dos Secretários de Estado Adjunto e do Comércio e do Ambiente - Concede à Amb3E, Associação Portuguesa de Gestão de Resíduos, a licença para a gestão de um sistema de resíduos de embalagens.

- Resolução do Conselho de Ministros nº 190-A/2017, 2º suplemento, de 11 de dezembro - Aprova o Plano de Ação para a Economia Circular em Portugal.

- Decreto-Lei n.º 152-D/2017, 2º suplemento, de 11 de dezembro - Unifica o regime da gestão de fluxos específicos de resíduos sujeitos ao princípio da responsabilidade alargada do produtor.
Transpõe as Diretivas 2015/720/UE, 2016/774/UE e 2017/2096/UE.

- Despacho n.º 11275-A/2017, de 22 de dezembro, do Secretário de Estado do Ambiente - Concede à ERP Portugal - Associação Gestora de Resíduos licença para a gestão de um Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Pilhas e Acumuladores.

- Despacho n.º 11275-B/2017, de 22 de dezembro, do Secretário de Estado do Ambiente - Concede à Ecopilhas - Sociedade Gestora de Resíduos de Pilhas e Acumuladores, Lda., licença para a gestão de um Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Pilhas e Acumuladores.

- Despacho n.º 11275-C/2017, de 22 de dezembro, do Secretário de Estado do Ambiente - Concede à VALORCAR - Sociedade de Gestão de Veículos em Fim de Vida, Lda., licença para a gestão de um Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de baterias e acumuladores para veículos automóveis (BAVA) e de baterias e acumuladores industriais (BAI).

- Despacho n.º 11275-D/2017, de 22 de dezembro, do Secretário de Estado do Ambiente – Concede à Amb3E - Associação Portuguesa de Gestão de Resíduos licença para a gestão de um Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de pilhas e acumuladores.

- Despacho n.º 11275-E/2017, de 22 de dezembro, do Secretário de Estado do Ambiente – Concede à GVB - Gestão e Valorização de Baterias, Lda. licença para a gestão de um Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de baterias e acumuladores para veículos automóveis (BAVA) e de baterias e acumuladores industriais (BAI).

2018

- Despacho n.º 294/2018, 2ª série, de 5 de janeiro, do Secretário de Estado do Ambiente - Cria um grupo de trabalho cuja missão é assegurar o processo de revisão extraordinária do Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2020).

- Portaria n.º 20/2018, de 17 de janeiro - Estabelece os critérios para a atribuição do Fim do Estatuto de Resíduo (FER) ao material de borracha derivado de pneus usados.

- Despacho n.º 1316/2018, 2ª série, de 7 de fevereiro, dos Secretários de Estado dos Assuntos Fiscais, Adjunto e do Comércio e do Ambiente - Cria um grupo de trabalho com a missão de avaliar a aplicação dos incentivos fiscais associados à redução do consumo de sacos plásticos e a sua aplicabilidade a outros produtos de base plástica descartável de origem fóssil.

- Despacho n.º 2178-A/2018, 1º suplemento, 2ª série, de 1 de março, dos Secretários de Estado Adjunto e do Comércio e do Ambiente - Concede à VALORCAR - Sociedade de Gestão de Veículos em Fim de Vida, Lda., licença para a gestão de um Sistema Integrado de Gestão de Veículos em Fim de Vida, válida de 05.03.2018 até 31.12.2021.

- Despacho n.º 4707/2018, 2ª série, de 14 de maio, dos Gabinetes dos Secretários de Estado Adjunto e do Comércio e do Ambiente - Estabelece as capitações de retoma por material, por Sistema de Gestão de Resíduos Urbanos e a nível global, para os anos de 2018 e 2019.

- Despacho n.º 5256/2018, 2ª série, de 25 de maio, dos Secretários de Estado Adjunto e do Comércio e do Ambiente - Concede à WEEECYCLE - Associação de Produtores de EEE licença para exercer a gestão de um Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos (SIGREEE).

- Despacho n.º 5257/2018, 2ª série, de 25 de maio, dos Secretários de Estado Adjunto e do Comércio e do Ambiente - Concede à Amb3E - Associação Portuguesa de Gestão de Resíduos licença para exercer a gestão de um Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos (SIGREEE).

- Despacho n.º 5258/2018, 2ª série, de 25 de maio, dos Secretários de Estado Adjunto e do Comércio e do Ambiente - Concede à ERP Portugal - Associação Gestora de Resíduos licença para exercer a gestão de um Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos (SIGREEE).

- Despacho n.º 5848/2018, 2ª série, de 14 de junho, dos Secretários de Estado Adjunto e do Comércio e do Ambiente - Concede à VALORPNEU - Sociedade de Gestão de Pneus, Lda., a licença para a gestão de um Sistema Integrado de Gestão de Pneus Usados (SGPU).

SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS

2009

- Decreto-Lei n.º 293/2009, de 13 de Outubro - Assegura a execução, na ordem jurídica nacional, das obrigações decorrentes do Regulamento (CE) n.º 1907/2006, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de Dezembro, relativo ao registo, avaliação, autorização e restrição dos produtos químicos (REACH) e que procede à criação da Agência Europeia dos Produtos Químicos.

2010

- Decreto-Lei n.º 41-A/2010, de 29 de Abril - Regula o transporte terrestre, rodoviário e ferroviário, de mercadorias perigosas, **transpondo** para a ordem jurídica interna a Directiva 2006/90/CE, da Comissão, de 3 de Novembro, e a Directiva 2008/68/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de Setembro.

Declaração de Rectificação n.º 18/2010, de 28 de Junho
Alterado pelo Decreto-Lei n.º 206-A/2012, de 31 de agosto
Alterado pelo Decreto-Lei n.º 19-A/2014, de 7 de fevereiro
Alterado pelo Decreto-Lei n.º 246-A/2015, (1º Suplemento) de 21 de outubro
Alterado pelo Decreto-Lei n.º 41/2018, de 11 de junho

- Decreto-Lei n.º 98/2010, de 11 de Agosto - Estabelece o regime a que obedecem a classificação, embalagem e rotulagem das substâncias perigosas para a saúde humana ou para o ambiente, com vista à sua colocação no mercado, **transpõe parcialmente** a Directiva n.º 2008/112/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Dezembro, e **transpõe** a Directiva n.º 2006/121/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de Dezembro.

2011

- **Decreto-Lei n.º 6/2011**, de 10 de Janeiro - Adapta o registo das emissões e transferências de poluentes ao regime de prevenção e controlo integrados da poluição, procedendo à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 127/2008, de 21 de Julho.

2012

- Decreto-Lei n.º 109/2012, de 18 de maio - Assegura a execução do Regulamento (CE) n.º 1102/2008, do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo à proibição da exportação de mercúrio metálico e de determinados compostos e misturas de mercúrio e o armazenamento seguro de mercúrio metálico.

- Decreto-Lei n.º 206-A/2012, de 31 de agosto - Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 41-A/2010, de 29 de abril, relativo ao transporte terrestre de mercadorias perigosas, **transpondo** a Diretiva n.º 2010/61/UE, da Comissão, de 2 de setembro, e conformando o regime da certificação das entidades formadoras de conselheiros de segurança e de condutores de veículos de mercadorias perigosas com o Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho.

- Decreto-Lei n.º 217/2012, de 9 de outubro - Procede à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de novembro, que estabelece os procedimentos e define as competências para licenciamento e fiscalização de instalações de armazenamento de produtos de petróleo e de instalações de postos de abastecimento de combustíveis, conformando o mesmo às exigências constantes da Diretiva 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro, relativa ao livre acesso e exercício de atividades de serviços.

Republica o Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de novembro.

- Decreto-Lei n.º 220/2012, de 10 de outubro - **Assegura a execução na ordem jurídica interna** das obrigações decorrentes do Regulamento (CE) n.º 1272/2008, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro, relativo à classificação, rotulagem e embalagem de substâncias e misturas, que altera e revoga as Diretivas n.º 67/548/CEE e 1999/45/CE e altera o Regulamento (CE) n.º 1907/2006.

2013

- Decreto-Lei n.º 127/2013, de 30 de agosto - Estabelece o regime de emissões industriais aplicável à prevenção e ao controlo integrados da poluição, bem como as regras destinadas a evitar e ou reduzir as emissões para o ar, a água e o solo e a produção de resíduos (IPPC).

Transpõe a Diretiva 2010/75/UE. JO L334 2010-12-17

- Decreto-Lei n.º 155/2013, de 5 de novembro - Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 82/2003, de 23 de abril, **transpondo** parcialmente a Diretiva n.º 2013/21/UE do Conselho, de 13 de maio de 2013, no que respeita à adaptação da Diretiva n.º 1999/45/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de maio, relativa à aproximação

das disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos Estados membros respeitantes à classificação, embalagem e rotulagem de preparações perigosas.

2014

- Decreto-Lei n.º 19-A/2014, de 7 de fevereiro - Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 41-A/2010, de 29 de abril, relativo ao transporte terrestre de mercadorias perigosas.
Transpõe a Diretiva 2012/45/UE. JO L332 2012-12-04

- Portaria n.º 186/2014, de 16 de setembro - Aprova os requisitos e condições de exercício da atividade de verificador do sistema de gestão de segurança para a prevenção de acidentes graves (SGSPAG), bem como as taxas a cobrar pelos atos praticados pela Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA, I.P.)

2015

- Decreto-Lei n.º 33/2015, de 4 de março - Estabelece obrigações relativas à exportação e importação de produtos químicos perigosos, **assegurando a execução, na ordem jurídica interna** do Regulamento (UE) n.º 649/2012, do Parlamento Europeu e do Conselho.

- Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto - Estabelece o regime de prevenção de acidentes graves que envolvem substâncias perigosas e de limitação das suas consequências para a saúde humana e para o ambiente.
Transpõe a Diretiva 2012/18/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa ao controlo dos perigos associados a acidentes graves que envolvem substâncias.

- **Decreto-Lei n.º 246-A/2015**, 1º Suplemento, de 21 de outubro - Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 41-A/2010, de 29 de abril, **transpondo** a Diretiva n.º 2014/103/UE, da Comissão, de 21 de novembro de 2014, que adapta pela terceira vez ao progresso científico e técnico os anexos da Diretiva n.º 2008/68/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa ao transporte terrestre de mercadorias perigosas.

2017

- Portaria n.º 202/2017, de 4 julho - Estabelece os critérios e a metodologia para o reconhecimento de verificador qualificado da prevenção e controlo integrados da poluição, adiante designado por verificador PCIP.

- Decreto n.º 40/2017, de 23 de novembro - Aprova a Convenção de Minamata sobre o Mercúrio, adotada em Kumamoto, Japão, em 10 de outubro de 2013.

- Decreto-Lei n.º 41/2018, de 11 de junho – Procede à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 41-A/2010, de 29 de abril, alterado pelos Decretos-Leis n.os 206-A/2012, de 31 de agosto, 19-A/2014, de 7 de fevereiro, 246-A/2015, de 21 de outubro, e 111-A/2017, de 31 de agosto, transpondo a Diretiva (UE) 2018/217 da Comissão, de 31 de janeiro de 2018, que altera a Diretiva 2008/68/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa ao transporte terrestre de mercadorias perigosas, mediante a adaptação do seu anexo I, secção I.1, ao progresso científico e técnico.

PROTECÇÃO DA SAÚDE / AMBIENTE

2009

- Portaria n.º 651/2009, de 12 de Junho - Define o Código de Conduta a adoptar pelas empresas de animação turística e dos operadores marítimo-turísticos que exerçam actividades reconhecidas como turismo de natureza e o logótipo que os identifica.

- Decreto-Lei n.º 276/2009, de 2 de Outubro - Estabelece o regime de utilização de lamas de depuração em solos agrícolas, de forma a evitar efeitos nocivos para o homem, para a água, para os solos, para a vegetação e para os animais, promovendo a sua correcta utilização.

Transpõe a Directiva 86/278/CEE, do Conselho, de 12 de Junho. JO L191 de 1986-7-15

Revoga o Decreto-Lei n.º 118/2006, de 21 de Junho

2010

- Lei n.º 25/2010, de 30 de Agosto - Estabelece as prescrições mínimas para protecção dos trabalhadores contra os riscos para a saúde e a segurança devidos à exposição, durante o trabalho, a radiações ópticas de fontes artificiais, **transpondo** a Directiva n.º 2006/25/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Abril.

Declaração de Rectificação n.º 33/2010, de 27 de Outubro.

2011

- Decreto-Lei n.º 5/2011, de 10 de Janeiro - Estabelece as medidas destinadas a promover a produção e o aproveitamento de biomassa florestal.

- Decreto-Lei n.º 42/2011, de 31 de Março - Altera a lista de substâncias activas que podem ser incluídas em produtos biocidas, tendo em vista a protecção da saúde humana e animal e a salvaguarda do ambiente, **transpõe** as Directivas n.º 2010/50/UE, de 10 de Agosto, 2010/51/UE, de 11 de Agosto, 2010/71/UE e 2010/72/UE, de 4 de Novembro, e 2010/74/UE, de 9 de Novembro, todas da Comissão, e procede à sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 121/2002, de 3 de Maio.

- Decreto n.º 17/2011, de 21 de Junho - Aprova o Protocolo para Emendar a Convenção sobre a Responsabilidade Civil no Domínio da Energia Nuclear de 29 de Julho de 1960, com as Emendas introduzidas pelo Protocolo Adicional de 28 de Janeiro de 1964 e pelo Protocolo de 16 de Novembro de 1982, adoptado em Paris em 12 de Fevereiro de 2004.

- Lei n.º 56/2011, de 15 de Novembro - Altera o crime de incêndio florestal e os crimes de dano contra a natureza e de poluição, tipifica um novo crime de actividades perigosas para o ambiente, procede à 28ª alteração do Código Penal e **transpõe** a Directiva 2008/99/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Novembro, e a Directiva 2009/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de Outubro.

- Despacho n.º 15480/2011, 2º série, de 15 de Novembro, dos Ministérios da Economia e do Emprego e da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território - Gabinetes do Ministro da Economia e do Emprego e da Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território - Procede à criação da Plataforma de Acompanhamento das Relações na Cadeia Agroalimentar – PARCA.

2012

- Decreto-Lei n.º 24/2012, de 6 de fevereiro - Consolida as prescrições mínimas em matéria de proteção dos trabalhadores contra os riscos para a segurança e a saúde devido à exposição a agentes químicos no trabalho e **transpõe** a Diretiva n.º 2009/161/UE, da Comissão, de 17 de Dezembro de 2009.

- Decreto-Lei n.º 30/2012, de 9 de fevereiro - **Transpõe** a Diretiva 2009/71/EURATOM, que estabelece um quadro comunitário para a segurança das instalações nucleares, e cria a respetiva autoridade reguladora competente.

- Decreto-Lei n.º 95/2012, de 20 de Abril - Assegura a execução na ordem jurídica interna das obrigações decorrentes do Regulamento (CE) n.º 1221/2009, do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo à participação voluntária de organizações situadas dentro ou fora da Comunidade num sistema comunitário de ecogestão e auditoria.

Revoga o Decreto-Lei n.º 83/99, de 18 de março, o Decreto-Lei n.º 142/2002, de 20 de maio, e a Portaria n.º 455/99, de 23 de junho.

2013

- Portaria n.º 304/2013, de 16 de outubro - Aprova o Plano de Ação Nacional para o Uso Sustentável dos Produtos Fitofarmacêuticos.

2014

- Lei n º 19/2014, de 14 de abril - Define as bases da política de ambiente.
Revoga a Lei n.º 11/87, de 7 de Abril.

2015

- Decreto-Lei n.º 55/2015, de 17 de abril - Estabelece as medidas para a utilização confinada de microrganismos geneticamente modificados e de organismos geneticamente modificados, tendo em vista a proteção da saúde humana e do ambiente.
Transpõe a Diretiva 2009/41/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho. JO L125 2009-5-21

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 54/2015, de 28 de julho - Aprova o Programa de Mobilidade Sustentável para a Administração Pública 2015-2020 - ECO.mob

2016

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 38/2016, de 29 de julho - Aprova a Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas 2020.

2017

- Lei n.º 74/2017, de 16 de agosto - Primeira alteração à lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo.

- Lei n.º 84/2017, de 18 de agosto - Incremento das obrigações de planeamento e programação de medidas de intervenção em situações de emergência radiológica ou de acidentes nucleares (primeira alteração aos Decretos-Leis n.º 36/95, de 14 de fevereiro, e 174/2002, de 25 de julho).

2018

- Despacho n.º 1230/2018, 2ª série, de 5 de fevereiro, dos Secretários de Estado do Ambiente e das Florestas e do Desenvolvimento Rural - Aprova o Código de Boas Práticas Agrícolas.

- Despacho n.º 2194/2018, 2ª série, de 2 de março, dos Ministérios do Ambiente e Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural - Gabinetes dos Secretários de Estado do Ambiente e da Agricultura e Alimentação - Determina a criação de um grupo de trabalho, para efeitos de revisão do Plano de Ação Nacional para o Uso Sustentável de Produtos Fitofarmacêuticos (PANUSPF).

PARQUES, RESERVAS E ÁREAS PROTEGIDAS

2009

- Portaria n.º 143/2009, de 5 de Fevereiro - Define os condicionalismos específicos ao exercício da pesca lúdica no Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (PNSACV).

- Decreto-Lei n.º 36/2009, de 10 de Fevereiro - Procede à modificação dos instituidores da Fundação para a Protecção e Gestão Ambiental das Salinas do Samouco, criada pelo Decreto-Lei n.º 306/2000, de 28 de Novembro, e à aprovação dos seus estatutos, que substituem os anteriores.

- Portaria n.º 160/2009, de 12 de Fevereiro - Interdita o exercício da caça dentro dos limites do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros e revoga a Portaria n.º 1155/2002, de 28 de Agosto.

- Portaria n.º 161/2009, de 12 de Fevereiro - Estabelece a interdição do exercício da caça em todos os terrenos cinegéticos não ordenados, dentro dos limites do Parque Natural da Serra de São Mamede.

- Portaria n.º 16320/09, de 13 de Fevereiro - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Vila Real de Santo António.
Alterada pela Portaria n.º 66/2012, de 21 de março.

- Portaria n.º 164/2009, de 13 de Fevereiro - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Silves.

- Portaria n.º 183/2009, de 20 de Fevereiro - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município da Maia

- Portaria n.º 231/2009, de 2 de Março - Aprova a alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Sines.

- Portaria n.º 232/2009, de 2 de Março - Aprova a alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Miranda do Corvo
Alterada pela Portaria n.º 71/2014, de 17 de março.

- Portaria n.º 233/2009, de 2 de Março - Aprova a alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Cascais.
Declaração de Rectificação n.º 23/2009, de 13 de Abril.
Alterada pela Portaria n.º 337/2010, de 16 de Junho.

- Portaria n.º 247/2009, de 9 de Março - Aprova a alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Vagos.

- Portaria n.º 401/2009, de 14 de Abril - Aprova a alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Aveiro.

- Decreto Regulamentar n.º 7/2009, de 20 de Maio - Classifica o Monumento Natural das Portas de Ródão.

- Decreto-lei n.º 99-A/2009, de 29 de Abril - Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 373/87, de 9 de Dezembro, que cria o Parque Natural da Ria Formosa.
Declaração de rectificação n.º 44/20009, de 26 de Junho.

- **Portaria n.º 544/2009**, de 20 de Maio - Aprova a alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Cabeceiras de Basto.

- Declaração de Rectificação n.º 4472009, de 26 de Junho - Rectifica o Decreto-Lei n.º 99-A/2009, de 29 de Abril, do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 373/87, de 9 de Dezembro, que cria o Parque Natural da Ria Formosa, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 83, de 29 de Abril de 2009

- Portaria n.º 779/2009, de 22 de Julho - Aprova a alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Santa Maria da Feira.
Alterada pela Portaria n.º 137/2014, de 7 de julho.

- Portaria n.º 788/2009, de 28 de Julho - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Vila Nova de Gaia,

- Portaria n.º 850/2009, de 7 de Agosto - Aprova a alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Penedono.
Alterada pela Portaria n.º 1285/2009, de 19 de Outubro.

- Portaria n.º 876/2009, de 10 de Agosto - Aprova a alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Santarém.

- Portaria n.º 93572009, de 20 de Agosto - Aprova a alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Tabuaço.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 78/2009, de 2 de Setembro - Aprova o Plano de Ordenamento do Parque Natural da Ria Formosa.
Alterada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2016, de 19 de outubro.

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 83/2009, de 9 de Setembro - Aprova o Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela.

- Portaria n.º 1069/2009, de 18 de Setembro - Aprova a alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Mira.

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 103/2009, de 25 de Setembro - Aprova o Plano de Ordenamento da Albufeira de Odelouca.

- Portaria n.º 1181/2009, de 7 de Outubro - Estabelece o processo de candidatura e reconhecimento de áreas protegidas privadas.

- Portaria n.º 1285/2009, de 19 de Outubro - Primeira alteração à Portaria n.º 850/2009, de 7 de Agosto, que aprova a alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Penedono.

- Portaria n.º 1374/2009, de 29 de Outubro - Aprova a alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Vila Franca de Xira.
Declaração de Rectificação n.º 94-B/2009, de 28 de Dezembro (Suplemento).
Declaração de Rectificação n.º 10/2010, de 26 de Fevereiro.

- Portaria n.º 1417/2009, de 16 de Dezembro - Aprova a alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Sintra.

2010

- Portaria n.º 2372010, de 11 de Janeiro - Aprova a alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Águeda.

Portaria n.º 36/2010, de 13 de Janeiro - Aprova a alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Vila Nova de Cerveira.
Declaração de Rectificação n.º 11/2010, de 3 de Março.

- Portaria n.º 66/2010, de 1 de Fevereiro - Aprova a alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município do Bombarral.

- Portaria n.º 289/2010, de 27 de Maio - Aprova a alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município da Moita

- Portaria n.º 337/2010, de 16 de Junho - Aprova a alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Cascais.

- Portaria n.º 466/2010, de 6 de Julho - Aprova a alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Bragança.

- Portaria n.º 470/2010, de 7 de Julho - Aprova a alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Monção.

- Portaria n.º499/2010, de 14 de Julho - Aprova a alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município da Covilhã.

- Portaria n.º 595/2010, de 29 de Julho - Aprova a alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Aljezur.

Declaração de Rectificação n.º 30 /2010, de 27 de Setembro.

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 57/2010, de 12 de Agosto - Aprova o Plano de Ordenamento do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros.

- Portaria n.º 864/2010, de 7 de Setembro - Aprova a alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de São João da Madeira.

- Portaria n.º 1043/2010, de 8 de Outubro - Aprova a alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município da Chamusca.

- Portaria n.º 1199/2010, de 26 de Novembro - Aprova a alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Mourão

- Portaria n.º 1284/3010, de 16 de Dezembro - Aprova a alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Almada.

- Portaria n.º 1317/2010, de 28 der Dezembro - Aprova a alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Ponte de Sor.

- Portaria n.º 1318/2010, de 28 der Dezembro - Aprova a alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Oliveira do Bairro.

2011

- Portaria n.º 31/2011, de 11 de Janeiro - Aprova a alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional para a área do município da Póvoa de Varzim.

- Portaria n.º 32/2011, de 12 de Janeiro - Aprova a alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional para a área do município de Coruche.

Alterada pela Portaria n.º 215/2013, de 1 de julho.

- Portaria n.º 39/2011, de 18 de Janeiro - Identifica os condutores e viaturas que beneficiam da isenção do pagamento da taxa de acesso à Reserva Biogenética da Mata de Albergaria e revoga o artigo 3º da Portaria n.º 31/2007, de 8 de Janeiro

- Portaria n.º 91/2011, de 28 de Fevereiro - Altera a delimitação da Reserva Ecológica Nacional para a área do município de Palmela.

- Portaria n.º 94/2011, de 2 de Março - Aprova a alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Ovar.

Alterada pela Portaria n.º 126/2016, de 6 de maio.

- Portaria n.º 112/2011, de 21 de Março - Aprova a alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Arouca.

Declaração de Rectificação n.º 1472011, de 20 de Maio.

- Portaria n.º 126/2011, de 31 de Março - Aprova a alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional para a área do município de Torres Novas

- Portaria n.º 162/2011, de 18 de Abril - Define os limites e condições para a viabilização das utilizações não agrícolas de áreas integradas na Reserva Agrícola Nacional

Declaração de Rectificação n.º 15/2011, de 23 de Maio.

- Portaria n.º 257/2011, de 12 de Julho - Define os modelos de sinalização para efeitos de identificação e informação relativa à conservação da natureza e da biodiversidade no âmbito das áreas protegidas

Revogada pela Portaria n.º 98/2015, de 31 de março.

- Portaria n.º 260/2011, de 1 de Agosto - Aprova a alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Valongo.

- Portaria n.º 263/2011, de 9 de Setembro - Aprova a alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Ponte de Lima.

- Portaria n.º 288/2011, de 3 de Novembro - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Oliveira de Azeméis.

- Portaria n.º 293/2011, de 15 de Novembro - Aprova a alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Coimbra na área de intervenção do Plano de Pormenor da Zona Desportiva de Taveiro.

- Portaria n.º 311/2011, de 27 de Dezembro - Aprova a alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Albergaria-a-Velha.
Alterada pela Portaria n.º 61/2005, de 3 de março.

2012

- Portaria n.º 5/2012, de 2 de janeiro - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Tondela

- Portaria n.º 10/2012, de 10 de janeiro - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Tomar, para a área de intervenção do Plano de Pormenor do Parque Desportivo ao Açude da Pedra.

- Portaria n.º 14/2012, de 16 de janeiro - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Valença.

- Portaria n.º 17/2012, de 19 de janeiro - Aprova a alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional do concelho de Amadora.

- Portaria n.º 18/2012, de 20 de janeiro - Aprova a alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional do concelho da Covilhã.

- Portaria n.º 23/2012, de 25 de janeiro - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Águeda.

- Portaria n.º 59/2012, de 16 de março - Aprova a alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Grândola, enquadrada no procedimento de elaboração do Plano de Pormenor da UNOP 4 – Tróia.

- Portaria n.º 65/2012, de 21 de março - Aprova a alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional do concelho de Moura.

- Portaria n.º 66/2012, de 16 de março - Aprova a alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional do concelho de Vila Real de Santo António.

- Portaria n.º 68/2012, de 22 de março - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do concelho de Mesão Frio.

- Portaria n.º 69/2012, de 22 de março - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do concelho de Ribeira de Pena.

- Portaria n.º 70/2012, de 23 de março - Aprova a alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional do concelho de Paredes de Coura.

- Portaria n.º 71/2012, de 23 de março - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Vila Nova de Famalicão.

- Portaria n.º 85/2012, de 29 de março - Aprova a alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Albufeira.

- Portaria n.º 98/2012, de 10 de Abril - Aprova a alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional do concelho de Estarreja, enquadrada pelo Plano de Urbanização do Polígono Nascente da Área de Desenvolvimento Programado do Espaço Industrial.
Alterada pela Portaria n.º 84/2014, de 11 de abril.

- Portaria n.º 99/2012, de 10 de Abril - Aprova a alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Grândola, enquadrada no procedimento de revisão do Plano de Urbanização da UNOR3 - Carvalhal e Lagoas Travessa e Formosa

- Portaria n.º 100/2012, de 10 de Abril - Aprova a alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional do concelho da Chamusca, enquadrada pela necessidade de instalação do Centro Integrado de Valorização e Tratamento de Resíduos Hospitalares e Industriais

- Aviso n.º 6722/2012, de 16 de maio - Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, é efetuada a correção material da carta da Reserva Ecológica Nacional do município de Amarante, republicando a versão corrigida.

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 81/2012, de 3 de outubro - Aprova as orientações estratégicas de âmbito nacional e regional, que consubstanciam as diretrizes e critérios para a delimitação das áreas integradas na Reserva Ecológica Nacional a nível municipal.

Declaração de Retificação n.º 71/2012, de 30 de novembro.

- Portaria n.º 314/2012, de 11 de outubro - Aprova a alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Paredes.

- Portaria n.º 315/2012, de 11 de outubro - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Aguiar da Beira.

- Portaria n.º 322/2012, de 15 de outubro - Aprova a delimitação parcial da Reserva Ecológica Nacional do município de Alcobaça.

- Decreto-Lei n.º 239/2012, de 2 de novembro - Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, que estabelece o Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional.

- Portaria n.º 400/2012, de 5 de dezembro - Aprova a alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Redondo.

- Portaria n.º 410/2012, de 14 de dezembro - Aprova a alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional do Município de Porto de Mós.

Alterada pela Portaria n.º 30/2016, de 23 de fevereiro

- Portaria n.º 419/2012, de 20 de dezembro - Define as situações de usos ou ações considerados compatíveis com os objetivos de proteção hidrológica e ambiental e de prevenção e redução de riscos naturais de áreas integradas em Reserva Ecológica Nacional.

2013

- Portaria n.º 37/2013, de 30 de janeiro - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Amares.

- Portaria n.º 39/2013, de 31 de janeiro - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Santa Marta de Penaguião.

- Portaria n.º 44/2013, de 1 de fevereiro - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Lousada.

- Portaria n.º 48/2013, de 4 de fevereiro - Aprova a alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Cantanhede

- Portaria n.º 64/2013, de 13 de fevereiro - Aprova a alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Leiria

Declaração de Retificação n.º 17/2013, de 25 de março.

- Portaria n.º 158/2013, de 22 de abril - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Elvas.

- Portaria n.º 162/2013, de 23 de abril - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Melgaço

- Decreto n.º 9/2013, de 9 de maio - Aprova o Acordo de Cooperação entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha relativo à constituição do Parque Internacional Tejo-Tajo, assinado no Porto, em 9 de maio de 2012.

- Portaria n.º 174/2013, de 9 de maio - Aprova a alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Matosinhos.

- Portaria n.º 175/2013, de 9 de maio - Aprova a alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Celorico Basto.

- Portaria n.º 176/2013, de 9 de maio - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Vila Pouca de Aguiar.

- Portaria n.º 179/2013, de 10 de maio - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Vouzela

- Portaria n.º 180/2013, de 10 de maio - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Penela.

- Portaria n.º 181/2013, de 10 de maio - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Torre de Moncorvo.

- Portaria n.º 182/2013, de 10 de maio - Aprova a alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Seia.

- Portaria n.º 183/2013, de 14 de maio - Aprova a alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Mourão.

- Portaria n.º 215/2013, de 1 de julho - Aprova a alteração da Reserva Ecológica Nacional do município de Coruche.

- Portaria n.º 216/2013, de 2 de julho - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município da Lousã.

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 67/2013, de 28 de outubro - Procede à primeira alteração à Resolução do Conselho de Ministros n.º 176/2008, de 24 de novembro, que altera o Plano de Ordenamento do Parque Natural do Tejo Internacional, adequando a possibilidade de realização de algumas utilizações do plano de água da albufeira de Monte Fidalgo.

2014

- Portaria n.º 5/2014, de 9 de janeiro - Aprova a alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Alcácer do Sal.

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 176/2008, de 10 de março - Procede à segunda alteração à Resolução do Conselho de Ministros n.º 176/2008, de 24 de novembro, que aprova o Plano de Ordenamento do Parque Natural do Tejo Internacional.

- Portaria n.º 62/2014, de 10 de março - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Coimbra.

- Portaria n.º 70/2013, de 17 de março - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Ílhavo.

- Portaria n.º 71/2013, de 17 de março - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Miranda do Corvo.

- Portaria n.º 84/2014, de 11 de abril - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Estarreja.

- Portaria n.º 86/2014, de 16 de abril - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Mangualde.

- Portaria nº 122/2014, de 16 de junho - Disciplina as regras relativas à cobrança e ao pagamento das taxas devidas pelo acesso e visita às áreas integradas no Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC).
Alterada pela Portaria n.º 110/2015, de 21 de abril

- Portaria n.º 134/2014, de 1 de julho - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Montalegre.

-Portaria n.º 137/2014, de 7 de julho - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Santa Maria da Feira.

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2014, de 8 de julho - Aprova a inclusão do Sítio Ria de Aveiro na Lista Nacional de Sítios.

- Portaria n.º 144/2014, de 15 de julho - Aprova a alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Santarém.

- Portaria n.º 158/2014, de 19 de agosto - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Oliveira do Hospital.

-Portaria n.º 190/2014, de 25 de setembro - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Paredes.

- Portaria n.º 203/2014, de 7 de outubro - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Oliveira do Bairro.

- Portaria n.º 207/2014, de 8 de outubro - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Miranda do Douro.

- Portaria n.º 215/2014, de 16 de outubro - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Vila Nova de Poiares.

- Portaria n.º 242/2014, de 20 de novembro - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Celorico de Basto.

- Portaria n.º 251/2014, de 28 de novembro - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Vila Verde.

2015

- Portaria n.º 13/2015, de 21 de janeiro - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Ponte da Barca.

- Portaria n.º 38/2015, de 17 de fevereiro Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Pombal.

- Portaria n.º 43/2015, de 20 de fevereiro Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Sernancelhe.

- Portaria n.º 110/2015, de 21 de abril - Primeira alteração à Portaria n.º 122/2014, de 16 de junho, que disciplina as regras relativas à cobrança e ao pagamento das taxas devidas pelo acesso e visita às áreas integradas no Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC).

- Portaria n.º 125/2015, de 6 de maio - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Macedo de Cavaleiros.

- Portaria n.º 143/2015, de 22 de maio - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Castro Marim.

- Portaria n.º 147/2015, de 25 de maio - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Setúbal, na área da Mitrena - Parque Industrial SAPEC Bay.

- Portaria n.º 156/2015, de 28 de maio - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Alfândega da Fé

- Portaria n.º 167/2015, de 4 de junho - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Viseu.

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 51/2015, de 21 de julho - Aprova o novo Programa Nacional de Turismo de Natureza.

- Portaria n.º 222/2015, de 27 de julho - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Armamar.

- Portaria n.º 243/2015, de 14 de agosto - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Fafe.

- Portaria n.º 269/2015, de 2 de setembro - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Sever do Vouga.

- Portaria n.º 270/2015, de 2 de setembro - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Lamego.

- Portaria n.º 291/2015, 18 de setembro - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Mondim de Basto.

- Portaria n.º 292/2015, 18 de setembro - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Mafra.

- Portaria n.º 298/2015, 21 de setembro - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Vila Nova de Famalicão

- Portaria n.º 299/2015, 21 de setembro - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Seia

- Portaria n.º 300/2015, 21 de setembro - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Sabrosa.

- Decreto Regulamentar n.º 17/2015, de 22 de setembro - Cria as zonas de proteção especial do Cabo Raso e de Aveiro/Nazaré.

- Portaria n.º 303/2015, 22 de setembro - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Penalva do Castelo.

- Portaria n.º 304/2015, 22 de setembro - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Terras de Bouro.

- Portaria n.º 310/2015, de 25 de setembro - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Braga.

- Portaria n.º 312/2015, de 28 de setembro - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Póvoa de Lanhoso.

- Portaria n.º 330/2015, de 5 de outubro - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Póvoa de Varzim.

- Portaria n.º 331/2015, de 5 de outubro - Aprova a Reserva Ecológica Nacional do município de Esposende.

- Portaria n.º 332/2015, de 5 de outubro - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Mirandela.

- Decreto-Lei nº 242/2015, de 15 de outubro - Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho, que aprova o regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade.
Republica o Decreto-Lei nº 142/2008, de 24 de julho.

2016

- Portaria n.º 1/2016, de 18 de janeiro - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Oleiros.

- Portaria n.º 2/2016, de 18 de janeiro - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Murça.

- Portaria n.º 3/2016, de 18 de janeiro - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município do Seixal.

- Portaria n.º 5/2016, de 20 de janeiro - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Pedrógão Grande.

- Portaria n.º 7/2016, de 20 de janeiro Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Odivelas.

- Portaria n.º 8/2016, de 20 de janeiro - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Oeiras.

- Portaria n.º 15/2016, de 1 de fevereiro - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do Município de Alijó.

- Portaria n.º 16/2016, de 1 de fevereiro - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do Município da Murtosa.

- Portaria n.º 20/2016, de 8 de fevereiro - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do Município de Anadia.

- Portaria n.º 23/2016, de 10 de fevereiro - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do Município de Vizela.

- Portaria n.º 26/2016, de 15 de fevereiro - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Leiria

- Portaria n.º 27/2016, de 16 de fevereiro - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do Município de Moimenta da Beira.

- Portaria n.º 30/2016, de 23 de fevereiro - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do Município de Porto de Mós.

- Portaria n.º 31/2016, de 23 de fevereiro - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do Município de Condeixa-a-Nova.

- Portaria n.º 33/2016, de 25 de fevereiro - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do Município de Montemor-o-Velho.

- Portaria n.º 34/2016, de 29 de fevereiro - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do Município de Barcelos.

- Portaria n.º 44/2016, de 15 de março - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do Município de Proença-a-Nova.

- Portaria n.º 46/2016, de 18 de março - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do Município de Constância.

- Portaria n.º 49/2016, de 22 de março - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do Município de Loures.

- Portaria n.º 59/2016, de 30 de março - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do Município da Batalha.

- Portaria n.º 68/2016, de 5 de abril - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do Município de Manteigas.

- Portaria n.º 70/2016, de 5 de abril - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do Município de Almeida.

- Portaria n.º 72/2016, de 6 de abril – Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do Município de Cantanhede.

- Portaria n.º 73/2016, de 6 de abril – Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do Município de Penacova.

- Portaria n.º 90/2016, de 14 de abril – Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do Município de Ansião.

- Portaria n.º 91/2016, de 14 de abril – Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do Município de Vila Velha de Ródão.

- Portaria n.º 95/2016, de 19 de abril – Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do Município de Guimarães

- Portaria n.º 101/2016, de 21 de abril – Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do Município de Oliveira de Frades.

- Portaria n.º 102/2016, de 21 de abril – Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do Município de Sabugal.

- Portaria n.º 120/2016, de 3 de maio - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do Município de Vinhais.

- Portaria n.º 126/2016, de 6 de maio - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do Município de Ovar.

- Portaria n.º 129/2016, de 9 de maio - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do Município de Mealhada.

- Portaria n.º 136/2016, de 12 de maio - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do Município de Carrazeda de Ansiães.

- Portaria n.º 139/2016, de 13 de maio - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do Município de Fornos de Algodres

- Portaria n.º 140/2016, de 13 de maio - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do Município de Vila Flor

- Portaria n.º 142/2016, de 16 de maio - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do Município de Figueiró dos Vinhos.

- Portaria n.º 143/2016, de 16 de maio - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do Município de Castanheira de Pêra.

- **Portaria n.º 144/2016**, de 17 de maio - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do Município de Marco de Canaveses.

- Portaria n.º 166/2016, de 15 de junho - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do Município de Arganil.

- Portaria n.º 169/2016, de 16 de junho - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do Município de Penamacor

- Portaria n.º 175/2016, de 22 de junho - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do Município de Caminha.

Declaração de Retificação n.º 13/2016, de 18 de julho.

- Portaria n.º 181/2016, de 7 de julho - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do Município Vila Nova de Foz Côa.

- Portaria n.º 185/2016, de 12 de julho -Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do Município de Espinho.

Declaração de Retificação n.º 14/2016, de 25 de julho.

- Portaria n. 44/2016, de 23 de agosto - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do Município de Proença-a-Nova.

2017

- Portaria n.º 171/2017, 2ª série, de 25 de maio - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do Município de Baião.

- Decreto-Lei n.º 122/2017, de 21 de setembro - Garante o cumprimento do Protocolo de Nagoya, relativo ao acesso aos recursos genéticos, assegurando a execução do Regulamento (UE) n.º 511/2014.

- Portaria n.º 308/2017, de 18 de outubro - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do Município de Amarante.

ECONOMIA E ENERGIA

2010

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 29/2010, de 15 de Abril - Aprova a Estratégia Nacional para a Energia 2020.

- Decreto-Lei n.º 117/2010, de 25 de Outubro - Estabelece os critérios de sustentabilidade para a produção e utilização de biocombustíveis e biolíquidos e define os limites de incorporação obrigatória de biocombustíveis para os anos 2011 a 2020, **transpondo** os artigos 17.º a 19.º e os anexos III e V da Directiva n.º 2009/28/CE, do Conselho e do Parlamento Europeu, de 23 de Abril, e o n.º 6 do artigo 1º e o anexo IV da Directiva n.º 2009/30/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Abril.

Alterado pelo Decreto-Lei n.º 6/2012, de 17 de janeiro.
Alterado pelo Decreto-Lei n.º 69/2016, de 3 de novembro.

- Portaria n.º 1316/2010, de 28 de Dezembro - Aprova o Regulamento da Estrutura de Gestão do Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética.

- Decreto-Lei n.º 141/2010, de 31 de Dezembro - No âmbito da Estratégia Nacional da Energia 2020, define as metas nacionais de energia renovável no consumo de energia final e **transpõe** parcialmente a Directiva n.º 2009/28/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Abril.

2011

- Aviso n.º 165/2011, de 13 de Julho - Torna público que a República Portuguesa depositou o seu instrumento de ratificação do Estatuto da Agência Internacional para as Energias Renováveis (IRENA), adoptado em Bona em 26 de Janeiro de 2009.

2012

- Decreto-lei n.º 169/2012, de 1 de agosto - Cria o Sistema da Indústria Responsável, que regula o exercício da atividade industrial, a instalação e exploração de zonas empresariais responsáveis, bem como o processo de acreditação de entidades no âmbito deste Sistema.

Alterado pelo Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro
Alterado pelo Decreto-Lei nº 73/2015, de 11 de maio
Alterado pelo Decreto-Lei n.º 39/2018, de 11 de junho

2013

- Decreto-Lei Lei n.º 39/2013, de 18 de março - Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 141/2010, de 31 de dezembro, que estabelece as metas nacionais de utilização de energia renovável no consumo final e **transpõe** a Diretiva n.º 2009/28/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de abril.

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 20/2013, de 1 de abril - Aprova o Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética para o período 2013-2016 e o Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis para o período 2013-2020.

- Decreto-Lei n.º 59/2013, de 8 de maio - Procede à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 214/2008, de 10 de novembro, que estabelece o regime do exercício da atividade pecuária, alargando o prazo de licenciamento das atividades pecuárias.

Alterado pelo Decreto-Lei n.º 81/2013, de 14 de junho.

- Decreto-Lei n.º 7672013, de 5 de junho - Cria o registo de operador de madeira e de produtos derivados e estabelece medidas sancionatórias por violações ao Regulamento (UE) n.º 995/2010, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de outubro de 2010, definindo o regime de controlo e fiscalização da sua aplicação no território nacional.

- Decreto-Lei n.º 81/2013, de 14 de junho - Aprova o novo regime de exercício da atividade pecuária e altera os Decretos-Leis n.º 202/2004, de 18 de agosto, e n.º 142/2006, de 27 de julho.

Declaração de Retificação n.º 31/2013, de 24 de julho.
Alterado pelo Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

- Decreto-Lei n.º 95/2013, de 19 de julho - Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 108/2009, de 15 de maio, que estabelece as condições de acesso e de exercício da atividade das empresas de animação turística e dos operadores marítimo-turísticos, conformando este regime com o Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpõe a

Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2006, relativa aos serviços no mercado interno.

- Portaria n.º 303/2013, de 16 de outubro - Estabelece os requisitos de constituição da sociedade gestora de Zona Empresarial, identifica o quadro legal de obrigações e competências, define as regras de formulação do regulamento interno, os elementos instrutórios que devem acompanhar os pedidos de instalação e de título de exploração bem como os pedidos de conversão em Zona Empresarial.

2014

- Decreto-Lei n.º 15/2014, de 23 de janeiro - Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de março, que aprova o regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos.

2015

- Decreto-Lei n.º 47/2015, de 9 de abril - Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 223/2000, de 9 de setembro, que criou a Agência para a Energia (ADENE).

- Lei n.º 54/2015, de 22 de junho - Bases do regime jurídico da revelação e do aproveitamento dos recursos geológicos existentes no território nacional, incluindo os localizados no espaço marítimo nacional.

- Portaria n.º 307/2015, de 24 de setembro - Estabelece o regime dos seguros obrigatórios de responsabilidade civil extracontratual.

- Portaria n.º 309/2015, de 25 de setembro - Primeira alteração à Portaria n.º 327/2008, de 28 de abril, que aprova o sistema de classificação de estabelecimentos hoteleiros, de aldeamentos turísticos e de apartamentos turísticos.

- Portaria n.º 365/2015, de 16 de outubro - Define o formato, características e mecanismos de tratamento da informação relevante para o exercício de atividades económicas, através do balcão único eletrónico, designado «Balcão do Empreendedor», e revoga a Portaria n.º 131/2011, de 4 de abril.

2016

- Decreto-Lei n.º 69/2016, de 3 de novembro - Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 117/2010, de 25 de outubro, que estabeleceu os critérios de sustentabilidade da produção e utilização de biocombustíveis e de biolíquidos, bem como os mecanismos de promoção de biocombustíveis nos transportes terrestres e define os limites de incorporação obrigatória de biocombustíveis para os anos de 2011 a 2020, e transpôs parcialmente para a ordem jurídica interna os artigos 17.º a 19.º e os anexos III e V da Diretiva n.º 2009/28/CE, do Conselho e do Parlamento Europeu, de 23 de abril, e o n.º 6 do artigo 1.º e o anexo IV da Diretiva n.º 2009/30/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de abril.

2017

- Aviso n.º 26/2017, de 10 de abril - Torna público que a República Portuguesa depositou o seu instrumento de ratificação do Tratado da Carta da Energia e do Protocolo da Carta da Energia Relativo à Eficiência Energética e aos Aspetos Ambientais Associados, assinados em Lisboa em 17 de dezembro de 1994.

- Decreto-Lei n.º 60/2017, de 9 de junho - Projeto de decreto-lei que estabelece o enquadramento para a implantação de uma infraestrutura para combustíveis alternativos, **transpondo** a Diretiva n.º 2014/94/UE.

- Decreto-Lei n.º 64/2017, de 12 de junho - Aprova o regime para novas centrais de biomassa florestal.
Declaração de Retificação n.º 20/2017, de 3 de agosto.

- Decreto-Lei n.º 152-C/2017, 2º suplemento, de 11 de dezembro - **Transpõe** a Diretiva (UE) 2015/1513, que altera a Diretiva 98/70/CE relativa à qualidade da gasolina e do combustível para motores diesel e a Diretiva 2009/28/CE relativa à promoção da utilização de energia proveniente de fontes renováveis.

atualizada em 2018-7-03